



UNIVERSIDADE ESTADUAL CAMPINAS
Instituto de Economia

GUILHERME CARNEIRO LEÃO DE ALBUQUERQUE LOPES

**Estrutura econômica e organização socioespacial em
Alagoas no século XX.**

Campinas
2018

GUILHERME CARNEIRO LEÃO DE ALBUQUERQUE LOPES

**Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas
no século XX.**

Prof Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota- Orientador

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO GUILHERME CARNEIRO LEÃO DE
ALBUQUERQUE LOPESE ORIENTADA PELO PROF.
DR. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA.**

**Campinas
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

L881e Lopes, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque, 1991-
Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século
XX. / Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes. – Campinas, SP : [s.n.],
2018.

Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Urbanização. 2. Economia regional. 3. Alagoas. I. Mota, Fernando Cezar
de Macedo, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Economic structure and socio-spatial organization in Alagoas in
20th century

Palavras-chave em inglês:

Urbanization

Regional economics

Alagoas (Brazil)

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Fernando Cezar de Macedo Mota [Orientador]

Pedro Ramos

Cid Olival Feitosa

Data de defesa: 19-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GUILHERME CARNEIRO LEÃO DE ALBUQUERQUE LOPES

**Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas
no século XX.**

Defendida em 19/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota- Presidente
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

Prof. Dr. Pedro Ramos
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

Prof. Dr. Cid Olival Feitosa
Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Ata de Defesa, assinada pelos membros da
Comissão Examinadora, consta no processo de
vida acadêmica do aluno.

Dedicatória

*Aos meus primeiros mestres:
meus pais, Alexandre e Mônica, e
padrinhos tio Neno e tia Rose.*

AGRADECIMENTOS

Primeiro, por serem base de toda essa trajetória, devo agradecer aos meus pais, Alexandre e Mônica, maiores exemplos de minha vida, pelo apoio e pela motivação. Aos meus segundos pais, tio Neno e tia Rose, pela preocupação e pelo carinho e amor paternal com que zelam pelos seus sobrinhos. Aos meus avôs (*in memoriam*), Fernando (Louro) e Aloísio, e às minhas avós, Marise e Zeza, pelos mimos e paparicos das pessoas mais meigas que conheço. Aos meus irmãos, Arthur (Tuca) e Fernanda (Nanda), gostaria de lhes pedir desculpas pela ausência nas partidas de FIFA ao lado de Tuca e nas fofquinhas do colégio de Nanda, cujos crescimento e amadurecimento sempre me assustam cada vez que a encontro. Agradeço-lhes por serem meus fiéis companheiros, sempre. A meu irmão, grande exemplo de caráter, pela resiliência e paixão para mim. À Mariah, nossa pequena guerreira. Palavras não exprimem toda minha imensa gratidão e amor aos meus familiares.

Aos meus tios Edson, André e Fernandinho, tias, primos e primas, sou grato pelas agradáveis tardes na varanda de vovó ou na praia de Catuama, sempre com a presença de vovô Louro, regada a caranguejo, peixe frito, camarão, cerveja, discussão política e Náutico.

Agradeço, ainda, aos primeiros amigos(as) que fiz em Campinas, à turma de desenvolvimento econômico de 2015 e aos amigos(as) do IE. Devo minha enorme gratidão aos amigos do CEDE, cuja amizade extrapolou (e muito) o horário de trabalho formal e informal, e pelo tanto que me facilitaram o caminho trilhado pelos “rolês” e pelo companheirismo dentro e fora da vida acadêmica, principalmente nos botecos, bandecos, festas, feijoadas e churrascos. Em especial, ao Toca, Pietro, Bia, Vitão, Thiagão, Rafa, Léo, Dai, a melhor funcionária, Ray, Daniel, Aline, Dio, Júlia, Juliano, Tatá, Redondo, Introini, Douglas, Cláudia, Bruno e Leandro.

Aos companheiros de militância das Brigadas Populares pela luta política em vivenciar um Brasil para todos, um país “que não tem como dar errado”; às famílias da ocupação Nelson Mandela pelo sorriso singelo e à esperança de um povo trabalhador, vivente do duro cotidiano brasileiro.

Aos amigos(as) da república Thug e da Dixivas pela convivência do dia-a-dia.

Aos amigos dos times de futebol em que joguei. Aos “atletas” do V de Várzea, time da pós-graduação, cujo título do interanos há de vir. O nome do time resume o significado do encontro semanal para confraternizarmos e maltratarmos a bola. Em nome de Ricardão, Joãozinho, Pedrinho, Zeca, Chicão, Alishow, Xandão, Arthur, Marchetto (presida), Gherini (Garganta) e Pedrão agradeço a todos os amigos que já fizeram parte do time.

Ao time de futebol de campo da economia, cujos treinos resgataram a minha paixão por jogar em nível competitivo e deixaram meu corpo e minha mente sã. Imensurável felicidade em ser artilheiro, escolhido como melhor ano em 2015 e depois como capitão por mais dois anos. Ao treinador Ronald, Broka, Taffa, Buda, Caião, Goy, Yoshi, Vala, Sorriso, Santista, Baranga, Roça, Jimmy, Apolas, Dedão, HC, Bizu, Gelo, Pradinho, Zina, Girafa, Marquinhos, Vilas, Kennedão, Mamadeira e Rodrigão Zero gol, agradeço em nome de todos que já jogaram pelo time.

Aos amigos de Maceió, que nunca entenderam minha necessária ausência, mesmo que sempre compensada quando nos juntamos. Aos amigos de sempre da OP, companheiros desde meu primeiro dia em Maceió, em especial ao Guila, Freitas, Dolfo, Gloor, Java's Bells, Ibn, Dantas, Pinto, Hugão, Bruno, Ramos, Manola, Du Batata, Ramireco, Robertinho Kiko, De Paula e ao meu primo Rafinha. À Bruna, meu carinho e amor, pela paciência e companheirismo, pelas vezes em que lhe pedi auxílio com os textos, pelos conselhos, pelas viagens, pelo tempo que passamos juntos, que continue seguindo seus sonhos. Aos meus amigos de infância de Recife não posso deixar de lembrar de Eduardo, grande companheiro aos jogos do Náutico, e Acioly.

Aos professores da FEAC/UFAL, em especial a Cid Olival, Fábio Guedes, Keuller Hissa e Ana Milane. Ao Cid meu muito obrigado nunca será suficiente, meu "pai" da academia, sempre disposto a ajudar e orientar seus alunos e amigos, profissional exemplar.

Aos professores e funcionários do Instituto de Economia da UNICAMP, por todo o conhecimento transmitido, em especial aos professores do CEDE. A Humberto Miranda e a Tatá agradeço também por sua hospitalidade pelos encontros e feijoadas promovidos em sua casa.

À banca de qualificação, além do Cid, ao Pedro Ramos, pelos valiosos comentários e direcionamentos dados ao trabalho.

Ao meu orientador, mestre, "avô" da academia e amigo, Fernando Macedo, por toda a paciência, pelas revisões, indicações literárias, pelos conselhos, pelo acolhimento e trabalho despendido em nossa pesquisa. Sua convivência e seus ensinamentos sempre me auxiliaram nos momentos difíceis. Trabalhar ao seu lado foi grande prazer e exemplo para um futuro professor, como pretendo me tornar. Agradeço, ainda, pela oportunidade em participar do grupo de estudos sobre o Nordeste, cujas discussões foram de grande auxílio. Agradeço à Lene, companheira e rival nas difíceis e tensas partidas de dominó, ao Marco Antônio e ao Júlio César, uma linda e acolhedora família.

Ao povo brasileiro, que tornou possível a construção da universidade pública. À Unicamp pela infraestrutura fornecida e ao ensinamento adquirido. À Capes pela concessão da bolsa de mestrado.

“Além das dunas estavam no mar imensos, os portálos dos navios. Mas quem partiria?

-Maceió é um grande cemitério. No fundo, todos nós já estamos enterrados. No íntimo, eles se sentiam colados às ruas, à luz do farol, ao barulho do mar, aos degraus rangentes que levavam aos lupanares. E amavam o calor daquela paisagem como as cobras amam seus ninhos de pedra.”

Lêdo Ivo, Ninho de Cobras

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar a organização socioespacial alagoana, de sua formação territorial até 1988. A análise concentra-se nas mudanças da rede urbana e na centralidade urbana alagoana como expressão material e espacial das transformações da estrutura produtiva e agropecuária do estado. Para realizar a pesquisa, foi utilizado o método histórico estrutural aplicado à análise regional, com abordagem tanto quantitativa – por meio de dados secundários dos censos demográficos, agrícolas, industriais, do IBGE, e outros dados do IPEA, SUDENE, BNB e secretarias e órgãos locais – quanto qualitativa – por meio da revisão da literatura econômica local e de sua organização espacial alinhada com as mudanças no padrão de acumulação internacional e nacional. Na dissertação, conclui-se que, enquanto havia maior distribuição dos campos agrícolas e das atividades econômicas entre a pecuária, o algodão e a cana-de-açúcar, havia também maior desconcentração da rede urbana em termos de população, serviços e atividade econômica. À medida que a cultura da cana-de-açúcar, intensiva em terra, crescia e se tornava predominante na economia local, com a criação do IAA e, mais acentuadamente, com a anexação dos tabuleiros costeiros, a rede urbana concentrava-se na capital, Maceió. Porém, não somente a expansão extensiva foi responsável pela concentração em Maceió. O avanço das atividades, do emprego e dos serviços urbanos, impulsionados pela criação da SALGEMA e do PCA, foram fatores de atração para a capital dos imigrantes do campo alagoano em busca de sobrevivência. O crescimento de Arapiraca, impulsionado pela expansão do cultivo de fumo, que promovia a divisão social do trabalho contribuiu, mesmo que em menor proporção, para a concentração da rede urbana, junto com Maceió, e para a centralidade urbana alagoana nos últimos 30 anos do século XX.

Palavras chave: Organização socioespacial; Rede Urbana; Estrutura produtiva; Alagoas.

ABSTRACT

This thesis has the overall goal of analyzing the socio-spatial organization of Alagoas, since its territorial formation until 1988. The analysis is focused in the shifts of the urban network and the urban centrality as a material expression of the transformations occurred in the productive structure of the state. To complete this research, we have used the historical structural method, and a great review of the local economic literature, taking into consideration the international and national changes in the pattern of accumulation. The databases from the IBGE, IPEA, SUDENE, BNB and a number of census of diverse natures were used to assess this work. We have concluded that while there was a greater distribution of the farming fields and the economic activities between cattle raising, cotton and sugarcane, it resulted in decentralization of the urban network, in terms of people, services and economic activity; whereas when the land-based sugarcane crop started to grow and became the predominant culture, the urban network became centralized in the capital city, Maceió. This centralization was helped by the progress of public services and the job offer in the city, and also by the creation of SALGEMA and PCA, which attracted a number of immigrants to the city. Arapiraca is another city that, through the expansion of the smoke production, also grew and concentrated the urban population of Alagoas in the last 30 years of the 20th century.

Key words: Socio-spatial organization; Urban Network; Productive Structure; Alagoas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.1- Núcleos Iniciais de Povoamento em Alagoas (século XVI).....	37
Imagem 1.2- Estradas férreas alagoanas (1933).....	71
Imagem 2.1- Alagoas: Principais Rodovias(1962).....	119
Imagem 2.2- Principais Rodovias Alagoanas (1980).....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1- Área do Tabuleiro em Alagoas.....	103
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1- Alagoas: Evolução municipal até 1922.....	43
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1- Brasil: Produção, em toneladas, do algodão (1933-1970).....	92
Gráfico 2.2- Alagoas: Produção e área colhida do Algodão.....	93
Gráfico 2.3- Brasil: Produção da cana-de-açúcar (1933-1970).....	98
Gráfico 2.4- Alagoas: Produção da cana-de-açúcar (1933-1970).....	101
Gráfico 2.5- Brasil: Produção (t) e área colhida (ha) do fumo.....	114
Gráfico 2.6- Alagoas: Área colhida (ha) e Produção (t) do fumo em (1933-1970)	116
Gráfico 3.1- Brasil: Área colhida da cana-de-açúcar (1970-1990).....	150
Gráfico 3.2: Brasil- Produção da cana-de-açúcar (1970-1990).....	151
Gráfico 3.3- Alagoas: Produção e área colhida do algodão (1970-1990).....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Comarca de Alagoas: Número de igrejas, engenhos, população e casas (1776).....	47
Tabela 1.2- Movimento Portuário de Alagoas (1824).....	53
Tabela 1.3- Origem das entradas das embarcações no porto de Jaraguá (1898-1920) (%)- Por número de embarcações.....	56
Tabela 1.4- Alagoas: Número de fábricas têxteis e capital investido.....	59
Tabela 1.5: Alagoas- Indústrias Têxteis.....	60
Tabela 1.6: Província de Alagoas: População- Concentração- Atividade econômica (1872).....	66
Tabela 1.7 Alagoas: 10 maiores cidades de Alagoas em 1922.....	72
Tabela 1.8 – Participação percentual dos estados nordestinos em relação ao Nordeste e em relação ao Brasil.....	74
Tabela 2.1 - Composição dos financiamentos do setor industrial no NE (1960-1969) em %.....	85
Tabela 2.2- Investimentos do sistema 34/18-FINOR por setor (%).....	86
Tabela 2.3- Coeficiente de Importação de insumos por setor no NE.....	87
Tabela 2.4- Importações brasileiras de máquinas têxteis via portos, 1913-1921 (Kg).....	91
Tabela 2.5 – Alagoas: Participação relativa da produção do Algodão.....	93
Tabela 2.6- Alagoas: Exportação do açúcar para o mercado internacional.....	99
Tabela 2.7- Cana-de-açúcar: Área colhida, produção e rendimento agrícola dos principais estados produtores (1960-1970).....	100
Tabela 2.8- ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento.....	102
Tabela 2.9- Alagoas: Mão de obra ocupada por Ramo de Ocupação (1940-1950).....	103

Tabela 2.10- Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão de obra e Salário (em %)	109
Tabela 2.11- Alagoas: Participação Relativa da Indústria Referente aos Salários e ao VTI (1950,1960,1970) em %	110
Tabela 2.12 – Alagoas: Estrutura do Valor da Transformação Industrial, segundo os usos em %	111
Tabela 2.13- Participação relativa do fumo em (%)	112
Tabela 2.14: Alagoas- As cinco cidades com maior crescimento populacional em %	115
Tabela 2.15- Evolução da população rural e urbana (1940-1970)	118
Tabela 2.16: Crescimento urbano (1970-1940)	123
Tabela 2.17- Alagoas: Crescimento da população urbana e rural (1940-1970)	124
Tabela 2.18- Participação percentual dos estados nordestinos em relação ao Nordeste e em relação ao Brasil	124
Tabela 2.19- Alagoas: Cidades de maior crescimento urbano (1940-1970)	125
Tabela 2.20-Alagoas: Evolução da distribuição populacional e o número absoluto da população	126
Tabela 2.21- Alagoas: Centralidade das cidades alagoanas	127
Tabela 2.22- Alagoas: Taxa de crescimento ao ano dos municípios de ocupação mais antiga (1940-1970)	127
Tabela 2.23- Alagoas: Saldo migratório alagoano em 1940	129
Tabela 2.24- Alagoas: Saldo migratório alagoano em 1970	130
Tabela 2.25- Alagoas: Destino da emigração dos alagoanos (1940-1970)	131
Tabela 2.26- Situação da residência anterior dos imigrantes em Maceió (1970)	131
Tabela 2.27-Alagoas: Tempo (em anos) em que os imigrantes alagoanos migraram para Maceió (1970)	132
Tabela 2.28- 10 maiores ocupações dos imigrantes alagoanos em Maceió (1970)	133

Tabela 3.1- NORDESTE*: Projetos Aprovados por Estado (1960-1977).....	142
Tabela 3.2- Valor dos investimentos da SUDENE por estados (em Cr\$) (1960-1977).....	143
Tabela 3.3- Número de projetos aprovados por setores industriais selecionados (1960-1977).....	144
Tabela 3.4- Nordeste: PIB e participação dos estados na SUDENE*	145
Tabela 3.5- Brasil: Produção de álcool 1975/1989 (m³).....	149
Tabela 3.6- Participação da produção da cana alagoana em relação ao Brasil e ao Nordeste.....	151
Tabela 3.7- Participação da produção do algodão alagoana em relação ao Brasil e ao Nordeste.....	153
Tabela 3.8- Taxa de crescimento médio anual da produção do fumo (1970-1990)	154
Tabela 3.9- Participação relativa da produção do fumo*.....	155
Tabela 3.10- Brasil: Participação relativa dos efetivos animais por espécie.....	157
Tabela 3.11- Brasil: Criação bovina (em cabeças).....	157
Tabela 3.12 -Brasil: Produção de litros de leite de vaca.....	158
Tabela 3.13: Taxa de crescimento ao ano do PIB.....	160
Tabela 3.14: Alagoas- Evolução da Participação dos setores no PIB % (1970-1990).....	160
Tabela 3.15-Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %).....	162
Tabela 3.16: Alagoas- Distribuição do Valor de Transformação Industrial Alagoano (VTI) por setor (Em %) (1970-1985).....	165
Tabela 3.17. Nordeste: Participação estadual por PIB (1960-1990).....	166
Tabela 3.18- Alagoas: Área e estabelecimento rural.....	167
Tabela 3.19- Brasil: a urbanização da população.....	168

Tabela 3.20- Nordeste: Taxas de crescimento da urbanização.....	169
Tabela 3.21- Alagoas: As 5 maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %).....	170
Tabela 3.22- Alagoas: Rede urbana alagoana por número de cidades e população nas cidades.....	171
Tabela 3.23- Alagoas: Participação relativa dos 5 maiores PIBs municipais no PIB Estadual.....	172
Tabela 3.24- Alagoas: Centralidade urbana Alagoana.....	173
Tabela 3.25- Alagoas: Saldo migratório (1980).....	175
Tabela 3.26- Alagoas: Imigração inter estadual (1980).....	176
Tabela 3.27-Alagoas: Origem do imigrante alagoano para Maceió na década de 80.....	177
Tabela 3.28- Alagoas: Principais ocupação dos imigrantes alagoanos em Maceió (1980).....	177
Tabela 3.29- Alagoas: Saldo migratório (1991).....	179
Tabela 3.30- Alagoas: Imigração interestadual (1990).....	179
Tabela 3.31-Alagoas: Origem do imigrante alagoano para Maceió(1990).....	180
Tabela 3.32-Alagoas: As 10 maiores ocupações principais dos imigrantes alagoanos em Maceió (1990).....	180

LISTA DE ABREVIATURAS

AIT-Associação das Indústrias Têxteis (AIT);

AL- Alagoas;

IAA- Instituto do açúcar e do álcool;

BNB- Banco do Nordeste do Brasil;

BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

BR- Brasil;

CEAL- Companhia Elétrica de Alagoas

CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco;

CPDA-Comissão de Defesa da Produção de Açúcar;

CVSF- Companhia do Vale do São Francisco;

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca;

FINOR- Fundo de Investimentos do Nordeste;

GTDN- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste;

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

NE- Nordeste;

PCA- Polo Cloroquímico Alagoano;

PIA- Pesquisa Industrial Anual;

PIB- Produto Interno Bruto;

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento;

Proálcool-Programa Nacional do Álcool;

OPEP-Organização dos países exportadores de petróleo;

REGIC- Regiões de Influência das Cidades;

SUDENE- Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

Sumário

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 01- FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS (SÉCULO XVI-1930)..	29
1.1 Ocupação territorial e povoamento do Nordeste açucareiro.	30
1.2 Antecedentes históricos da ocupação do espaço alagoano pela tríade cana-pecuária-algodão.	34
1.3- A transformação da economia e da organização socioespacial alagoana ao longo do século XIX.....	45
<i>1.3.1 Principais vilas e cidades alagoanas até a instauração da Província.</i>	<i>45</i>
<i>1.3.2 A Província de Alagoas: principais atividades econômicas e a mudança na organização socioespacial.....</i>	<i>48</i>
1.4. – As mudanças na organização socioespacial alagoana no alvorecer do século XX: A fragilidade da pecuária, o surgimento das usinas, as fábricas têxteis e as estradas de ferro.....	57
CAPÍTULO 02- A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL, CENTRALIDADE URBANA E A ESTRUTURA PRODUTIVA ALAGOANA (1933-1967).	76
2.1- Mudanças do padrão de acumulação da economia brasileira: Da gênese da indústria aos desequilíbrios regionais.	77
2.2- As modificações dos principais setores da economia alagoana (1933-1967).....	89
<i>2.2.1- A decadência do setor têxtil.....</i>	<i>89</i>
<i>2.2.2-O setor agroindustrial sucroalcooleiro.</i>	<i>95</i>
<i>2.2.3- A superação da estagnação, a bacia leiteira e a importância territorial da pecuária.</i>	<i>104</i>
2.3- A estrutura produtiva alagoana.....	108
2.4-A organização socioespacial alagoana (1933-1967).....	112
<i>2.4.1- O Crescimento Arapiraquense e a importância dos transportes na centralidade urbana alagoana.</i>	<i>113</i>
<i>2.4.2- A transformação do urbano-rural em Alagoas e a concentração em Maceió.</i>	<i>122</i>
<i>2.4.3- O movimento “para dentro” e “para fora” da migração dos alagoanos (1940-1970).....</i>	<i>129</i>
CAPÍTULO 03- A SALGEMA, O PROÁLCOOL E A CONCENTRAÇÃO DA REDE URBANA ALAGOANA (1967-1988).....	134

3.1- A transição do padrão de acumulação nacional desenvolvimentista para o neoliberalismo.....	136
3.2- A SUDENE, o Próalcool e a Estrutura Produtiva alagoana (1967-1990)...	141
3.2.1- <i>Incentivos e investimentos da SUDENE em Alagoas: O papel da SALGEMA.</i>	141
3.2.2- <i>O Próalcool e o protagonismo do setor agroindustrial sucroalcooleiro.</i>	147
3.2.3- <i>O crescimento da pecuária.</i>	155
3.2.4- <i>As mudanças na estrutura produtiva alagoana (1967-1990).</i>	159
3.3- A organização socioespacial alagoana: a rede urbana, centralidade e migração (1970-1990).....	166
3.3.1 <i>A urbanização alagoana: as consequências do avanço extensivo da cana-de-açúcar e a concentração dos investimentos na SALGEMA.</i>	166
3.3.2- <i>A concentração e a centralidade da rede urbana alagoana.</i>	169
3.3.3- <i>Retrato da migração “para dentro” e “para fora” de Alagoas durante os anos 70 e 80.</i>	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	187

INTRODUÇÃO

Ao tratar da organização socioespacial, esta dissertação procura contribuir para a compreensão das especificidade do uso, da ocupação, função e transformação histórica¹ do espaço de Alagoas, objeto deste estudo.

Ponto de partida deste trabalho é o alinhamento metodológico daquilo que ficou conhecido como as contribuições marxistas², que criticam os seguidores do pensamento convencional³, principalmente os expoentes da *regional science* e da escola Alemã (BREITBACH, 1986). Para essas escolas, o espaço é tratado da perspectiva das decisões empresariais de busca da localização ótima em termos de minimização dos custos – principalmente o de transporte entre o mercado produtor (indústrias, zonas agrícolas, comércio, serviço) e o mercado consumidor – e de maximização do lucro. O espaço por essa ótica, portanto, é tratado segundo pressupostos de economia de mercado: neutro, a-histórico, universal, uma variável estatística entre várias outras, utilizando o instrumental geométrico como principal meio de análise.

Os autores críticos a essa escola de pensamento entendiam o espaço como fruto de uma construção social cujo desenvolvimento das relações de produção dota o espaço de forma, organização e função segundo as necessidades da produção material em determinada etapa histórica. Conforme afirma Sormani (1977, p.151):

Pode-se afirmar que o fundamento principal de toda teoria moderna da sociedade não consiste em nenhum momento natural extra-histórico ou extra-social como o clima, a luta pela existência, as forças humanas somática e psíquica, mas em uma natureza historicamente já modificada ou, para ser mais preciso, nos desenvolvimentos historicamente e socialmente caracterizado pela produção material. “É verdade que “o modo” como os homens produzem seus meios de vida depende, principalmente da própria natureza dos meios de vida com os quais se encontram e se trata de reproduzir” (Marx), mas este modo produção já um uma forma determinada de manifestar sua visa, um determinado modo de vida dos mesmos .

¹ Essa transformação é o que Marx (1984) chamou de “segunda natureza”, a transformação da natureza e do espaço para atender aos interesses econômico-produtivos do homem, como a derrubada de matas para a implementação da cana-de-açúcar em Alagoas.

² Rofman, Sormani, Corragio, Lipietz, Santos e Palacios são alguns dos principais autores das contribuições marxistas.

³ Isard, Christaller, Losch, Von Thunen, Alfred Webber são os principais autores da escola convencional.

Sobre a transformação e organização do espaço em determinada etapa histórica Santos (1992, p. 2), complementa que: “seu papel (*a organização do espaço*) é justamente permitir a determinação específica das variações da existência histórica determinada”. Portanto, a organização espacial de cada território seria a manifestação de cada modo de produção: “cada sociedade veste a roupa do seu tempo” (op. cit). Assim, o espaço é a dimensão das coisas e dos processos que se dão no mundo material (PALÁCIOS, 1979).

Sormani (1977, p. 163) afirma que:

A formação social nada faz do que denunciar as condições de desenvolvimento do processo de humanização da natureza; Este conceito nos servirá para denotar o modo que, historicamente, o homem organiza sua vida territorialmente e faz uso do espaço em função das necessidades da vida material”

O espaço, em suma, é expressão material da modificação da natureza de acordo com as necessidades produtivas e materiais de cada etapa histórica, de cada assentamento humano dentro do modo de produção vigente, e não possui o caráter neutro e inerte tal qual proposto pelo recorte teórico convencional da ciência regional (SORMANI, 1977).

Assim sendo, o estudo sobre o espaço deve, necessariamente, ligar-se às condições concretas do modo de produção dominante. A variável espacial é dado da realidade objetiva e deve ser pensada como totalidade formada por múltiplas determinações (ROFMAN, 1974). Esta engloba as diversas escalas de análise (internacional, nacional e local) para entender a ocupação, função, estrutura e forma de cada espaço (BRANDÃO, 2006).

A organização socioespacial, dessa maneira, assume uma forma e uma especificidade em cada etapa histórica. No capitalismo, a organização do espaço nacional, regional e local corresponde à inserção das escalas na respectiva divisão internacional e territorial do trabalho, a qual, por sua vez, depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma dessas escalas. Logo, é a divisão territorial do trabalho (DTT) que determinará as especificidades de cada espaço regional numa totalidade (CORRAGIO, 1988); (BRANDÃO, 2007).

À vista disso, esta dissertação, ao procurar tratar as modificações da organização socioespacial alagoana, abrange também conceitos de centralidade e hierarquia urbana, que, *a priori*, podem ser mal interpretados e confundidos com abordagem baseada em princípios da *teoria da localização do espaço* de enfoque liberal, o que se procura rechaçar já nesta introdução. O conceito de centralidade trabalhado neste estudo pode ser definido de acordo com estudo do IPEA de 2002: "centralidade: mostra a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de bens e serviços originário nesse centro urbano" (IPEA, 2002, p. 49).

Na verdade, o uso do conceito de centralidade e hierarquia não limita a análise a mera referência locacional da organização do espaço neutro para maximização dos lucros e minimização dos custos do transporte por parte dos empresários. Para evitar tais confusões metodológicas acerca da base de referência analítica, há de se qualificar que a aplicação desse conceito tal qual tratado permite demonstrar que as cidades não estão isoladas nem condenadas a se desenvolverem confinadas a si e que tampouco seu surgimento consegue ser explicado exclusivamente por seus fatores internos; ao contrário, há de se reconhecer sua inserção na divisão territorial do trabalho, as diversas espacialidades presentes no espaço, sua formação histórica e sua dinâmica econômica em confluências com as outras escalas, que se relacionam e subordinam determinada cidade.

Tal qual alertou, em sua dissertação, Porto (2016, p. 22 e 23): "A importância em demarcar tais complexidades analíticas visa evitar que tomemos as cidades como se dependessem apenas de si mesmas para evoluir e crescer, sobretudo, as de pequeno ou médio porte".

De tal modo, utilizando a metodologia e os conceitos descritos, tentando alinhar a parte com o todo, sabendo que a parte possui características específicas e, ao mesmo tempo, é movida por um movimento geral, do todo, procura-se compreender as mudanças na economia e na organização socioespacial alagoana. A justificativa do

trabalho, portanto, reside no preenchimento de uma lacuna nos estudos desse estado acerca da junção entre economia e espaço, pouco estudada até aqui.

Destarte, a presente dissertação empenha-se em responder a seguinte pergunta: Quais foram as transformações e os fatores de mudança na organização socioespacial alagoana da sua formação territorial até 1988?

O objetivo geral do trabalho é, portanto, identificar as transformações da economia e da organização socioespacial de Alagoas com base nas alterações em sua estrutura produtiva. Os objetivos específicos do trabalho, a seu turno, são: Elaborar periodização da rede urbana alagoana; identificar as mudanças em sua centralidade urbana; e examinar a composição da estrutura agropecuária e produtiva.

Assim, a hipótese levantada é que a criação do IAA, em 1933, representa um marco na organização socioespacial alagoana, visto que a partir desse evento se iniciou a especialização da estrutura produtiva na produção de açúcar e álcool. O reflexo espacial desse fenômeno foi a concentração e o atrofiamento da rede urbana alagoana em Maceió, em razão do uso extensivo da terra e do menor grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho promovido pelo setor agroindustrial sucroalcooleiro. Enquanto isso, o setor têxtil-algodoeiro que chegou a rivalizar com a cana como principal atividade econômica e promovia o assalariamento da mão de obra, a urbanização das cidades, a propagação da renda e o uso da terra em pequenas e médias propriedades, o oposto do verificado para o setor canavieiro, entrou em profundo declínio, beirando a extinção no final da década de 1980. A concentração da rede urbana em Maceió intensificou-se no pós-1967, com a construção da SALGEMA e, posteriormente, do PCA. Então, historicamente, diferentes tipos de ocupação e de uso da terra (rural e urbana) promoveram diferentes formas de organização do espaço alagoano quer pelo espraiamento, quer pela concentração da sua rede urbana, quer pela mudança de hierarquia entre os municípios.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de examinar a composição da estrutura produtiva alagoana de acordo com a periodização adotada; de verificar os impactos dos programas de incentivo e subsídios do governo federal aos principais setores

econômicos do estado por meio do IAA, da SUDENE e do II PND; e de analisar o processo de urbanização e a transformação da rede urbana.

Para responder à problemática proposta, utilizou-se o método histórico-estrutural, realizando revisão de literatura acerca da formação territorial e da organização socioespacial alagoana, concomitantemente com a análise do padrão de acumulação nacional e internacional em que Alagoas estava inserida. Busca-se, assim, através da visão de totalidade, identificar tanto as especificidades desse estado, quanto a forma como o território alagoano foi apropriado e moldado conforme sua inserção na divisão territorial do trabalho. Para isso, resgataram-se autores clássicos da literatura local – como Sant’Anna (1970); Altavila (1988); Lira (1996); Diegues Jr (1949); Lima Jr (2014), entre outros – e buscaram-se documentos dos arquivos públicos de Alagoas, disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>.

Visando retratar a trajetória da economia e da organização do espaço alagoano, utilizaram-se fontes de dados secundários e informações disponíveis nos censos, secretarias e órgãos públicos. Para obter o valor da produção industrial, do crescimento econômico, da distribuição setorial do PIB, da estrutura agrícola, da distribuição populacional e do movimento migratório, fez-se uso dos censos demográficos, agrícolas e industriais, todos do IBGE. Além disso, usaram-se as referências e dados de outras instituições como SUDENE, IPEA, Banco do Nordeste, Federação das Indústrias de Alagoas (FIEA), Governo do Estado de Alagoas e Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, cada um referente a distintos períodos da história econômica e espacial de Alagoas.

No capítulo 1, trata-se da formação territorial alagoana, abarcando desde os primeiros povoamentos no século XVI até 1933. Procura-se mostrar a evolução política e econômica do estado concomitantemente com a construção e organização do seu território. No período analisado, houve maior repartição da terra agrícola e da atividade econômica entre cana-de-açúcar, pecuária e algodão, o que se materializou em incipiente e descentralizada rede urbana, com rápidas mudanças nas vilas e

idades de maior centralidade. Este capítulo vai até 1933, quando se iniciou a predominância da cana na economia e nos campos agrícolas de Alagoas.

No capítulo 2, trata-se o período de 1933 a 1967, quando se criou o IAA e se fomentou crescimento do setor canavieiro, até a instalação da SALGEMA em 1967. O período caracteriza-se pela transformação da economia e da organização socioespacial alagoana, uma vez que, a partir de 1933, iniciou-se a especialização da estrutura produtiva local no setor sucroalcooleiro, o que culminou com a concentração da rede urbana, especialmente em Maceió, alterando o padrão até então descentralizado. Nesses anos, além do crescimento e da concentração das atividades econômicas voltadas para a cana-de-açúcar, houve a crise do setor têxtil pela concorrência com o Centro-Sul e a ascensão do fumo de Arapiraca. Reflexo dessas mudanças foi a maior concentração da população, da economia, do fluxo de serviços e das mercadorias na capital do estado, principalmente, pela anexação dos tabuleiros costeiros do sul pela plantação canavieira, o que intensificou o fluxo migratório para Maceió. Ademais, o agreste alagoano ganhou maior notoriedade com o crescimento de Arapiraca estimulado pelo fumo e de Palmeiras dos Índios por sua função de entreposto comercial entre as cidades do sertão e do agreste. Nesse contexto, em comparação com o período anterior, constatam-se mudanças na centralidade urbana, com maior influência de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios. A rede urbana alagoana também ficou relativamente mais concentrada, porém ainda descentralizada.

O capítulo 3 examina o período de 1967 a 1988. Essa periodização advém da hegemonia adquirida pelo setor canavieiro nos campos agrícolas alagoanos, em consequência das políticas do IAA, do Proálcool e até da SUDENE, o que acentuou o êxodo para a capital. Além disso, os investimentos da SUDENE e do II PND na SALGEMA e no PCA alagoano, localizados em Maceió, promoveram o crescimento das atividades e serviços urbanos, tornando-se fator de atração de imigrantes do campo em busca de emprego e renda. Desse modo, com expansão quase hegemônica da cana-de-açúcar e com investimentos industriais em Maceió, ainda que concentrados quase exclusivamente no setor químico, houve forte concentração da rede urbana alagoana em Maceió e, em menor grau, em Arapiraca, além da maior

centralidade urbana exercida por essas cidades. Esse período, representa então um aprofundamento do processo iniciado em 1933.

Optou-se por encerrar a periodização deste estudo em 1988, porquanto nesse ano o então governador do estado, Fernando Collor, celebrou o “acordo dos usineiros”. Esse evento ocorreu em meio à crise econômica brasileira nos anos 1980 – “a década perdida” – e ao início da transição do padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista para o neoliberalismo, o que, em conjunto, engendrou a “ultra-especialização” produtiva na produção de açúcar e álcool em Alagoas, aprofundando, como notado, o processo iniciado ainda na década de 1930. A partir de 1988, esses acontecimentos expressavam-se, na sociedade, com a degradação dos indicadores socioeconômicos, na economia, com a crise fiscal do estado, na política, com o impeachment do governador Divaldo Suruagy (1997) e, no espaço, com o acirramento da concentração urbana em Maceió, em níveis ainda mais alarmantes. Em suma, desde então, os elementos da escala internacional, nacional e estadual impuseram outros condicionantes à dinâmica produtiva e à organização socioespacial alagoana, o que, contudo, foge ao escopo do presente trabalho.

CAPÍTULO 01- FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS (SÉCULO XVI-1930)

O primeiro capítulo da dissertação tem como objetivo evidenciar o histórico da ocupação de Alagoas, desde os primeiros indícios de povoamento até o ano de 1933. Apontará as transformações históricas da economia e da organização socioespacial de Alagoas através da evolução populacional das primeiras vilas e cidades, das modificações das atividades econômicas e das mudanças nas localidades que exerciam papel de mais alta hierarquia durante diferentes ciclos de acumulação.

A periodização adotada segue até 1933, pois defende-se que a implementação da Autarquia do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) nesse ano foi um marco para a economia e a organização socioespacial alagoana. O IAA representou tanto a força política, econômica e social dos usineiros ante o deteriorado setor têxtil, como as modificações na configuração socioespacial. Desde então, a cana-de-açúcar tornou-se quase hegemônica nos campos agrícolas e na estrutura produtiva local. Esse processo promoveu a concentração da rede urbana e o fortalecimento da centralidade de Maceió pelo aumento do êxodo rural, agravamento da concentração fundiária, pauperização da sociedade e pelo baixo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho no estado.

Para realizar o objetivo deste capítulo, é necessário tratar, brevemente, da ocupação e do povoamento da região do Nordeste, baseando-se na tríade: algodão, cana-de-açúcar e pecuária. Estudar a organização socioespacial de Alagoas requer, como mediação necessária, a compreensão desse mesmo processo no nível regional, junto com escalas nacional e internacional. Embora a região seja subespaço do território nacional dotado de suas especificidades, possui também características do próprio país. Quanto às particularidades regionais, podem estar ligadas aos recursos naturais, à força de trabalho, ao sistema produtivo, à estrutura social, entre outros. A região é a parte de um todo, que não é todo tão somente pela soma das partes, mas pela integração e pelas características comuns entre as partes, conforme destacam Sormani (1977); Corragio (1988); Rofman (1974); e Palacios (1983).

1.1 Ocupação territorial e povoamento do Nordeste açucareiro⁴.

No século XVI, os primórdios da ocupação brasileira foram as feitorias, surgidas no litoral como forma de indicar a posse do novo território pela metrópole portuguesa e também como elemento de policiamento e defesa ante os contrabandistas europeus. Esboçaram os primeiros núcleos de organização político-administrativa da Colônia. Apesar de terem promovido a incipiente povoação, as feitorias tiveram função econômica desprezível por serem simples entrepostos comerciais e estarem em número muito reduzido, não tendo talvez chegado sequer a seis no total (AZEVEDO, 1994).

Sem lograr a efetiva ocupação por meio das feitorias, Portugal adotou o sistema de Capitanias Hereditárias para povoar, defender e viabilizar economicamente sua Colônia americana (FERLINI, 1986). A capitania de Pernambuco, em particular, foi muito bem sucedida, principalmente pela implementação de lavouras canavieiras. A produção e exportação do açúcar garantiam a viabilidade econômica da Colônia e contribuíam para a consolidação da presença portuguesa em território brasileiro. Os primeiros indícios de fixação do povoamento foram os engenhos banguês⁵, sendo que os primeiros instalados são datados de 1535, quando eram o maior e mais complexo empreendimento do mundo (LIRA, 1997), ao longo do litoral até a foz do rio São Francisco (FURTADO, 2006).

⁴ Conforme Oliveira (1981, p. 32): “Reconhecia-se, no período da Colônia, ‘regiões’ dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas: sobretudo no que corresponde hoje aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, a ‘região’ era reconhecível como o *locus* da produção açucareira”.

⁵ Os engenhos banguês representavam todo o sistema de produção e técnicas de fabricação do açúcar na Colônia até final do século XIX, quando a produção foi transplantada para as usinas de açúcar. Os engenhos tinham mecanismos bastante arcaicos e não produziam em grande escala. Eles eram movidos tanto à força da água como à tração animal para rodar a moenda e esmagar a cana. Esses eram os dois tipos de engenhos existentes e tinham seus problemas: i) O engenho movido à água tinha o problema estar à mercê das intempéries climáticas. Estes podiam ser o copeiro, quando as águas vêm de do alto; o meio copeiro ou covilhete, se as águas vêm de menor altura e o rasteiro se as águas corriam de baixo; ii) Os engenhos movidos à tração animal precisavam de amplas áreas para a pastagem dos animais e dependiam mais de escravos do que de água. Estes também podiam ser chamados de engenhos de bestas, ou molinetes. (DIÉGUES JR, 2012).

Conforme Ferlini (1986, p.8): “primeiro momento da dominação portuguesa na Colônia, o Nordeste açucareiro deu a luz ao Brasil”. Para proporcionar a expansão econômica e a defesa territorial requerida pela Coroa, a cana necessitava de muita terra e muita mão de obra, o que não era grande empecilho. A terra foi doada na forma de sesmarias, muitas vezes sem limites, e outras com cerca de 30 mil quilômetros⁶. A mão de obra – escrava – passou a ser importada do continente africano. A política portuguesa consistia, portanto, no estímulo à empresa comercial calcada em poucos produtos exportáveis, essencialmente a cana-de-açúcar, produzida em grande escala e baseada na grande propriedade (LIRA, 1997).

A atividade canavieira foi a base originária da formação territorial nordestina e brasileira, pois dotou o espaço de um uso, com função de viabilizar e justificar economicamente sua ocupação. Em contrapartida, significou tragédia ao povo indígena e ao negro africano (FERLINI, 1986).

Apesar da primazia da cultura canavieira como fonte de ocupação e uso do espaço, o território nordestino não foi formado exclusivamente por ela. A pecuária também teve participação nesse processo, pois serviu como importante elemento de penetração ao interior e constituição de novos núcleos de povoamento no sertão e, em certa parte, também no agreste⁷ nordestino. O gado cumpria função complementar. Inicialmente, coexistiu com a cana-de-açúcar nas áreas de plantação, na zona da mata, por ser fonte de alimentos (carne e leite), de meio de transporte (carro de bois) e de energia para mover os engenhos (via tração animal). Contudo, por conta do desgaste do solo e da segunda invasão holandesa (1630-1654)⁸, os

⁶ Os índios já ocupavam as terras e, logicamente não aceitaram pacificamente sua expropriação. Munidos com armas de poder letal muito inferior aos europeus os índios tiveram que fugir para o sertão nordestino, em detrimento da conquista territorial portuguesa.

⁷ Apesar de mais próximo à zona da mata e também com boas condições naturais de pasto e plantio, o agreste foi tardiamente povoado. Só no início do século XVIII, essa região seria conquistada e integrada economicamente ao Nordeste. Isso porque até final do século XVII a região era considerada de difícil acesso pelos donos de engenhos e pecuaristas locais, pois nela se situava o Quilombo dos Palmares (que se estendia de Atalaia em Alagoas até Garanhuns em Pernambuco) e os Índios cariris. Somente após a derrubada do Estado Negro e das tribos indígenas é que o agreste se tornou passível de doação de terras via sesmarias e onde se instalaram as primeiras grandes fazendas (ANDRADE, 1963).

⁸ As invasões holandesas ocorreram porque após a morte de Dom Sebastião, rei de Portugal que não deixou herdeiro, Portugal e suas possessões estiveram sob o domínio de Felipe II, rei da Espanha, entre 1580 até 1640, período conhecido como União Ibérica. A Espanha, por sua vez, estava em guerra com a Holanda e proibiu o comércio holandês na Colônia portuguesa, até então uma das

rebanhos foram deslocados para áreas mais distantes da plantação canvieira (ANDRADE, 1963).

Em meio a esse processo, a pecuária – fornecedora de couro, carne e leite nessas áreas mais longínquas - permitiu o desbravamento, povoamento e fixação dos assentamentos, principalmente no sertão, mas também no agreste, além de continuar como atividade complementar à cana, pelo fornecimento de força motriz e de víveres às vilas. Segundo Andrade (1963, pág. 8), referindo-se ao povoamento pela pecuária, “é que, não se prestando essas áreas (sertão e agreste) à grande lavoura açucareira, foram nos tempos coloniais utilizadas, sobretudo como pastagem para pecuária extensiva”. Assim, era estendida a ocupação do território nordestino, que adentrava a parte mais interiorana por meio da pecuária:

Foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para o Sertão o excedente de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que (...) não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala” (ANDRADE, 1963. p. 181).

Apesar da importância como elemento estruturante do povoamento do sertão nordestino, a pecuária não era complexo econômico autônomo nem poderia contribuir para maior desenvolvimento e diversificação das forças produtivas, isso pois:

[...] apesar de não existirem fatores limitantes à expansão da economia criatória, esta se constituía como um mero desdobramento da economia açucareira e apresentava mais características de uma economia de subsistência do que de uma atividade que pudesse gerar efeitos dinâmicos sobre si e sobre o espaço no qual estava inserida [...] Ao invés da estagnação da produção açucareira provocar a emigração do excedente de população livre para outras regiões, este excedente foi absorvido pela pecuária. No entanto, sem o estímulo da economia açucareira, a transferência dessa população baixava ainda mais a produtividade da economia criatória e a convertia em economia de subsistência (MORAIS e MACEDO, p. 32, 2014).

maiores fontes de receita dos holandeses, que controlavam a comercialização e financiamento da produção açucareira. Privado desse negócio, os holandeses decidem invadir a área colonial portuguesa. Primeiro partiram para a Bahia, mas, sem sucesso na expedição, migram o foco militar para Pernambuco, onde conseguem se estabelecer. O que estava em disputa era o controle da atividade mercantil açucareira e do território colonial português entre Espanha e Holanda (FERLINI, 1986).

Assim, até o século XVII o Nordeste era formado e povoado através do binômio cana-pecuária. Na zona da mata, estava região canavieira, caracterizada pelas ótimas condições edafoclimáticas de produção e de fácil escoamento para comercialização do açúcar. No sertão, ficava a pecuária extensiva, que adentrou o território por não ser permitido gado na mesma faixa da cana-de-açúcar e pela fuga dos fazendeiros ante os holandeses, mas ainda era subsidiária ao complexo açucareiro.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, embora registrada desde o século XVII, a cultura algodoeira passou a revolucionar a ocupação e a agricultura no Nordeste, principalmente do agreste, que, mesmo já explorado pela pecuária, era ainda subpovoado (ANDRADE, 1963).

O algodão começava a ser amplamente cultivado e incentivado como importante cultura agrícola, após ter expressivo aumento no comércio internacional. Os fatores que levaram ao crescimento de sua incipiente produção no século XVIII foram: a revolução industrial inglesa e a instalação da fábrica têxtil; a invenção da máquina a vapor; o aumento da população e, conseqüentemente, aumento da demanda por tecido, a independência dos Estados Unidos e a distribuição agrícola da cotonicultura, que permitia o consórcio com outras culturas alimentares e, assim, estimulava pequenos e médios proprietários (STEIN, 1979).

No século XIX, por sua vez, outros elementos consolidaram a cotonicultura no agreste nordestino: a abertura dos portos em 1808, que permitiu a manufatura têxtil do algodão, até então proibida pela rainha D. Maria em 1785; a adoção da política protecionista em 1844 pelo governo Imperial para as atividades manufatureiras com a elevação das tarifas de importação; a Guerra da Secessão Norte-Americana (1861-1865); a libertação do capital e mão de obra para a atividade algodoeira pelo fim do trabalho escravo; a adoção das medidas de incentivo à indústria no primeiro Governo Republicano (1889), principalmente pelo ministro da fazenda Ruy Barbosa; e um favorável momento de disponibilidade de capitais (período do encilhamento) (ANDRADE, 1963); (STEIN, 1979); (SALDANHA e LESSA, 2011).

O Nordeste logo se tornou grande produtor de algodão, pois contava com itens básicos para o desenvolvimento da cotonicultura e das unidades fabris e também por

ser esta uma cultura mais “democrática” do que a canavieira, já que “[...] não só os grandes proprietários utilizando mão-de-obra escrava e assalariada o cultivavam, como também pequenos proprietários, foreiros e moradores” (ANDRADE, 1963, p.143); (SALDANHA e LESSA, 2011).

O algodão tinha como característica socioeconômica a produção em pequenas e médias fazendas, muitas vezes associada à produção local de outros produtos agrícolas e movimentada pelo trabalho assalariado. Assim, organizou-se uma forma diferente de povoamento e de sociedade. A atividade algodoeira movimentava os pequenos povoados e vilas nas áreas interioranas, principalmente do agreste, que absorviam parte do excedente produzido e do ágio comercial obtido pelos pequenos comerciantes. O desenvolvimento da cultura e, posteriormente, da indústria têxtil empregou boa quantidade da mão de obra disponível, dotou as cidades de mercado interno próprio, estimulou o crescimento de uma rede de serviços e fomentou importantes encadeamentos industriais “para frente”. Para Andrade (1963), a cotonicultura teve impacto maior no crescimento e na urbanização das cidades que estavam no seu entorno do que naquelas no entorno da produção açucareira.

Com o algodão, completava-se a clássica formação ocupacional do território nordestino, baseado no trinômio cana-de-açúcar, pecuária extensiva e algodão. Essas atividades representaram a base do povoamento e da formação econômica nordestina (CARVALHO, 2015).

1.2 Antecedentes históricos da ocupação do espaço alagoano pela tríade cana-pecuária-algodão.

Apesar de a fixação do povoamento ocorrer somente a partir dos últimos decênios do século XVI, o reconhecimento do atual território alagoano iniciou-se já com a primeira expedição exploratória, em 1501, quando os portugueses descobriram os rios São Miguel, Coruripe e São Francisco, na porção sul de Alagoas. Mesmo com a rápida descoberta, um ano após a chegada portuguesa ao território brasileiro, o litoral alagoano ficou abandonado por décadas, visto que não encontraram metais preciosos (ouro e prata) (CARVALHO, 2015); (FERLINI, 1986).

Somente com o crescimento do comércio de pau-brasil pelos contrabandistas franceses na costa alagoana, mais especificamente na praia dos Franceses, em Marechal Deodoro (antiga Alagoas do Sul), os portugueses atentaram para a necessidade de ter o domínio efetivo do seu território. Assim, por interesses militares, iniciava-se a conquista do território alagoano, que fazia parte da Capitania de Pernambuco, criada em 1534 e doada a Duarte Pereira Coelho (COSTA, 1932).

A tomada da “parte sul de Pernambuco”, atual Alagoas, começou com a expulsão dos contrabandistas franceses e dos índios caetés, sob a justificativa de que estes haviam atacado o Bispo D. Fernandes Sardinha em 1556, após o naufrágio do seu navio no rio Coruripe. Com esse pretexto, os portugueses iniciavam uma guerra aos “inimigos” franceses e aos índios caetés, quando a real motivação era a ocupação do território (ALTAVILA, 1988).

Com o objetivo de expulsar aqueles últimos do território, Jerônimo de Albuquerque promoveu uma bandeira⁹, em 1557. Foi o primeiro indício de povoamento e exploração do solo alagoano. Em 1560, outra bandeira foi organizada, dessa vez por Duarte de Albuquerque Coelho e Jorge de Albuquerque Coelho, filhos do primeiro donatário da capitania de Pernambuco, para expulsar definitivamente os índios caetés e os contrabandistas franceses. Essa segunda expedição chegou até o rio São Francisco, onde foi construído em suas margens um arraial fortificado para a ocupação e defesa do território. Assim, era iniciado o povoamento, por fins militares, que originou a vila de Penedo, em 1560¹⁰, no limite territorial da parte sul da Capitania de Pernambuco (COSTA e NASCIMENTO, 2004).

Entre 1575 e 1585, outra bandeira, esta chefiada por Cristóvão Lintz, fidalgo de origem alemã, destinou-se a expulsar os índios potiguares da extensa região compreendida entre o cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e Porto Calvo, em Alagoas. Com o êxito dessa empreitada, o território foi dividido em sesmarias e o fidalgo foi compensado com parte da área ocupada pelos índios. Dono dessas terras, Cristóvão Lintz instalou cerca de sete engenhos de açúcar, o que iniciou o

⁹ Bandeira é o termo usado para expedições organizadas por fidalgos, colonos e aventureiros, representando uma posição oficial da Metrópole portuguesa, que penetravam o território colonial a fim de conquistar as terras e em busca de riquezas minerais, como o ouro e a prata (ALTAVILA, 1988).

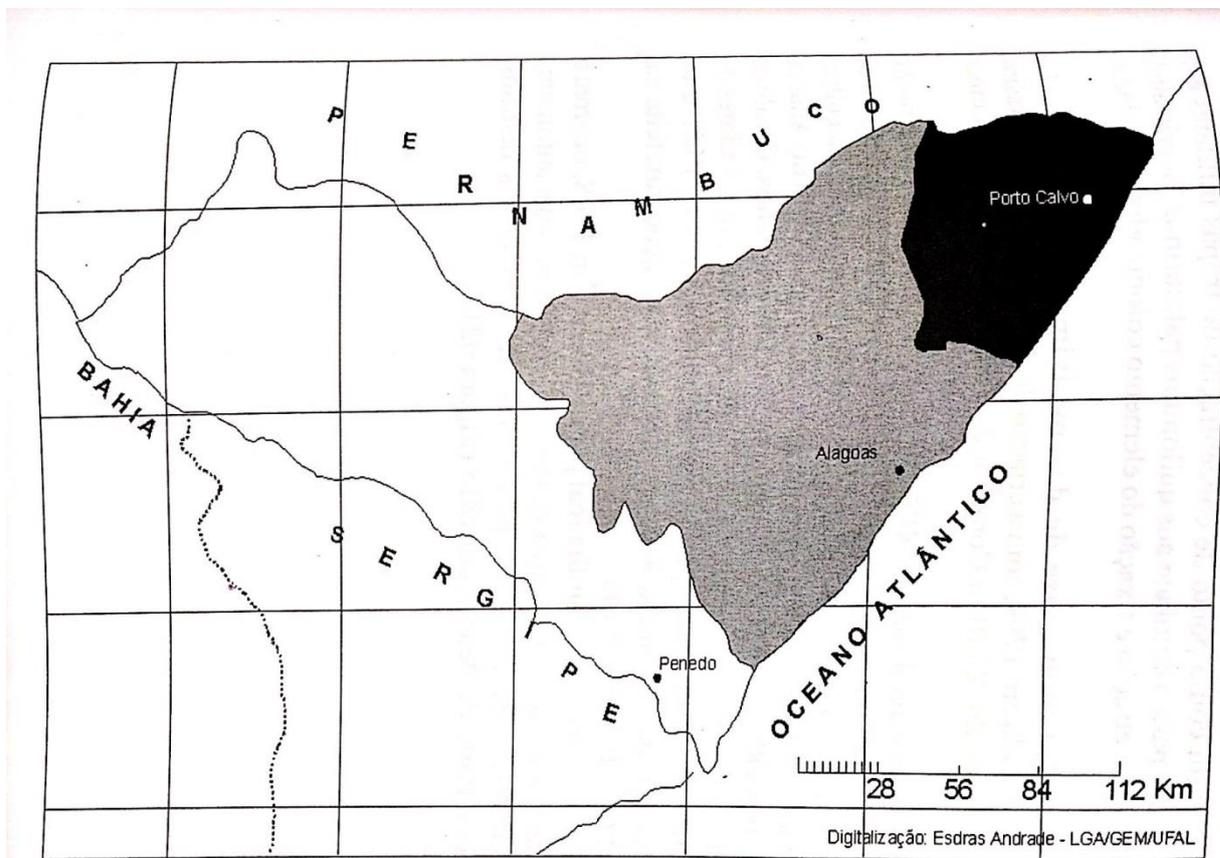
¹⁰ Há algumas divergências entre aqueles que estudam a formação do território alagoano quanto à data de fundação desta cidade. Para Carvalho (2015); Craveiro Costa (1932) e Diegues Jr (1949) a data seria mesmo em 1560. Já para Altavila (1988) e Espíndola (2001) essa data seria entre 1550 e 1555.

povoamento de Porto Calvo (1590), mais ao norte e segundo núcleo de povoamento do território alagoano (DIEGUES JR, 1949).

Logo depois, concedidos para Diogo Soares os terrenos mais centrais do território, foi fundado o povoado de Alagoas do Sul (1591), motivado pela produção açucareira e instalação de engenhos (DIEGUES JR, 1949). No mesmo ano, também foi fundada Santa Luzia do Norte ou Alagoas do Norte. Esta, porém, nunca alcançou o desenvolvimento dos três principais núcleos de irradiação da ocupação e do povoamento do território alagoano, muito por conta da proximidade com Alagoas do Sul, que, por já possuir um porto, de quando os franceses de lá contrabandeavam o pau-brasil, tinha maior desenvolvimento comercial e maior comunicação com o resto do território do que Santa Luzia do Norte (ALTAVILA, 1988).

São esses os três núcleos iniciais de povoamento do território alagoano no século XVI: Porto Calvo, situado próximo ao rio Manguaba, na região norte; Alagoas do Sul, próxima às duas maiores lagoas Manguaba e Mundaú, no centro do território e Penedo, às margens do rio São Francisco, na região sul. A partir desses primeiros povoados e do crescimento da economia canavieira, espalhou-se a incipiente ocupação do território alagoano (SANT'ANNA, 1970). A **imagem 1.1** ajuda-nos a visualizar o início da formação territorial alagoana pelos três primeiros povoados, elevados à categoria de vila em 1636, também as primeiras do território alagoano.

Imagem 1.1- Núcleos Iniciais de Povoamento em Alagoas (século XVI).



Fonte: Costa e Nascimento (2004).

No século XVII, a invasão holandesa a Capitania de Pernambuco, onde funcionavam mais de cem engenhos, redesenhou a ocupação espacial e quase colapsou a incipiente economia canavieira alagoana. A intenção dos holandeses não era destruir o sistema econômico da Colônia, baseado no trinômio latifúndio-monocultura-escravidão, para emergir outro padrão de reprodução, mas, sim, tomar dos portugueses/espanhóis as posições, lucros e privilégios já consolidados (MELLO, 1999). Mesmo com esse intuito, os engenhos em Alagoas e os canaviais foram quase todos destruídos, confiscados e queimados, o que praticamente exterminou a produção de açúcar no território alagoano (ANDRADE, 1963).

Explicação para essa contradição é que, para os holandeses, a parte sul do território da capitania pernambucana (Alagoas) deveria fornecer alimentos e gado ao ponto central da capitania, Olinda e Recife. Esse objetivo, no entanto, era incompatível com o *plantation* canavieiro por ser atividade latifundiária e monocultora.

No período holandês, portanto, procurou-se mudar o sentido da economia alagoana, de região notadamente açucareira para policultora (AZEVEDO, 2012). Para inviabilizar a produção do açúcar e destruir os engenhos, os holandeses contaram com a importante ajuda de Domingos Fernandes Calabar¹¹, morador local, natural de Porto Calvo, com cujo conhecimento da geografia local favoreceu os invasores durante os combates em solo alagoano (ALTAVILA, 1988). Nessas circunstâncias, os holandeses conquistaram os engenhos e povoações, ruindo a economia canvieira naquele momento: “A história do período holandês é a história da destruição da economia açucareira, então incipiente” (DIEGUES JR., 1949, p.73).

Somente em 1645, após Portugal já ter se libertado do domínio espanhol em 1640, e antes mesmo da saída definitiva dos holandeses em solo colonial (1654), os holandeses e alguns dos senhores de engenhos alagoanos que resistiam assinaram um acordo, após uma batalha em Porto Calvo, pela libertação do território de Alagoas e fim das atividades militares (DIEGUES JR., 1949).

Logo após a expulsão dos holandeses, a atenção voltou-se para outra ameaça aos senhores de engenho e seu complexo econômico açucareiro: os escravos fugidos. Eles reuniam-se no histórico Quilombo dos Palmares, fundado antes da invasão holandesa e derrotado somente em 1695, e também importante marco na ocupação do interior alagoano. Esse Quilombo representou grande rebelião dos escravos que ocupavam área entre o centro-norte de Alagoas e o sul de Pernambuco. A presença dos rebeldes ameaçava as vilas existentes, pois as propriedades e engenhos eram invadidos, depredados, os escravos raptados e os canaviais

¹¹ Muito se discute acerca da “traição” de Calabar. Alguns (Como Thomas Espíndola) o julgam como tal, por guerrear ativamente, saquear, incendiar vilas e matar os próprios moradores locais, não somente os soldados da Coroa, motivado, supostamente, por recompensar dos holandeses. Outros (Como Cícero Péricles de Carvalho e Jayme Altavila) defendem distinto julgamento e motivações para Calabar, pois tanto a questão de traidor da pátria é falsa, visto que Portugal naquele momento estava dominado pela Espanha, ou seja, a pátria nem existia de fato, como a motivação de Calabar também não passava pelo interesse econômico, pois a própria Coroa portuguesa havia feito uma boa proposta de recompensa, com restituição das benfeitorias e bens (Calabar era um abastado e possuía 3 engenhos, uma fortuna para a época), 50.000 cruzados de compensação e o título de Dom, concedido apenas aos nobres portugueses. Recompensas essas rejeitadas por Calabar, assim como também rejeitou a recompensa oferecida pelos holandeses. Calabar foi capturado e julgado como traidor, morto por enforcamento e depois esquartejado em 22 de julho de 1635, em Porto Calvo. Calabar lutava por valores, não por recompensas. Apesar de não haver pátria naquele momento, talvez possa ser considerado um patriótico nacional ante os portugueses, um dos precursores ao lutar pela terra natal (CARVALHO, 2015); (ALTAVILA, 1988).

incendiados, o que inviabilizava a produção açucareira na área que ia para além do próprio Quilombo em si (DIEGUES JR., 1949).

Para evitar o desmantelamento do sistema açucareiro em importante e grande área da capitania pernambucana, o Governo Central tentou várias vezes destruir o Quilombo, mas, como até 1654 os esforços militares estavam voltados contra os holandeses, não foram feitas grandes entradas¹² contra os quilombolas. Após a expulsão dos invasores holandeses, realizaram-se quatorze tentativas de derrotar o Quilombo, entre 1667 e 1694. Coube ao experiente bandeirante Domingos Jorge Velho, junto com o Governo Central e com os senhores de engenhos – que forneceram armas, munição e alimentação aos soldados – comandar a maior mobilização militar da história do período colonial, com um exército de quase três mil homens, invadir e destruir o Quilombo dos Palmares (ALTAVILA, 1988).

Com o aniquilamento dos Palmares, a Coroa Portuguesa dividiu a antiga área ocupada em sesmarias. Devido ao êxito de sua empreitada, o comandante da bandeira, Domingo Jorge Velho, recebeu a doação de parte da área quilombola em recompensa. Nesse contexto, instalaram-se na antiga área quilombola alguns engenhos de açúcar e a igreja de Nossa Senhora das Brotas, o que ensejou a criação da vila de Atalaia, em 1764. Atalaia logo se tornou uma das principais vilas canavieiras em Alagoas. Além da instalação dos engenhos, reabriu-se rota que interligava os povoados mais interioranos entre as vilas de Pernambuco e Alagoas. A vila de Atalaia propiciou a expansão da ocupação do território alagoano para áreas mais interioranas, mas também envolvidas com o complexo açucareiro (ALTAVILA, 1988).

O motivo da colonização, criação e ocupação desses núcleos iniciais foi a produção do açúcar, embora Penedo tivesse sua ocupação inicial justificada por fins militares. A importância do açúcar na ocupação territorial era tanta, que a instalação de engenhos era considerada a melhor maneira de estimular o povoamento e viabilizar a economia da Colônia, a ponto de sua produção ser pré-requisito para a concessão de terras pela Coroa lusitana (HEREDIA, 1989). Segundo Altavila (1988,

¹² Entradas eram as bandeiras não regulares, ou que eram dirigidas por simples aventureiro sem posição oficial (ALTAVILA, 1988).

p.90) “Deve-se à indústria açucareira o povoamento de grande parte do território alagoano. Os povoados, quase sempre, surgiam nas cercanias dos engenhos”.

Para Diegués Jr (1949, p. 23): “É no desenvolvimento da agricultura da cana-de-açúcar que assenta a organização de cada um desses núcleos fundamentais do povoamento de Alagoas. É através da economia açucareira que se expande a colonização do território alagoano”. Assim, a cana-de-açúcar proveu o espaço de um uso, de uma finalidade econômica que justificava e viabilizava sua ocupação. A produção açucareira moldava e transformava o espaço alagoano em razão dessa cultura e de seus agentes:

Foi no decorrer do século XVII que se alastrou o povoamento da região, e criaram-se os engenhos de açúcar (...) começaram a encher-se de canaviais, de boieiros, de engenhos, de casas-grandes; igualmente - e principalmente - de negros escravos (...). No senhor de engenho se aglutinam os elementos constituintes da sociedade alagoana, são (os senhores de engenhos) os propulsores da economia regional: não só nas Alagoas, e sim em todo o Brasil Colonial. São essas famílias que fazem do engenho não apenas um centro social ou demográfico, além do econômico que já era essencialmente; também um centro político, a cuja sombra ou em torno de cujos interesses se realizam o desenvolvimento da vida regional. O que se verificou nas Alagoas com o engenho também se encontra em toda a área açucareira: a influência do engenho na vida local. A penetração da força produtiva do engenho na vida dos povoados. É de tal forma essa influência que a povoação nasce do engenho, ou talvez como uma necessidade dele (DIEGUÉS JR, 1949, p. 61).

Apesar da importância capital da atividade canavieira para a ocupação do estado, não havia somente a cana-de-açúcar no território alagoano. Alagoas era provido de boa condição pastoril “com os mais belos pastos de todo o Brasil”, na área dos tabuleiros, conforme os relatos dos holandeses Joan Van Walbeeck, Hendrick Moucheron e Adriaen Verdock (CARVALHO, 2015). Além da presença na parte sul da zona da mata, a pecuária serviu à penetração do interior e à constituição de importantes núcleos de povoamento, principalmente no sertão (ANDRADE, 1963). O gado deslocava-se e, assim, fomentava o povoamento pelo interior, mormente do sertão e de algumas localidades do agreste, mas também na porção sul da zona da mata de Alagoas. Penedo foi ponto de conquista e irradiação da pecuária ao interior, justamente por estar em posição hidrográfica privilegiada, à margem do rio São Francisco e de seus vários afluentes, o que facilitava a jornada da boiada. (SANT’ANNA, 1970).

Segundo Carvalho (2015), o gado teve três momentos: i) como atividade totalmente complementar à cana-de-açúcar, localizada na mesma área da plantação canavieira; ii) no deslocamento para áreas periféricas dos engenhos, ainda como atividade subsidiária à cana mas com início de algumas atividades autônomas, como a produção de couro; iii) expansão para o sertão e em parte do agreste. Nesse último momento, onde surgiam feiras de compra de animais, a produção de couro ampliava-se e a atividade pecuarista tornava-se mais independente.

Assim, até o século XVII, a organização socioespacial alagoana era baseada no binômio: cana-pecuária. Calcado nessas atividades, atribuía-se ao espaço uma função que se realizava de forma específica. Somente na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, outra atividade, a cotonicultura, seria acrescentada ao binômio originário, o que modificaria a organização socioespacial e a configuração regional-urbana do território alagoano.

Registrado desde meados do século XVII, o algodão adquiriu importante participação na formação territorial em Alagoas, embora a existência fosse mais longínqua quando os índios dominavam a produção para fabricar redes, cordas e panos para as vestimentas. Na economia regional, somente a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, tornou-se significativo. No começo do século XIX, com expressivo valor econômico, a cotonicultura passou a ocupar áreas “esquecidas” pela cana-de-açúcar, espalhando-se da zona da mata até o alto sertão:

Em virtude da procura dos produtos agrícolas pela Europa, especialmente algodão, ocorre a expansão da fronteira agrícola e surgem novas lideranças econômicas e políticas, provocando a criação de novos distritos na região sertaneja, onde o clima semiárido favoreceu o desenvolvimento do algodão” (COSTA E NASCIMENTO, 2004, p. 182).

Como estímulo à ocupação espacial, o algodão teve marcante presença no interior especialmente no agreste, em partes até então subpovoadas, longe dos canaviais e com atividade pastoril menos intensa, à margem do binômio cana/pecuária; zona da mata/sertão (ANDRADE, 1963). A cotonicultura, então, colocou o agreste em evidência ao promover o adensamento populacional e permitir a produção de larga escala para exportação, mesmo que em pequenas propriedades e concomitantemente com o roçado para subsistência do produtor (SANT’ANNA, 1970). Para Carvalho (2015, p.13), “a presença combinada por mais de um século da

produção algodoeira e das fábricas de tecidos mostra que a história de Alagoas não é exclusiva da cana-de-açúcar e seus engenhos banguês”.

O algodão expandiu-se pelo agreste e pela parte norte do sertão, assim criando nova extensão de povoamento: “[...] quase a totalidade do algodão produzido em Alagoas provinha das comarcas de Anadia, Assembleia (Viçosa), Imperatriz (União dos Palmares), Mata Grande e Palmeira dos Índios” (SANT’ANNA, 1970, p.58).

Além das atividades agrícolas, importa destacar o papel crucial da bacia hidrográfica alagoana na formação e organização de seu território. Os rios, lagoas e o acesso ao Oceano viabilizaram comercialmente as culturas agrícolas, serviram de vias de transporte e de comunicação entre o litoral e o interior do território, além de favorecer as atividades comerciais e urbanas nas vilas em que eram construídos ancoradouros de exportação (ALTAVILA, 1988). Segundo Corrêa (1994, p.5): “seria junto aos rios e lagoas que se organizariam os mecanismos de comércio, trapiches e armazéns, que muitas vezes surgiram em torno da própria fonte de produção, o engenho”.

Assim como a formação nordestina, a ocupação e organização do atual território alagoano basearam-se no trinômio das atividades agrícolas cana-pecuária-algodão. A produção canavieira estendia-se pela área da zona da mata; a pecuária ocupava área mais significativa do sertão; e o algodão fazia-se presente majoritariamente no agreste e partes do sertão.

O trinômio agropecuário formou as bases de povoamento e da organização socioespacial em Alagoas, ainda que cada uma dessas atividades resultasse em diferentes formas de organização do espaço e diferentes processos de trabalho e sociabilidade. Essa formação assim se desmembrou até 1920, conforme a **quadro 1.1.**

Quadro 1.1- Alagoas: Evolução municipal até 1922.

Alagoas do Sul (Marechal Deodoro) (1591) (administrativa)	Atalaia (1764) (cana-de-açúcar)	União dos Palmares (Imperatriz) (1831) (algodão)	Murici (1872) (cana-de-açúcar)	
			São José da Lage (1876) (cana-de-açúcar)	
		Viçosa (Assembleia) (1831) (algodão)	Quebrangulo (Vitória)(1872) (algodão/mercantil)	
		Palmeira dos Índios (1798) (mercantil)		
	Capela (1882) (algodão/cana-de-açúcar)			
	Anadia (1801) (algodão/pecuária)	Limoeiro de Anadia (Limoeiro) (1882) (algodão/pecuária)	Arapiraca (1926) (fumo)	
	Maceió (1815) (administrativa/mercantil)			
São Miguel dos Campos (1832) (cana-de-açúcar)				
Pilar (Manguaba) (1857) (mercantil/cana-de-açúcar)				
Coruripe (1866) (cana-de-açúcar)				
Porto Calvo (1590) (cana-de-açúcar)	Porto de Pedras (1815) (cana-de-açúcar/mercantil)	Passos de Camaragibe (1852) (cana-de-açúcar)	São Luiz do Quintude (1879) (cana-de-açúcar)	
	Maragogi (1875) (cana-de-açúcar)			
	Colônia Leopoldina (Leopoldina) (1901) (cana-de-açúcar)			
Penedo (1560) (mercantil)	Traipu (1835) (pecuária/algodão)	Mata Grande (1837) (pecuária/algodão/têxtil)	Água Branca (1875) (pecuária/algodão)	Piranhas (1887) (algodão)
			Pão de Açúcar (1854) (algodão/pecuária)	
	Santana do Ipanema (1875)			

		(algodão/pecuária/mercantil)	
	Porto Real do Colégio (1876) (pecuária/algodão)		
	Piaçabuçu (1882) (pecuária)		
	Igreja Nova (1890) (pecuária)		

Fonte: Adaptado de Firmino (2016).

Nota: “*” As datas correspondem à fundação oficial dos municípios, quando estes foram transformados oficialmente em vilas ou cidade.

1.3- A transformação da economia e da organização socioespacial alagoana ao longo do século XIX.

1.3.1 Principais vilas e cidades alagoanas até a instauração da Província.

O século XVII foi conturbado para o complexo canavieiro e, por conseguinte, para Alagoas. Nesse período, os holandeses plantaram cana-de-açúcar em sua Colônia nas Antilhas, após adquirirem conhecimentos e técnicas de produção durante o período de ocupação em Pernambuco. A concorrência do açúcar das Antilhas pressionava os senhores de engenhos locais, visto que os holandeses possuíam meios mais modernos do que os utilizados no Brasil, contavam com a introdução de novas variedades vegetais, maquinaria industrial e métodos de fabricação mais sofisticados, além das Antilhas estarem mais próxima da Europa, o que lhes reduzia os custos de transporte.

Além da concorrência internacional, a descoberta do ouro em Minas Gerais, em 1694, prejudicou o setor canavieiro. O setor minerador passou a atrair mão de obra e elevou o preço do escravo. Reduzia-se ainda mais a rentabilidade dos engenhos pela transferência do eixo dinâmico da Colônia do açúcar para o ouro, pela mobilização de recursos, investimentos e até pela localização da sede administrativa de órgãos do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, de cujo porto escava mais rapidamente o ouro mineiro (FURTADO, 2006).

A crise da principal atividade econômica alagoana poderia levar a uma perigosa situação de vulnerabilidade social e a novas guerras no território. Nessa conjuntura exigiam-se do governo português medidas de precaução. O território alagoano já era marcado por intensa desordem social por parte dos senhores de engenho, vistos os conflitos contra os holandeses, indígenas, franceses e os negros do Quilombo dos Palmares. Assim, em 1706, Alagoas deixava de ser tão somente a “parte sul da Capitania de Pernambuco” para se tornar uma Comarca, o que representava a aproximação com a administração central e também avanço político-institucional daquela parcela do território, mas ainda sem completa emancipação da Capitania pernambucana (CARVALHO, 2015).

Como Comarca, a escolha para primeira capital oficial foi a vila de Alagoas dos Sul, que passou a concentrar o aparelho administrativo, burocrático, jurídico e militar. Alagoas do Sul estava estrategicamente posicionada no centro do território, o que favorecia a ligação entre as duas vilas, Penedo (ao sul) e Porto Calvo (ao norte). Estava, também, à margem do rio e das duas maiores lagoas– Manguaba e Mundaú –, o que facilitava a comunicação entre o interior e o litoral. Na capital, estava instalado, ainda, o porto dos franceses, principal via de exportação do açúcar para Recife, o que estimulava o movimento comercial e a incipiente atividade urbana e de serviços.

Junto com o aparelho governamental instalado na capital, as vilas de Penedo e Porto Calvo, seguindo a formação originária, destacavam-se como núcleos mais populosos, com maior número de casas, engenhos e igrejas/capelas, indicadores de relevância na época, que apontavam certo poder de influência sobre vilas e povoados circunvizinhos, como visto pelas igrejas:

Era a presença da *Igreja* a grande força catalisadora, a cuja influência ninguém ousava resistir. Principal fator de coesão para os aglomerados nascentes, jamais cessou de constituir um motivo para a presença obrigatória não apenas da população urbana, mas também da gente da zona rural circunvizinha, que não titubeava em fazer sacrifícios para assistir às missas dominicais e não se furtava ao prazer de tomar parte nas festividades do calendário católico, oportunidades ansiosamente esperadas numa época de vida social tão restrita (AZEVEDO, 1994, p. p41).

Alagoas do Sul distinguia-se pela exportação do açúcar via o porto dos franceses e pela função administrativa do governo, enquanto Penedo, pelo seu porto, centro importador e exportador para várias cidades de Alagoas, Sergipe e Bahia. O porto de Penedo ainda exercia papel relevante, porque, além de exportador, movimentava-se pela importação de escravos, que de lá eram enviados para várias outras vilas do Nordeste. Também em Penedo, os povoados interioranos interligavam-se e conseguiam comercializar. Em suma, era o empório de exportação e importação do sertão, agreste e da parte sul da zona da mata de Alagoas. Porto Calvo, por sua vez, diferentemente dos dois outros centros de caráter mais mercantil, continuava atrelado à atividade canavieira e ao comércio com Recife, por ser a cidade mais próxima da sede da Capitania de Pernambuco (ALTAVILA, 1988).

Em 1776, as vilas com maiores povoadamentos e com maior número de “equipamentos urbanos”, evidenciado pela **tabela 1.1**, exerciam certo poder de influência sobre outras vilas e povoados alagoanos. Essa concentração nas três vilas parece esboçar os primeiros indícios da centralidade regional-urbana da Alagoas de então. Segundo Carvalho (2015, p. 18): “Esses povoados (vilas), com o tempo, concentrariam os comerciantes e as moradias de fazendeiros (de açúcar) da região, transformando-se nos centros da vida política e de abastecimento da população rural”.

Tabela 1.1: Comarca de Alagoas: Número de igrejas, engenhos, população e casas (1776).

Freguesias	População	Igreja/Capela	Engenhos	Atividade econômica	Casas
Porto Calvo	5.823	1/16	16	Canavieira	1.051
Penedo	5.626	3/10	7	Mercantil	1.661
Alagoas	4.899	1/6	10	Administrativa/Mercantil/Canavieira	1.569
Camargibe	4.120	1/11	11	Canavieira	1.177
São Miguel dos Campos	3.749	1/6	9	Canavieira	1.307
Santa Luzia	3.016	1/9	8	Canavieira	1.070
São Bento/Maragoggi	3.000	1/5	5	Canavieira	689
Porto da Folha/Traipu	2.333	1/5	---	Pecuária	689
Poxim/Coruripe	1.682	1/2	2	Canavieira	472
Atalaia	1.484	1/2	---	Canavieira	650
Ipioca/Meirim	998	1/1	3	Canavieira	334
Porto Real do Colégio	256	1/-	---	Pecuária	112
Total	36.986	14/73	71		8.992

Fonte: Elaboração própria a partir de Carvalho (2015).

Constata-se na tabela a importância da cultura canavieira na formação territorial e organização socioespacial alagoana, já que era a atividade predominante nas maiores vilas/freguesias e estava presente em 9 das 12, mesmo com a estagnação do açúcar durante a maior parte do século XVIII. Também denota o desenvolvimento urbano de Penedo e Alagoas do Sul, principalmente pelo número de casas, bem maior do que em Porto Calvo.

Outro ponto notável é a dispersão populacional pelas vilas, com níveis próximos umas das outras. Contudo, não se pode afirmar o mesmo quanto à dispersão territorial da população. Embora espacialmente fragmentada em número maior de vilas, territorialmente a população encontrava-se concentrada em áreas rurais da zona da mata, em atividades ligadas à produção canavieira, fora, portanto, dos núcleos urbanos descritos na **tabela 1.1**.

Apesar de apontar a influência das três vilas sobre as demais já naquela época, procurou-se aqui não superdimensionar a importância destas, já que:

A concentração urbana é um fenômeno recente, apenas registrado a partir do século XIX. Por que motivo imaginar-se que o Brasil colonial, na modéstia de sua posição demográfica e com as alternâncias contrastantes de sua evolução econômica, haveria de constituir uma exceção à regra universal? (AZEVEDO, 1994, p.47)

Argumenta-se, portanto, não sob o prisma da primazia urbana na era colonial, o que não faria sentido teórico-metodológico, mas das principais vilas que se destacavam como sedes comerciais, financeiras e administrativas em Alagoas, o que expressava materialmente a forma espacial da organização alagoana em determinado período histórico.

1.3.2 A Província de Alagoas: principais atividades econômicas e a mudança na organização socioespacial.

No findar do século XVIII, dois fatos impulsionaram fortemente os maiores produtos agrícolas alagoanos, o algodão – crescendo desde o advento da revolução industrial e a criação das fábricas têxteis – e a cana-de-açúcar – em estagnação na maior parte do século estagnada. O primeiro fato foi a Independência dos Estados Unidos, em 1776. Esse evento, ao desorganizar a produção algodoeira do Sul norte-americano e levar à sua suspensão comercial pelos ingleses, impulsionou a demanda pelo algodão nordestino e alagoano (STEIN, 1979). O outro acontecimento foi a Revolução do Haiti entre 1791 e 1804. Esse conflito resultou na libertação do quase meio milhão de escravos presentes na ilha, fato que deslocou a oferta do

Caribe para o açúcar nordestino e alagoano, que viu saltar o número de engenhos em 154% entre 1776 e 1804 (MELLO, 1999).

Enquanto os setores têxtil e canavieiro cresciam, a pecuária, presente no sertão e agreste alagoano após ser expulsa de parte da zona da mata, estava estagnada em termos de produção e de desenvolvimento de instrumentais científicos/tecnológicos, cujo rebanho crescia de forma quase vegetativa, porém exercia grande importância territorial. A pecuária, orientada para o mercado interno, absorvia o excedente populacional da zona canavieira em períodos de declínio do setor e garantia sua subsistência. Provia, também, a produção da cana-de-açúcar dos suprimentos necessários, como alimento, energia e transporte. Assim, mesmo com dinâmica econômica de subsistência e secundária ao outro setor, a pecuária era de grande importância às vilas e aglomerados populacionais que se mantinham no seu entorno, principalmente às vilas do sertão.

Verifica-se na **tabela 1.1** que somente duas freguesias não tinham como atividade predominante a canavieira e nem estavam localizadas na zona da mata: Porto Real do Colégio e Traipu. Situavam-se na parte do agreste e sertão alagoano, cuja concentração populacional, construção das casas e igrejas ocorriam graças às rendas da pecuária, o que promovia a fixação da população e dotava tais freguesias de uma restrita mas importante dinâmica econômica, mesmo sendo uma atividade basicamente de subsistência.

Mesmo com o marasmo econômico da pecuária, a economia alagoana reergueu-se no início do século XIX, após longo período de estagnação no século XVIII, impulsionada pelo crescimento da demanda e da produção agrícolas (*i.e.* algodão e cana-de-açúcar). Esse crescimento econômico de Alagoas: “[...] foi o que levou D. João VI a decretar sua emancipação política (...) resultado de um fator econômico que se impunha à Coroa, e não obra de agraciamento” (ALTAVILA, 1988, p.46). Em 16 de setembro 1817, por meio de Alvará Régio, a Comarca emancipou-se de Pernambuco, transformada na autônoma Capitania de Alagoas. Essa autonomia e independência eram, em verdade, parciais, como nos lembra Lindoso (2005, p.33):

[...] o espaço social é uma realidade onde ocorre a transformação das práticas sociais em práticas espaciais. No caso da capitania das Alagoas,

as práticas sociais sugerem uma submissão a determinadas práticas políticas, de autonomia relativa no interior da organização política do Reino do Brasil, Portugal e Algarves (...). Isto é, a capitania se estrutura como uma forma regional de poder de Estado submetida ao poder central do Reino Unido.

A Capitania tornou-se Província em 1822, quando da independência do Brasil. Como Província, Alagoas contava com oito vilas, (Maceió, Alagoas do Sul, Porto de Pedras e Poxim, atual Coruripe, Porto Calvo, Anadia, Atalaia e Penedo). Sua população era de cerca de 110 mil habitantes e suas principais produções eram açúcar, algodão, couros, além de outros produtos de toda a espécie: farinha de mandioca, azeite de mamona, madeiras de construção naval e algum tabuado de louro e vinhático etc. (SANT'ANA, 1970).

Na Província, uma das principais mudanças foi a transferência da capital para Maceió. Com pouca atividade econômica e demográfica, nem sequer aparecendo entre as vilas e freguesias nos relatos e recenseamentos populacionais realizados pelos viajantes, Maceió passou boa parte da história alagoana sem grande, ou quase nenhuma, importância, o que se modificaria rapidamente no século XIX (SANT'ANNA, 1970).

Os primeiros registros do que parece ser o território de Maceió datam de 1611, acerca de uma doação da sesmaria de Gabriel Soares da Cunha para Manoel Antônio Duro, onde residia em modesta casa de telha na Pajuçara. Em 1676, o regente de Portugal D. Pedro II, irmão do rei D. Afonso VI, manda construir em Maceió um forte no porto de Jaraguá como forma de defender o contrabando de pau-brasil pelos franceses e assentar o povoamento no território¹³. Maceió surgiu, portanto, da necessidade de repressão aos contrabandistas pelos navios estrangeiros, especialmente os franceses. Contudo, sem grandes invasões ou conflitos, Maceió ficou “esquecida” até a instalação de um engenho em 1708 por Apolinário Fernandes Padilha, recebedor da propriedade como recompensa por sua participação, como capitão, na guerra contra o Quilombo dos Palmares, nas margens do riacho Maçayo (atual rio Salgadinho de Maceió), rio este que originou o nome do povoado e, por sua vez, a futura cidade (ATAVILA, 1988). Logo, até o final do século XVIII Maceió era pequenina povoação: “habitada de alguns vendilhões e

¹³ Contudo, essa defesa litorânea só chegou a acontecer (ainda bem modestamente) em 1820 (CARVALHO, 2015).

pescadores, na qual a maior parte do comércio era conduzir madeiras para as praças” (SANT’ANA, 1970, p.35).

Como estava favoravelmente situada na parte central litorânea, o incipiente crescimento econômico de Maceió baseou-se no comércio, com a função de entreposto, já que havia duas estradas, uma ao norte, ligando-a até Porto Calvo, e outra ao sul, margeando o rio Mundaú. Além disso, o transporte lagunar conectava-a aos povoados vizinhos: “O trapiche da barra (em Maceió) era o entreposto comercial, estabelecendo contatos com a capital (Alagoas do Sul) pelas lagoas Mundaú e Manguaba” (CARVALHO, p; 186, 2015). Os comerciantes começaram a se instalar no até então pequeno povoado, situado próximo das matas, do pântano e dos mangues (LIMA JR, 2014). Assim, Maceió começou a crescer e se destacar.

Com ótima condição geográfica, o porto do Jaraguá cresceu e atraiu novos comerciantes, o que retroalimentou o comércio e os serviços urbanos. A abertura dos portos em 1808, por D. João VI, foi fator muito importante para o crescimento de Maceió. A partir de então, os ingleses instalaram-se na atual capital e escolheram o porto de Jaraguá para sediar seus negócios, por sua localização marítima e sua rede de comercialização. Em razão do desenvolvimento mercantil pela atividade portuária, Maceió obteve certa representatividade na economia local, tanto que em 1815 foi desmembrada de Alagoas do Sul, sendo criada a vila de Maceió (CARVALHO, 2015).

Além dos ingleses, a vinda para Maceió em 1818 do primeiro governador da Província, Francisco de Melo e Póvoas, neto do marquês de Pombal, foi fator crucial à rápida ascensão econômica e demográfica de Maceió. Altavila (1988, p.53) afirma:

Pode-se dizer que a capital da Província (na verdade Capitania) das Alagoas passou a ser em Maceió desde o dia em que o primeiro governador, Francisco de Melo e Póvoas (...), saltou no porto de Jaraguá aos 27 de dezembro de 1818 (um ano após a emancipação política de Alagoas).

Isso foi logo após Melo e Povóas tomar posse como governador na capital (Alagoas do Sul) e retornar para Maceió, onde começou a fazer uma série de obras públicas e tomar medidas em favor da vila maceioense, entre elas:

Fundou uma junta de arrecadação da fazenda; estabeleceu a Alfândega no porto de Jaraguá; ordenou que fosse levantado o mapa da província, a planta da futura capital; construiu os fortes São Pedro e São João (na realidade não passavam de simples baterias); criou uma repartição fiscal; criou dois corpos militares, um de infantaria e outro de artilharia; mandou talhar o cavilhame da corveta “Maceió”; fechou o porto do Francês à navegação irregular; alargou as estradas próximas à vila; cuidou da instrução do comércio e dos costumes (*ibid*, p.53)

A vinda dos comerciantes ingleses aliada às medidas adotadas pelo Governador Melo e Povóas fizeram emergir a burguesia mercantil maceioense. O bairro de Jaraguá representava o florescimento do comércio, que passou a atrair ativa e próspera classe de comerciantes. Os britânicos, ainda que em minoria, conseguiram controlar diretamente o comércio externo e as compras no atacado de açúcar, madeira e algodão, assim como também foram os responsáveis pela importação, que ocorria majoritariamente no porto de Jaraguá. Os portugueses, a seu turno, maioria no comércio provincial, ficaram a cargo do comércio varejista e do abastecimento da população (CARVALHO, 2015).

Em 1824, o movimento portuário de Jaraguá, medido pela entrada de embarcações, conforme a **tabela 1.2**, já era muito maior do que o dos outros portos da província. Além disso, essa tabela indica o forte declínio de Alagoas do Sul pela baixíssima movimentação do porto dos Franceses, em meados do século XVIII, o que mais comercializava açúcar para o Recife. Essa decadência ocorreu em consequência da proibição da entrada de embarcações nesse porto pelo próprio governador, motivado por preferências pessoais a Maceió e pela pressão dos ingleses que escolheram Maceió para residir por suas rotas comerciais e posição geográfica privilegiada da cidade.

Tabela 1.2- Movimento Portuário de Alagoas (1824).

Portos	Embarcações	Concentração (%)
Jaraguá	62	78%
Penedo	6	8%
Porto de Pedras	4	5%
Barra Grande	3	4%
Santo Antônio Grande	2	3%
Francês	2	3%
São Miguel	1	1%
Total	80	100%

Fonte: Carvalho (2015).

O crescimento de Maceió¹⁴ ocorria ao passo da decadência da capital, que perdia gradativamente sua importância como sede administrativa da Província. Alagoas do Sul estagnou junto com a antiga era colonial. A proibição do comércio no porto dos franceses, as obras de Melo e Povóas e a instalação dos comerciantes ingleses em Maceió, representantes dos novos grupos econômicos mais dinâmicos, fizeram a antiga sede administrativa da Província entrar em acentuado declínio nunca mais revertido. Perdia, assim, a importância regional e transformava-se em outro município pobre do interior de Alagoas:

E assim a tradicional cidade das Alagoas do Sul foi relegado à condição de município, sem independência econômica, guardando apenas a recordação do seu brilhante passado nos seus sobrados coloniais e nos conventos e templos outrora deslumbrantes (ALTAVILA, 1988, p:58).

Aos fatores supracitados, adicionou-se a solicitação formal pelos comerciantes ingleses ao governo imperial de transferência da sede da Província para Maceió, onde já se tinham instalado alguns dos aparelhos burocráticos e administrativos do governo provinciano – antes mesmo da transferência da Capital. Nessa conjuntura, o então governador, Agostinho da Silva Neves, aprovou a mudança da Tesouraria geral da Fazenda de Alagoas do Sul para Maceió, requerida pelo Inspetor da Tesouraria Provincial e, conseqüentemente, declarou Maceió cidade e Capital da Província em 6 de dezembro de 1839. Tornou-se, assim, de uma

¹⁴ Entre 1817 e 1825 houve um aumento na ordem de 82% dos moradores em Maceió (CARVALHO, 2015).

só vez, capital política, núcleo administrativo-burocrática e sede financeira e comercial da Província (LINDOSO, 2005).

A ascensão de Maceió foi muito rápida: em 1815, tornava-se vila; em 1818, o então governador da Província, Francisco de Melo e Póvoas, fixava residência em Maceió; em 1833, tornava-se comarca independente; e, já em 1839, era declarada a nova capital de Alagoas (SANT'ANNA, 1970).

Maceió e Alagoas do Sul representavam dois padrões diferentes de urbanização. A antiga capital expressava o modelo colonial, ainda de profundo conteúdo rural, e seguiu a decadência da Colônia. Maceió, por sua vez, retratava o modelo imperial de cidade, em que já se destacava de forma mais nítida a hegemonia cultural urbana sobre a rural, inclusive nos costumes, na língua, nas atividades econômicas (LINDOSO, 2005) (LIMA JR, 2014).

A burguesia mercantil maceioense era constituída de comerciantes agiotas e comerciantes importadores-exportadores – ingleses e portugueses, mas também com italianos e alemães –, que praticamente monopolizavam o comércio por cabotagem com Recife e Salvador, posteriormente também com os portos europeus¹⁵. Essa elite mercantil fez que, na cidade, predominasse o comércio em detrimento do engenho. Maceió rapidamente se tornava o principal núcleo urbano de Alagoas: “Em poucas décadas Maceió perde seu engenho fundador mas ganha um vasto setor comercial e a estrutura administrativa (CARVALHO, p.188, 2015).

Essa burguesia mercantil estava intrinsicamente ligada às atividades agrícolas de exportação, através das vendas do açúcar e do algodão. Portanto, não significava a ruptura com o modelo político-econômico vigente, mas, sim, uma associação com ele. O crescimento das exportações de Jaraguá e, conseqüentemente, o da atividade comercial de Maceió dependiam da economia agroexportadora alagoana. A cidade não concentrava apenas essa atividade, mas representava seu núcleo urbano, mercantil e de serviços. Estabeleceu-se uma

¹⁵ Em 1878 a navegação direta e regular entre Maceió e a Europa é inaugurada, mas antes mesmo disso já haviam exportações para o exterior através do Porto de Jaraguá. Tornava-se, assim, possível aos nossos comerciantes importarem da Europa as mercadorias que necessitassem, sem fazê-lo através de outras praças do Império, e sem o pagamento de onerosas comissões. Em 1880 a Província da Bahia, e certamente também de Pernambuco, já deixara de ser o empório do comércio importação e exportação de Alagoas, pela invasão da navegação direta estrangeira” (SANT'ANNA, 1970, p. 319 e 3320).

aliança entre a burguesia mercantil urbana e o poder fundiário tradicional, que formava a hegemonia político-oligárquica: “o espaço alagoano como uma realidade social, política e econômica concentrada em torno do polo urbano de Maceió, e onde dominam, ao lado das tradicionais práticas sociais rurais, as novas práticas sociais urbanas e novas práticas sociais mercantil (LINDOSO, 2005, p.45)” era “a *metamorfose das oligarquias*” como nomeia Tenório (2009). Assim explica Lindoso (2005, p.66):

A cultura urbana burguês-mercantil surgiu, nas condições específicas de Maceió como resultado da acumulação do capital mercantil procedente do comércio marítimo e da agiotagem(...) Os senhores de engenho endividados na agiotagem maceioense entregavam em garantia aos agiotas seus engenhos, suas terras de cultura, suas matas e, frequentemente, suas filhas e parentes para o casamento com os comerciantes. A aliança do capital mercantil urbano, mais ágil e agenciados, com o capital territorial ou fundiário acabou, de fato, sendo a apropriação dos bens fundiários de tradição colonial pelo capital mercantil e de agiotagem(...). Os comerciantes se apropriavam dos engenhos de açúcar. A pouco e pouco, os engenhos de açúcar - os bangues de tradição - passavam das mãos dos orgulhosos proprietários, mas falidos, para as mãos sem nobreza, mas ricas, dos comerciantes e agiotas de Maceió. No interior dessa aliança, os comerciantes mantinham a hegemonia do estilo de vida urbana e do capital mercantil, e a velha nobreza rural sustentava, sob a custódia da burguesia mercantil urbana, a representação do poder político na Província.

Ponte de entrada do capitalismo e fator crucial pelo status adquirido no século XIX, o porto de Jaraguá significava a modernização de Maceió, junto com as ferrovias que interligavam o porto até o interior do Estado. No bairro de Jaraguá (onde ficava o porto), já se tinha como infraestrutura básica uma série de serviços e equipamentos urbanos:

(O bairro de Jaraguá) era a sede do grande comércio e de toda movimentação da capital; com alfândega, e recebedoria central, trapiches alfandegados, armazéns de depósito de gêneros de importação e exportação, agências consulares de seguros, de vapores, postal e telegráfica; associação comercial, bancos, restaurantes, pontes de embarque e desembarque, capitania do porto; fábricas, diversas fundições etc. (MACIEL, 2007, p.51).

A força de Maceió estava no porto de Jaraguá¹⁶ e na ativa classe de comerciantes (MACIEL, 2007); (LINDOSO, 2005). Esse comércio portuário

¹⁶ Além de atrair uma série de serviços e atividades urbanas, o porto também empregava grande quantidade de trabalhadores, direta ou indiretamente, como: estivadores, doqueiros, carroceiros, engenheiros, pedreiros, lancheiros, carroceiros etc (LIMA JR.,2014, vol.1).

maceioense se interligava majoritariamente às praças nacionais, como mostrado na **tabela 1.3.**

Tabela 1.3- Origem das entradas das embarcações no porto de Jaraguá (1898-1920) (%)- Por número de embarcações.

Anos	Nacionais	(%)	Estrangeiro	(%)	Total	(%)
1898	1.254	93%	99	7%	1.353	100%
1899	1.295	94%	80	6%	1.375	100%
1900	1.242	95%	65	5%	1.307	100%
1901	1.409	95%	70	5%	1.479	100%
1913	528	84%	98	16%	626	100%
1914	465	87%	68	13%	533	100%
1915	522	91%	54	9%	576	100%
1916	584	94%	38	6%	622	100%
1917	508	93%	38	7%	546	100%
1918	465	94%	30	6%	495	100%
1919	547	93%	44	7%	591	100%
1920	543	89%	68	11%	611	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de Costa (1932); Carvalho (2015).

Maceió não era, contudo, a única cidade portuária onde predominava as atividades mercantis e os serviços urbanos. A histórica cidade de Penedo também se caracterizava pelo predomínio das atividades urbano-mercantis e compartilhava com Maceió o crescimento urbano em Alagoas. Ambas se movimentavam, principalmente, sobre seus portos, o de Jaraguá, marítimo, e o de Penedo, fluvial, este responsável pelas comunicações com Bahia, Sergipe, Pernambuco e o sertão alagoano. Penedo tinha também próspero parque comercial e industrial, além de fábricas variadas de tecidos, óleos, sabão, vinagre, cigarros, móveis, calçados, refino de açúcar, de café, curtume, oficinas, escritórios e representações. Sobressaía, ainda, como celeiro de lideranças políticas: dos cinco governadores republicanos, três eram penedenses (Gabino Besouro, barão de Traipu e Euclides Malta). A importância dessas duas cidades, no final do século XIX, como centrais na hierarquia territorial alagoana, projetava-se também no espectro político, visto que o estado estava dividido em apenas dois distritos eleitorais, Maceió e Penedo, que reuniam não só eleitores de suas cidades, mas também das cidades próximas (TENÓRIO, 2009).

As atividades que movimentavam essas cidades centrais, os dois maiores polos urbanos de Alagoas, em verdade, oscilavam de acordo com os ciclos dos mercados agroexportadores, notadamente os do açúcar e algodão. Quando os preços internacionais elevavam-se, as cidades floresciam ainda mais; e vice-versa.

1.4. – As mudanças na organização socioespacial alagoana no alvorecer do século XX: A fragilidade da pecuária, o surgimento das usinas, as fábricas têxteis e as estradas de ferro.

Por todo o século XIX, a pecuária não apresentou a mesma evolução dos outros setores e culturas do campo alagoano, como o algodão e a cana-de-açúcar. O rebanho não recebeu os investimentos necessários ao aumento da produtividade do rebanho, como cuidados nutricionais e veterinários. A criação de gado adotava quase os mesmos métodos utilizados no início dessa criação na época da colonização. Ainda assim, inegável foi a importância territorial dessa atividade. O motivo inicial da aglomeração populacional do sertão e algumas partes do agreste apoiava-se sobre a pecuária extensiva e o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

A importância da pecuária provinha não de seu dinamismo, mas, principalmente, de sua função como principal atividade econômica para parcela pobre da região, ao absorver o excedente populacional açucareiro e proporcionar subsistência a este povo. O gado era o alimento, transporte e energia para a população miserável. Além disso, as feiras de gado fomentavam o comércio das cidades as promoviam, como em Palmeira dos Índios, cidade de ligação entre o sertão e a zona da mata.

Ao contrário da pecuária, o algodão manteve, ao longo de todo o século XIX, regular crescimento. Em 1824, Alagoas enviou 14 mil arrobas para o exterior, número que pulou para 845 mil em 1868, crescimento este explosivo, decorrente da Guerra da Secessão Norte-Americana, conforme relata Sant’Anna (1970, p.309): “Após a guerra de secessão se intensificou a procura do algodão em nosso mercado, destinado a alimentar os teares ingleses, trazendo em consequência a

elevação do preço do produto e o aumento do seu plantio”, enquanto o açúcar se desvalorizava.

A construção, em 1865, da primeira fábrica têxtil, a União Mercantil, localizada em Maceió, no distrito de Fernão Velho impulsionou a produção algodoeira alagoana, em crescimento constante desde o século XVIII. Essa manufatura operava com 1.625 fusos e 40 teares, manuseados por 35 operários. O investimento inicial foi de 150 contos, com suporte de 300 contos do Governo mais a emissão de ações no valor de 50 contos. A primeira produção chegou a 6.511 peças de tecidos grossos de algodão, o que gerou lucro de mais de 15 contos, ou 6% por ação. Em 1888, instalou-se a segunda fábrica têxtil, a Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos, em Rio Largo. Possuía motor hidráulico a vapor, além de muitos terrenos, água, desvio de trem e cais na lagoa Mundaú, todo maquinário necessário para fiação, tecelagem e acabamento. Operava com 260 teares e 600 operários em 1901, o que a possibilitava produzir quatro vezes mais do que a União Mercantil. Teve capital inicial de 300 contos, mas logo elevado para 1.500 contos. A terceira fábrica têxtil de Alagoas foi a Cia. Progresso Alagoano, inaugurada em 1892 e localizada em Rio Largo. Possuía 120 teares, além de um desvio de linha férrea conectando-a a estrada de ferro, aqueduto e “tomadas de água”. Tinha também eletricidade e 600 operários, com investimentos de 650 contos, logo elevados para 850 contos, e maquinário completo para fiação, tinturaria e acabamentos, bem como uma seção de ponto de malha. A Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos foi a quarta fábrica do estado, também de 1892, instalada em Pilar às margens da lagoa Manguaba. Possuía 165 empregados e 57 teares, cada um contendo entre duas e quatro lançadeiras que produziam tecidos de melhor qualidade. A fábrica teve investimento inicial de mais de 400 contos. A quinta fábrica, a Companhia Industrial Penedense, data de 1895 e situava-se em Penedo, às margens do rio São Francisco. Equipada com o maquinário dos mais modernos, contava com 350 empregados e capital inicial de 500 contos, logo elevado para 700 contos (SANT’ANA, 1970); (LIMA, 2006); (MACIEL, 2009).

Pela **tabela 1.4**, se observa a evolução, o ano de criação e a localização das fábricas têxteis em Alagoas.

Tabela 1.4: Alagoas- Indústrias Têxteis (1865-1949).

Fábrica	Ano	Município
União Mercantil	1865	Maceió
Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos	1888	Rio Largo
Cia. Progresso Alagoano	1892	Rio Largo
Cia Pilarense de Fiação e Tecidos	1892	Pilar
Cia. Industrial Penedense	1895	Penedo
Fábrica de Renda e Bordados	1909	Pilar
Fábrica Alexandria	1911	Maceió (Bom Parto)
Companhia de Fiação e Tecidos	1913	São Miguel dos Campos
Fábrica Santa Margarida	1914	Maceió (Jaraguá)
Fábrica da Pedra	1914	Delmiro Gouveia
Companhia Norte de alagoas	1925	Maceió (Saúde)
Vera Cruz Cotonifício Nogueira	1926	São Miguel dos Campos
Marituba Cotonifício Gonçalves	1949	Piaçabuçu

Fonte: Carvalho (2015).

A concentração espacial das fábricas têxteis na região circunvizinha de Maceió, conforme mostrado na tabela acima, pode ser explicada pela proximidade com o porto e pelo mercado consumidor urbano maceioense, com algumas exceções, como a Cia Industrial Penedense em Penedo, a Vera Cruz Cotonifício Nogueira e a Cia Fiação de Tecidos em São Miguel dos Campos, a famosa Fábrica da Pedra em Delmiro Gouvêia e a Marituba Cotonifício Gonçalves em Piaçabuçu. Essa concentração, no entanto, não se traduziu em crescimento tão somente para os industriais e cidades sedes das fábricas têxteis, embora essas cidades exercessem fator crucial para atração da mão de obra e concentração populacional. Observou-se, também, crescimento (demográfico e econômico) nos municípios produtores, porquanto a produção algodoeira, em 1933, ocupava área quase três vezes que a da cana-de-açúcar, 66.700 e 26.060 hectares, respectivamente (LIMA, 2006); (OLIVEIRA, 2016).

O contínuo avanço das fábricas têxteis pelas primeiras décadas do século XX está resumido na **tabela 1.5**.

Tabela 1.5- Alagoas: Número de fábricas têxteis e capital investido.

Ano	Nº de Fábricas	Capital (em contos)
1907	5	5.489:887
1912	6	8.450:000
1920	10	15.293:870
1930	10	57.633:800

Fonte: Costa (1932); Lima (2006).

Logo nos primeiros anos do século XX, aumentou o número de fábricas têxteis, o capital investido e, conseqüentemente, a quantidade de empregados e a da produção têxtil de Alagoas. Em 1901, havia 5 fábricas, com valor de 4.862,2 contos em prédios, máquinas e outros bens, e 1.860 operários. Suas vendas nesse ano foram de 3.547,4 contos; os lucros, de 1.105,6 contos. Em 1932, já havia doze fábricas de fiação e tecelagem operando com 6.000 empregados, que produziam 34.304 toneladas e consumiam 75% de todo o plantio estadual. Essa situação redirecionou a estreita vinculação com o mercado externo para maior fortalecimento e estruturação do mercado interno (LIMA, 2006), o que indicava a existência de um mercado regional atendido e sustentado por essa produção. Em consequência desse crescimento, o mercado de trabalho assalariado e a dinamização da rede de serviços e comércio expandiram-se e a urbanização intensificou-se.

Até 1930, as principais cidades produtoras do algodão eram: Viçosa (Assembleia), Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Capela, União dos Palmares (Imperatriz), São José das Lages, Santana do Ipanema, Anadia, Junqueiro, Pão de Açúcar, Traipu, Agua Branca, Porto Real do Colégio e Mata Grande (COSTA, 1932). A cotonicultura não só propiciava o crescimento do mercado urbano e comercial desses municípios, como também atraía a infraestrutura de transportes para escoamento e viabilização da produção, o que aumentava, inclusive, o poder de influência, a *hinterlândia* de algumas dessas cidades sobre as demais, como o caso de Palmeira dos Índios.

O açúcar, a seu turno, sofreu bruscas variações ao longo do século XIX, com destaque para a crise do sistema bangue de produção, iniciada ainda nas primeiras décadas do século XIX, devido ao aumento da concorrência externa advinda do açúcar de beterraba europeu. Além disso, o fim do pacto colonial, o ingresso dos

capitalistas ingleses, a pressão pela criação de um mercado interno consumidor, a ascensão da classe urbana-mercantil-assalariada, a propagação dos ideais republicanos e a o ciclo cafeeiro em busca de maior produtividade da mão de obra determinaram o declínio e o fim progressivo do sistema escravocrata, engrenagem central do sistema açucareiro, primeiro com o fim do tráfico negreiro e depois com a proibição do trabalho escravo¹⁷. O setor açúcareiro passava por período turbulento, com encarecimento da mão de obra de um lado e o padrão arcaico de produção e rendimento industrial e agrícola de outro¹⁸. Aliados a esses fatores estruturais, os altos gastos com importação de bens de luxo supérfluos, em prol da manutenção do ar de nobreza dos senhores de engenho, aceleraram a decadência dos arcaicos – ainda que opulentos – engenhos bangues. Em suma, o setor açucareiro adentrava o século XX em crise.

Na transição do século XIX para o XX, houve a instauração da Primeira República, em 1889. Seu início significou não só mudanças no âmbito político-institucional, mas também no viés econômico, com o forte crescimento do setor cafeeiro. O café tinha situação privilegiada na economia brasileira. Mereceu os maiores cuidados dos órgãos públicos, entre os quais, a emissão de empréstimos para sua política de valorização e defesa, políticas migratórias, mecanismos cambiais e empréstimos externos para o financiamento da produção. O federalismo republicano garantia, portanto, a prioridade dos interesses regionais cafeeiros do Sudeste.

Assim, o açúcar, sustentáculo da economia alagoana, deixava de ser o principal produto brasileiro de exportação, posição ocupada até a segunda metade do século XIX. Além disso, sofria com a crise setorial proveniente da concorrência do açúcar de beterraba europeu (TENÓRIO, 2009). Para estancar e superar essa crise, que se arrastava pelo século XIX, o governo, ainda no Império, tentou atingir

¹⁷ Sobre a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado nas lavouras canavieiras ver Prado Jr (2012).

¹⁸ Para Sant'Anna(1970) o baixo rendimento industrial alagoano foi resultado dos processos rotineiros e rudimentares adotados no cultivo da cana e na fabricação do açúcar, nos quais eram empregados quase exclusivamente a enxada, a foice e o machado, moendas movidas por animais e caldeiras a fogo nu. Em 1875, por exemplo, dos 404 engenhos de Alagoas, 235 tinham suas moendas movidas por animais, 151 movimentavam-se pelas águas e apenas 18 a vapor.

melhores índices de produtividade pela implementação dos *engenhos centrais*¹⁹, no ano de 1875, e pela modernização da fabricação do açúcar, em substituição dos velhos engenhos bangues (COSTA, 1997). O engenho central era fator único e exclusivo a proporcionar a industrialização da matéria-prima (a cana-de-açúcar) (DE CARLI, 1942). Esses engenhos pretendiam separar as atividades agrícolas das fabris, de modo a obter maior eficiência em cada uma delas pela especialização do trabalho, seguindo à risca o conceito da divisão do trabalho de Adam Smith. Assim, introduziam nítido caráter capitalista e industrial na arcaica produção do açúcar²⁰.

Entretanto, os engenhos centrais não se concretizaram em Alagoas. Das sete concessões do Governo Federal para construí-los no estado, nenhuma chegou a entrar em operação. Os engenhos centrais não tiveram o êxito esperado, principalmente por conta de dois fatores: i) a perda do controle sobre a terra – cuja posse era elemento central do poder e do *statu* do senhor de engenho – advinda da separação das atividades fabril e agrícola; ii) o incentivo governamental aos investimentos ingleses no campo, garantindo a conservação do capital aplicado e por conseguinte, o risco capitalista, como com a renda garantida de até 7% anuais de juros²¹. Desse modo, os ingleses preferiam investir em atividades com

¹⁹ “O engenho central havia sido primariamente instalado na ilha de Bourbon (África), em 1838, posteriormente instalado na ilha de Guadalupe e Martinica (Caribe). Foi expoente da moderna tecnologia desenvolvida sob a Revolução Industrial. Significava estrutura completamente nova na organização da produção açucareira para enfrentar a enorme soma de capital financeiro e técnico que requeria a moderna indústria. O “engenho central” propriamente dito constituía-se da unidade de transformação da matéria prima, instalada como setor industrial da produção” (CANABRAVA, 2005, p. 131).

²⁰ A justificativa para implementar os engenhos pode ser encontrada no relatório de João Vieira de Araújo, então presidente da Província em 1875, para a Assembleia Legislativa: *“Melhoramento reconhecidamente de grande alcance não só para a agricultura, como para a indústria, por meio da divisão do trabalho traz incontestavelmente vantagens duplas, e por isso não pode deixar de merecer do Poder Legislativo, a mais acurada e particular atenção. Quanto mais se aperfeiçoar o fabrico do assucar, tanto mais será o valor do seu produto, o que somente se conseguirá substituindo-se o antigo e atrasado systema em uso por machinismos modernos”* (Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a legislatura em 15 de março de 1874 pelo doutor João Vieira de Araujo, presidente da provincia. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875, p.64).

²¹ Essa garantia dos juros está presente no discurso realizado pelo presidente João Vieira de Araújo para a assembleia legislativa da Província em 1875: *“Trata-se agora de abandonar a rotina no fabrico do assucar pelo estabelecimento de engenhos centrais que, a se realizarem, farão com que possamos mais ou menos competir com outros países, os quaes por causa de seus adiantados processos nesse gêneros de industria movem-nos uma concurrencia realmente desanimadora(...) A Lei provincial n.684, de 3 de Maceio de 1875, que autorisa a garantia dos juros de 7% durante vinte anos, sobre o capital de quinhentos contos de réis por cada engenho, que tiver capacidade para moer diariamente 120.000 kilogrammas de canna(...) Isenção de impostos provinciaes e municipaes sobre as fabricas”* (Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a

perspectivas de maior rentabilidade, já que o lucro estava garantido. Optavam, portanto, por aplicar seus recursos em estradas de ferro e serviços urbanos (SANT'ANA, 1970); (COSTA, 1997). Costa (1997) elenca ainda outros motivos para o fracasso dos engenhos centrais, tais como: importação de máquinas obsoletas; escassez de mão de obra especializada; sistema de transporte inadequado; e a irregularidade no fornecimento da matéria prima.

Apesar de não chegar a se realizar, essa tentativa despertou a necessidade da província alagoana de modernizar seus engenhos como única forma de enfrentar a concorrência internacional, uma vez que os engenhos centrais contribuía para o progresso técnico do plantio açucareiro. Essa “revolução técnica”, segundo Sant'Anna (1970), pela incorporação de novas máquinas; pela construção de maiores unidades industriais; pelos sistemas de difusão para extração do caldo da cana; pela substituição da cana caiana por outra mais eficiente; pelo uso do arado, da capinadeira e da grade; pela introdução de caldeiras verticais, evaporadores e turbinas, que passaram a utilizar o bagaço da cana como fonte de energia; e, principalmente, pela instalação da energia elétrica na produção industrial, o que permitiu a centrifugação da produção em grande escala e o aumento geral da produção (VIAN, 2015). Esse progresso técnico foram materializados e conglomerados a partir da construção das primeiras usinas de açúcar, que produziam com melhor qualidade e em maior escala.

As primeiras usinas de açúcar surgidas tiveram como proprietários comerciantes que, por dívidas, se apoderaram de obsoletos, mas pomposos, engenhos bangues. Metamorfoseados no setor agrícola, os mercadores procuraram modernizar a produção açucareira, introduzindo-a na era da moderna indústria. Esse processo significou o avanço do capitalismo no campo. Alguns (poucos) senhores de engenho também conseguiram superar seu arcaico processo de produção e se transformar em usineiros, muito por conta da força de seu (sobre)nome e da relação privilegiada com o aparelho estatal. Desse modo, conseguiam entrar no pequeno grupo de usineiros contemplados na restrita seletividade dos empréstimos

legislatura em 15 de março de 1874 pelo doutor João Vieira de Araujo, presidente da provincia. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875, p.65).

governamentais e capitalizar-se, graças à apropriação privada dos recursos públicos (LINDOSO, 2005).

Esse processo modernizador refletia a fase de transição dos bangues para as modernas usinas no complexo açucareiro, o qual mantinha vinculadas as duas atividades da produção canavieira (fabril e agrícola) e inalterados o poder e o controle social da terra:

[...]Pantagruélica, a usina caiu em cima dos velhos banguês circunvizinho. Um a um, foi caindo o banguê. Desmanchado o engenho, a linha de ferro vinha vincular uma propriedade às terras da usina que crescia. Ocorria então um fenômeno curioso: a usina pequena comprava novas terras e, para não ficar indigesta de tanta terra excedente, aumentava a fábrica. Crescidas as moendas, elas suportavam mais canas do que as terras lhes podiam dar. Só havia um remédio: era comprar mais terras afim de atender às exigências da usina. Assim, elas cresceram (DE CARLI, 1942, pags 18 e 19).

Descapitalizados, desapoderados das terras e obsoletos, os engenhos bangues perderam espaço para as unidades industriais usineiras. A eles restou moer a cana para a fabricação de aguardente, rapadura e açúcar de baixa qualidade para a população mais pobre, além de fornecer cana para as grandes usinas:

O aparecimento da usina, com sua aparelhagem aperfeiçoada, constituiu o ponto mais alto da derrocada dos nossos engenhos. A maior parte dos senhores de engenho passou a ser chamando de banguzeiros e a maioria desses ainda passou a ser apenas fornecedor de cana à usina (SANT'ANA, 1970, p. 323).

A primeira usina alagoana, a usina Brasileiro, entrou em operação em 1892, em Atalaia. Foi construída pelo Baron du Saint Siége Félix Eugène Vandesmet, o Barão de Vandesmet, nascido na França, filho de um proprietário de fábrica de fiação e lã. Vandesmet já era industrial experiente no ramo, na medida em que, antes de chegar a Alagoas, fundou uma usina nas Antilhas. A segunda usina, a Central Leão, foi inaugurada em 1894, em Rio Largo. Foi erguida por Luiz de Amorim Leão, nas terras dos antigos engenhos Utinga Oficina e Boa Paz, herdados do seu pai, o comerciante português Manoel Joaquim da Silva Leão, que, por sua vez, os recebera como penhora por dívidas dos antigos senhores do engenho. A terceira, a usina Serra Grande, de 1894, teve como fundador Carlos Lyra, natural de

Timbaúba, no Estado de Pernambuco, onde acumulou capital por meio da pecuária até se transferir para Alagoas²². A quarta usina, a Cansação Sinumbu, fundada em 1895, pertencia à Companhia Usina Cansação de Sinumbu, instalada em Recife. Sua maior acionista era a firma Boxwell Williams & Co., cujos proprietários eram os comerciantes ingleses Arthur Griffith Williams e John Harvey Boxwell (SANT'ANNA, 1970).

O presente trabalho decidiu resgatar a fundação das quatro primeiras usinas alagoanas, pois sintetizam a transição entre engenhos e usinas, ou melhor, a ascensão mercantil sobre a nobreza fundiária dos engenhos. Entretanto, esse fenômeno não significou rompimento com as atividades agrícolas, mas a metamorfose da burguesia mercantil em burguesia agrária.

Da primeira usina instalada (1892) até 1930, a expansão no estado foi notável. Em 1910, havia seis usinas em funcionamento; em 1915, 15; e, em 1930, 27. Foram necessárias três décadas para, em Alagoas, as usinas superarem a os bangues em produção. Em 1922, dos 917.664 sacos de açúcar, 460.969 procediam das usinas, ou 50,2% da produção açucareira (SANT'ANA, 1970). A partir daí o crescimento das usinas sobre os bangues foi vertiginoso. Em 1930, as 27 usinas produziam cerca de 80% de todo o açúcar alagoano. Somente a produção das duas maiores usinas (Central Leão e Serra Grande) chegava a 420 mil sacos de açúcar de 60 kg, maior do que a de todos os 618 engenhos, que juntos fabricaram 400 mil sacos do produto, mas de qualidade inferior. Essas usinas estavam assim distribuídas pelos municípios: 5 em Murici, 4 em Atalaia, 3 em São Luiz do Quintude, 3 em Camaragibe, 2 em Capela, 1 em São José da Lage, 2 em Santa Luzia do Norte, 1 em União dos Palmares (Imperatriz), 1 em São Miguel dos Campos, 1 em Maragoggi, 1 em Coruripe, 1 em Pilar e 1 em Leopoldina (LIMA, 2006).

A atividade açucareira apropriava-se das concessões, isenções e empréstimos públicos. As usinas obtiveram amplos benefícios do governo estadual, como quando a exportação do açúcar tinha desonerações tributárias, o que reduzia

²² Até hoje (2017) a família Lyra notabiliza-se como um dos grandes usineiros do Estado, principalmente pelo Grupo Carlos Lyra, descendente do fundador da usina Serra Grande.

o custo final do açúcar e aumentava a margem de lucro do usineiro, em detrimento do erário. Em 1930, por exemplo, para ampliar a produção e exportação do açúcar, o Governador Álvaro Corrêa Paes baixou alguns decretos contra os impostos de exportação de açúcar. Segundo ele: *“Precisamos acabar com o imposto de exportação, que é constitucional, mas é absurdo”*. Para atender às exigências da classe açucareira, o governador formulou os decretos 1.353 e 1.367, que isentavam de impostos o açúcar exportado.

A criação das usinas mudou, também, a hierarquia urbana, porque, ao demandarem ferrovias para operar em melhores condições, diminuir custos e facilitar o deslocamento do açúcar, fizeram emergir novos centros comerciais.

Os ciclos de queda e ascensão, respectivamente, das duas maiores atividades econômicas alagoanas refletiram-se na organização socioespacial e na centralidade regional-urbana alagoana, como visto pela **tabela 1.6**.

Tabela 1.6: Província de Alagoas: População- Concentração- Atividade econômica (1872).

Município	População	Concentração	Atividades Predominantes
Penedo	34.598	9,9%	Mercantil
Assembleia (Viçosa)	33.433	9,6%	Têxtil
Imperatriz (União dos Palmares)	29.754	8,6%	Têxtil
Maceió	27.703	8,0%	Mercantil/Administrativa
Porto Calvo	25.566	7,3%	Canaveira
Atalaia	24.582	7,1%	Canaveira
Anadia	23.675	6,8%	Têxtil
Traipu	21.174	6,1%	Têxtil/Pecuária
Passos de Camaragibe	21.146	6,1%	Canaveira
Palmeira dos Índios	17.022	4,9%	Têxtil/Mercantil
Muricy	12.339	3,5%	Canaveira
São Miguel	12.328	3,5%	Canaveira
Paulo Afonso (Mata Grande)	10.919	3,1%	Têxtil/Pecuária
Pilar	10.317	3,0%	Mercantil/Canaveira
Alagoas do Sul	9.802	2,8%	Mercantil
Santa Luzia do Norte	9.155	2,6%	Canaveira
Coruripe	9.131	2,6%	Canaveira
Pão de Açúcar	9.010	2,6%	Têxtil/Pecuária
Porto de Pedra	6.260	1,8%	Mercantil/ Canaveira
Total	347.914	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir do Recenseamento do Brasil (IBGE) - 1872.

Ao comparar-se com a **tabela 1.1**, constata-se notáveis diferenças entre as cidades com maior aglomeração populacional e as atividades econômicas que as dinamizavam. Em 1776, a população concentrava-se em cidades da zona da mata, majoritariamente nas situadas em sua área norte e central, em que predominava a atividade canavieira. Menos de um século depois, eram as cidades ligadas à cotonicultura, mais interioranas, localizadas na divisa entre a zona da mata e o agreste, como em Viçosa (Assembleia) e União dos Palmares (Imperatriz), que aglomeravam o maior número de habitantes.

Há de se destacar também o declínio relativo de Alagoas do Sul, pela perda para Maceió do posto de sede da província, e Porto Calvo, antes município de maior concentração populacional, como o restante dos municípios canavieiros, pela estagnação secular do setor. Em 1776, a centralidade regional-urbana era exercida por Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul. Em 1872, Penedo firmava-se como o maior centro urbano na época e exercia função de maior hierarquia urbana-regional, por ser empório comercial do sertão e do agreste. Maceió, também em forte crescimento pela atividade mercantil desde que se tornou capital, desempenhava papel de influência ao lado de Penedo, especialmente sobre as cidades da zona da mata alagoana. Territorialmente havia também maior dispersão dos centros urbanos, não mais concentrados na faixa litorânea ou na zona da mata, mas espalhados pelo interior, agreste e sertão, em consequência da ascensão do algodão, diferentemente do que induzia a cultura canavieira. Havia, assim, menor concentração de uma embrionária rede urbana alagoana no final do século XIX, refletindo os processos de expansão econômica e demográfica.

Essas alterações na organização socioespacial alagoana foram expressões materiais das transformações nos ciclos de acumulação. A transição de uma forma de organização do espaço e da centralidade urbana regida praticamente apenas pela cana-de-açúcar para um ciclo de acumulação protagonizado pelo algodão manifestou-se materialmente no espaço, com maior diversificação da rede urbana alagoana e crescimento de cidades não litorâneas.

Fatores cruciais na mudança da organização socioespacial alagoana e no aumento da competitividade desses dois segmentos (têxtil e canavieiro) foram as construções das ferrovias e estradas de rodagem²³. Até a construção das estradas de ferro, a partir do último quartil do século XIX, o transporte marítimo, fluvial e lacustre, por meio do acesso ao oceano Atlântico, das lagoas de Mundáu e Manguabá e dos “rios (e lagoas) do açúcar”, predominou como meio de locomoção entre povoados e de escoamento da produção dos senhores de engenho e dos algodoeiros (SANT’ANNA, 1970). Indubitavelmente, em termos de vias de comunicação, até as últimas duas décadas do século XIX, sobressaíam os transportes por bacia hidrográfica (HEREDIA, 1989).

Mesmo em Porto Calvo, um dos principais produtores canavieiros e mais próximo do mercado consumidor pernambucano, os transportes eram escassos e precários, como descreve Sant’Ana (1970, p. 309):

Em 1861 as vias de transporte terrestre de Porto Calvo por exemplo, eram para assim dizer, nenhuma, porque apenas existem pequenas trilhas acessível a um cavaleiro. Suas vias de comunicação por água são melhores, tendo além de um extenso litoral, o rio Manguaba, que servem à navegação de pequenos barcos e vapores de cabotagem.

Em 1866, a escassez e precariedade eram a marca principal dos caminhos alagoanos. Nesse ano, as estradas principais existentes na Província eram duas: uma atravessava a Capital até a então vila de Imperatriz (hoje União dos Palmares); a outra – mais importante – dirigia-se de Maceió a Quebrangulo, seguindo até Pernambuco, e recebia o movimento comercial de Pilar, Santa Luzia do Norte, Atalaia, Palmeira dos Índios e Assembleia (atual Viçosa) (SANT’ANNA, 1970). Ainda assim, essas estradas eram de péssima conservação: “[...] de estradas só tinham o nome (idem, 1970, p.310)”. Tenório (2009) confirma a precariedades das vias de comunicação terrestre de Alagoas antes da construção dos engenhos centrais:

As estradas, se é que assim que podemos chamar aqueles caminhos, não passavam de picadas estreitas, que não proporcionavam qualquer

²³ As estradas de rodagem são um melhoramento dos antigos caminhos e trechos de circulação. Essas estradas surgem quando os transportes de mercadoria já necessitam de maior volume, rapidez e segurança. São estradas não só disponíveis para cargueiros ou outros transporte animal, mas também para qualquer tipo de veículo terrestre. A implantação da chapa de rodagem era indispensável a fim de que não virassem os veículos ou penetrassem as rodas em solo amolecido (LUEDERTIZ, 1921).

comodidade aos viajantes. Conservação não havia. Quando chovia, transformavam-se em atoleiros, tornando-se impraticáveis durante meses (idem, 2009, p.51).

As estradas de ferro de longo percurso somente começaram a ser construídas a partir de 3 de dezembro de 1884. A primeira foi inaugurada pela Alagoas Railway Company Limited, inicialmente de propriedade do governo federal, depois arrendada à empresa The Great Western of Brazil Railway Company Limited. Essa ferrovia estendia-se de Maceió até Imperatriz (União dos Palmares) e tinha percurso de 88 quilômetros rodeando o rio Mundaú. Em 1885, foram construídos dois ramais, um para Santa Luzia do Norte e outro para Viçosa (Assembleia). Mais tarde, essa mesma estrada foi prolongada até Quebrangulo e daí até Palmeira dos Índios, onde chegaria até Porto Real do Colégio, nas margens do rio São Francisco, em 1911. Estradas estas que em sua maioria margeavam rios e lagoas. (DIÉGUES JR., 2012a); (SANT'ANA, 1970).

Das ferrovias não resultou apenas o redesenho do espaço alagoano. Na antiga área banguzeira (especialmente no litoral norte), mesmo depois de servida por estradas de ferro, essa região sofreu profundos impactos negativos, pois facilitou-se o prolongamento fundiário das usinas por extensas áreas, o que, no fim, ensejava a anexação dos bangues à usina (DIÉGUES JR, 1949); (HEREDIA, 1989). Assim explica Diégues Jr (1949, p.99):

Usina e estrada de ferro como que se uniram para acabar com o banguê. Pelo menos nas Alagoas foi o que se observou: estrada de ferro facilitando a expansão da usina(...). A usina encontrou na estrada de ferro elemento com que se aliou para facilitar a obtenção das canas necessárias às suas moendas todo-poderosas(...). Este (o banguê) se servia da estrada de ferro no transporte do seu produto, mas no fundo se prejudicava.

A primeira estrada de rodagem, por sua vez, foi construída em Alagoas somente em 1914, advinda de uma ação individual do industrial têxtil Delmiro Gouveia. Em percurso de cerca de 250 quilômetros, ligava Água Branca a Vitória (atual Quebrangulo) e servia os municípios de Água Branca, Paulo Afonso (Mata Grande), Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Vitória (Quebrangulo). Essa rodovia era a rota comercial do algodão. (SANT'ANNA, 1970) (GONÇALVES, 2010).

Em 1920, durante o governo de Fernandes Lima (1918-1921), inaugurou-se a estrada de rodagem do norte, que ligava Maceió a Camaragibe. Esse governador

destacou-se por construir mais de 400 quilômetros de estradas de rodagem, que ligavam a sede dos municípios da zona da mata à capital, inclusive 50 km da rodovia Maceió-Penedo. No Governo Costa Rêgo (1924-1928), a seu turno, entrou em serviço a rodovia Maceió-São Miguel dos Campos, com 67 km de extensão. No entanto, somente no governo de Álvaro Paes (1928-1930), fundou-se a primeira estrada de rodagem de penetração da zona da mata ao sertão, de Atalaia à Palmeira dos Índios. Em 1928, ficou pronto o trecho que se estendia do quilômetro 31 da estrada Maceió-São Miguel dos Campos até Atalaia (SANT'ANNA, 1970).

O advento das estradas (de ferro e de rodagem) levou ao aumento da circulação demográfica e econômica dos municípios por elas servidos, o que os fazia ascender a centros comerciais. Contudo, concomitantemente, ensejava o declínio das áreas não atingidas por essas vias, especialmente Porto Calvo e Penedo: “em Alagoas a introdução do transporte ferroviário iria selar a decadência de velhos portos” (CORREA, 1994, p.12). A implementação das estradas, portanto, colaborava para a alteração comercial de Alagoas e, conseqüentemente, para novas hierarquias urbanas que emergiam no início do século XX, inclusive em favor de Maceió, pelo aumento da carga de produtos recebidos no porto de Jaraguá (DIEGUES JR., 1949).

As estradas (de ferro e de rodagem) conectavam os municípios, as pessoas e as mercadorias alagoanas entre si e para fora do seu mercado local. O sentido principal destas estradas, como alias se dará no resto do mundo, é o da ampliação da capacidade de escoamento da produção em direção aos portos do comércio marítimo mundial. Interligavam-se, então, as regiões mais férteis em produtos para exportação com o porto de Jaraguá. A cidade de Maceió fortalece sua condição de porto exportador no Estado (MACIEL, 2007, p.75).

Pela **imagem 1.2**, visualizam-se os caminhos e os entroncamentos das estradas alagoanas, que convergiam para Maceió e a conectavam com municípios mais distantes da zona da mata e com aqueles do agreste e sertão.

aumentava a mão de obra empregada conforme o aumento de produção, incorporava a mão de obra à cidade e estimulava o crescimento e desenvolvimento de cidades, dinamizando-as como um todo. A açucareira, a seu turno, requeria quantidade cada vez maior de terras, homogeneizava os campos com sua cultura e expulsava os antigos moradores rurais²⁴ das terras agrícolas, cujo aumento da produção muitas vezes significava menos trabalhadores. Apesar das relevantes diferenças, essas atividades econômicas tinha um aspecto em comum, embora por motivos divergentes: a atração populacional para as cidades. O algodão pela atração do trabalhador à cidade e a cana-de-açúcar pelo êxodo rural.

A incorporação da população à cidade foi intensificado pela implementação das ferroviárias, o que alteraria a centralidade regional-urbana alagoana já na segunda década do século XX, , conforme observa-se na **tabela 1.7**.

Tabela 1.7 Alagoas: 10 maiores cidades de Alagoas em 1922.

Município	População	Concentração (%)	Atividade Predominante
Maceió	74.166	8%	Mercantil/Administrativa
Atalaia	64.035	7%	Canaveira
União	56.394	6%	Têxtil
Viçosa	57.790	6%	Têxtil
Anadia	51.150	5%	Têxtil
S. José da Lage	47.729	5%	Têxtil
Muricy	38.458	4%	Canaveira
Palmeira dos Índios	39.271	4%	Têxtil/Pecuária
Sant'Anna do Ipanema	40.234	4%	Têxtil/Pecuária
Victoria (Quebrangulo)	34.317	3%	Têxtil
Colônia Leopoldina	24.945	3%	Canaveira
Demais cidades*	452.259	46%	
Total	980.748	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo Público de Alagoas (1923).

Nota: * Essas demais cidades eram 24, de 34 cidades no total.

²⁴ “Os moradores constituíam, antes, pessoas a quem o senhor de engenho concedia pedaços de terras, em sua propriedade, facilitando-lhes construir casas e plantarem suas roças de verduras, legumes, milho, feijão, batata, inhame. Sujeitavam-se ao pagamento de um foro, que nem todos os proprietários cobravam, embora geralmente fosse de foro diminuto; antes recebiam a paga em gêneros produzidos pelos moradores(...). Esta aproximação levava, muitas vezes o moradores a se tornar pessoa da amizade, da confiança do senhor de engenho, transformando-o em cabra de engenho. A condição principal do morador se tornava, de certo modo, esta: a de prestar serviços ao senhor de engenho” (DIEGUES JR, 1949, p.101).

Chama atenção nesta tabela alguns elementos: i) o declínio de cidades outrora centros comerciais e a maior dispersão populacional no estado; ii) pela primeira vez entre os censos populacionais, Maceió surge como cidade mais populosa de Alagoas, fruto de todos os elementos já citados, mas agora desempenhando forte influência sobre as demais cidades alagoanas, como principal ponto comercial, financeiro e populacional do estado, embora sua concentração populacional, *vis à vis* outros centros, não seja muito maior; iii) enquanto isso, Penedo, cidade que sempre exercera papel de centro comercial para a região do agreste e sertão, aparece com apenas 3% da população alagoana, muito por conta de a implementação das ferrovias não tê-la incluído; iv) Palmeiras dos Índios, favorecida pela ligação ferroviária até Maceió e pela sua posição de interligação entre o agreste e sertão alagoano, tornava-se novo empório dessas regiões, em substituição a Penedo (CORREA, 1994); v) A mesma decadência penedense verificou-se com Porto Calvo, também não contemplada por estrada férrea, além de repleta de engenhos decantes. Esta foi outra histórica cidade que sempre estivera entre os principais centros urbanos do território, mas, nesse censo, apresenta somente 2% da concentração populacional, mesma porcentagem de Alagoas (antiga Alagoas do Sul), antiga capital da Comarca de Alagoas, que assistia ao tempo corroer seus antigos palacetes; vi) A dispersão populacional espalhada pelo território alagoano era forte, visto que as 10 maiores cidades alagoanas concentravam apenas um pouco mais da metade da população total do Estado (54%), enquanto as outras 24 cidades detinham o restante populacional (46%). Desse forma, mesmo sendo Maceió a maior cidade, isso não significava forte concentração populacional na cidade.

Essa maior distribuição pelo território e a formação de incipiente rede urbana mais espalhada deveram-se, principalmente, pela até então preponderância do setor têxtil, que contava com uma cadeia produtiva “para frente”. Essa indústria promovia a divisão social do trabalho pela incorporação de maior parte dos trabalhadores à cidade, pelo assalariamento da mão de obra no beneficiamento do algodão, pela geração e propagação de emprego e renda, o que promovia a monetarização da economia local, ensejava a constituição de comércios, serviços e outras atividades no entorno da produção têxtil e fomentava a produção em médias e pequenas

propriedades, muitas vezes em consórcio com outras culturas agrícolas. Nesse contexto, a indústria têxtil permitia embrionária mas pujante dinâmica econômica nos municípios têxteis do agreste e sertão e, assim, o espriamento da população pelo território.

A predominância do setor têxtil na desconcentração da nascente rede urbana é visível quando se observa que, até o período de forte crescimento do segmento algodoeiro, na década de 1920, o estado apresentava cada vez maior representatividade no contingente populacional do Nordeste e aumento marginal no do Brasil, como visto na **tabela 1.8**, que mostra a participação percentual da população dos estados em relação ao Nordeste e ao Brasil.

Indutor do crescimento econômico, da propagação da renda e da dispersão territorial, o setor têxtil esboçava até então alterar a história econômica-social alagoana, o que, contudo, não veio a se firmar, como já evidenciado na tabela abaixo. Em 1920, o estado perdia participação na população, nordestina e brasileira, muito devido ao início do declínio têxtil e à volta da hegemonia açucareira, do que se trata no capítulo seguinte.

Tabela 1.8 – Participação percentual dos estados nordestinos em relação ao Nordeste e em relação ao Brasil.

Estado	1872		1890		1900		1920	
	(%) NE	(%)BR						
Alagoas	7,3%	3,4%	8,5%	3,6%	9,6%	3,7%	8,7%	3,2%
Bahia	29,8%	13,9%	32,0%	13,4%	31,4%	12,1%	29,7%	10,9%
Ceará	16,1%	7,5%	13,4%	5,6%	12,6%	4,9%	11,7%	4,3%
Maranhão	7,8%	3,6%	7,2%	3,0%	7,4%	2,9%	7,8%	2,9%
Paraíba	8,1%	3,8%	7,6%	3,2%	7,3%	2,8%	8,5%	3,1%
Pernambuco	18,1%	8,4%	17,2%	7,2%	17,5%	6,8%	19,2%	7,0%
Piauí	3,9%	1,8%	4,5%	1,9%	5,0%	1,9%	5,4%	2,0%
Rio Grande do Norte	5,1%	2,4%	4,5%	1,9%	4,1%	1,6%	4,8%	1,8%
Sergipe	3,8%	1,8%	5,2%	2,2%	5,3%	2,0%	4,2%	1,6%
Nordeste	(-)	46,6%	(-)	41,9%	(-)	38,7%	(-)	36,7%
Brasil	(-)	100%	(-)	100%	(-)	100%	(-)	100%

Fonte: Censo demográficos- IBGE (vários anos).

Em suma, na transição do século XIX para o XX, a transformação dos velhos engenhos bangues em usinas, a consolidação do trabalho assalariado com o fim da

escravatura, a multiplicação das fábricas têxteis, a intensificação da urbanização, a ascensão de uma burguesia mercantil-industrial, o advento e a rápida predominância do transporte ferroviário, a formação de uma classe operária urbana e a criação de um mercado interno representaram a entrada de Alagoas no processo de acumulação capitalista de produção – embora não o desenvolvimento dessas forças capitalistas. A rede urbana estava mais desconcentrada do que estivera quando a atividade canavieira era predominante: territorialmente mais distribuída entre cidades da zona da mata, sertão e agreste, muito graças ao desenvolvimento do setor têxtil alagoano.

Esses elementos convergem na forma e direção dos fluxos populacionais, das mercadorias e da riqueza através do território. A modificação das centralidades urbano-regionais, como procurou-se mostrar, foram reflexos dos determinantes dinâmicos daquela quadra histórica. Pistas e heranças de um passado que, até o declínio da indústria têxtil, poderia ter mudado o rumo do letárgico estado de Alagoas.

CAPÍTULO 02- A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL, CENTRALIDADE URBANA E A ESTRUTURA PRODUTIVA ALAGOANA (1933-1967).

O presente capítulo investiga as mudanças no padrão de organização socioespacial alagoana no período de 1933 a 1967, interpretando-as como o retrato material das alterações no padrão de acumulação capitalista brasileiro e também das especificidades locais.

O ano de 1933 foi escolhido para iniciar o período estudado, por tratar-se do ano de criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Esse evento representa marco na estruturação econômica e organização socioespacial alagoana, porquanto significaria o início da hegemonia da cana-de-açúcar, isto é, especialização cada vez maior da estrutura produtiva no segmento de produtos primários, basicamente açúcar e álcool, enquanto o setor têxtil entrava em declínio. Em termos materiais, tal mudança expressou-se no espaço com a concentração da rede urbana. Os estímulos provenientes do IAA ensejaram a expansão da concentração fundiária, o que seria acentuado a partir de 1960 pela ampliação da área canavieira aos tabuleiros costeiros.

A periodização termina em 1967, quando se criou a SALGEMA, empresa ligada à indústria química, o que impactou a organização socioespacial alagoana mediante a atração – e, ato contínuo, maior concentração – de pessoas, mercadorias e serviços para Maceió, e, mesmo que indiretamente, benefícios à produção canavieira. No que se refere à rede urbana, fortaleceu-se a centralidade de Maceió, visto a construção da SALGEMA, o êxodo rural promovido pela cana-de-açúcar e o declínio do setor têxtil.

Destacam-se, também, o surgimento de Arapiraca e sua influência sobre cidades do sertão e do agreste, além do declínio de municípios tradicionais atrelados ao setor têxtil, como Viçosa e União dos Palmares. Em suma, o período em foco caracteriza-se por mudanças setoriais na economia, que, a seu turno, explicam a maior concentração da rede urbana em Maceió e Arapiraca. Ainda que de forma incipiente, trata-se de um marco temporal, pois nele se iniciaram transformações na economia e organização do espaço de Alagoas.

Quanto à pecuária, ela encontrava-se cada vez mais concentrada no sertão alagoano, visto que a incorporação dos tabuleiros costeiros do sul à produção canavieira em meados dos anos 1960 removeram-na da parte sul da zona da mata. Não obstante, no sertão e algumas parte do agreste, permaneceu como principal atividade de alguns municípios. Apesar da maior restrição territorial, verificou-se expansão da produção de corte bovino e de leite. Entretanto, não se efetivou a capacidade catalisadora da cadeia produtiva pecuário-leiteira em promover pujante divisão social do trabalho nestes municípios pecuaristas do sertão. Dada a própria concentração da terra e da renda promovida pela pecuária, o aumento da produção bovina nessas cidades não impediu processo análogo de concentração da rede urbana em Maceió e Arapiraca. Portanto, apesar de significar importante atividade econômica para as cidades do sertão, não se traduzia em notável geração de emprego e renda, vista a própria relação de produção da cadeia produtiva do setor.

Expostos alguns dos movimentos iniciais dos maiores setores da economia alagoana no período, para evitar que a dissertação fique presa a uma análise setorial e isolada, a princípio neste capítulo, mostra-se necessário, ainda que brevemente, apontar as mudanças no padrão de acumulação no país e os impactos e medidas regionais que direcionaram, em conjunto com as especificidades locais, a trajetória da economia e da organização socioespacial de Alagoas.

2.1- Mudanças do padrão de acumulação da economia brasileira: Da gênese da indústria aos desequilíbrios regionais.

Até a primeira metade do século XIX, a política livre-cambista, a abertura dos portos, a redução da alíquota de importação para 15% sobre as mercadorias inglesas e a concorrência com a manufatura inglesa impediram o desenvolvimento da indústria brasileira (SIMONSEN, 1973). A partir da segunda metade, contudo, especialmente nas décadas de 1880 e 1890, observou-se evolução do setor secundário. Para Mello (2006) e Cano (1998), esse período representou a “gênese da indústria brasileira”, decorrente do crescimento das exportações do “complexo cafeeiro” e da inversão de parte do seu capital para atividades industriais, até então uma extensão do setor cafeeiro.

A “gênese” da indústria brasileira amparou-se, além da conjuntura externa favorável, em eventos internos que disponibilizaram renda, como o crescimento do mercado de trabalho assalariado ensejado pelo decreto do fim da escravidão em 1888 e pelo aumento do crédito no período do “encilhamento”²⁵. Os industriais contaram ainda com subsídios e outras assistências diretas, a partir de 1892. O amparo que o Estado sempre concedeu à empresa agrícola foi também estendido à empresa industrial, o que representava a vitória da indústria sobre os defensores do “livre-cambismo”, atrelados mais ao segmento rural, principalmente ao alagoano Tavares de Basto (STEIN, 1979).

Apesar da evolução industrial até 1930, durante todo o período da velha República, a economia brasileira baseava-se ainda no setor primário-exportador controlado pelas oligarquias rurais que controlavam regionalmente o país²⁶. Isto é, a acumulação do capital dependia basicamente do setor agrícola e este da procura internacional, ou seja, da variável macroeconômica exportadora, que induzia a demanda efetiva interna. Essa estreita vinculação externa da economia brasileira emperrava o avanço das relações capitalistas de produção, já que os produtores não conduziam encadeamento produtivo “para frente”, não incorporavam o excedente econômico, nem fomentavam o desenvolvimento do mercado interno. Ao contrário, exportavam capitais e concentravam a renda e a terra em si, o que obstruía qualquer forma de crescimento interno (MELLO, 2006). Como consequência do padrão de acumulação voltado para o mercado externo, as regiões brasileiras estavam

²⁵ Segundo Suzigan (1986, p. 46): “Oencilhamento é descrito na historiografia brasileira como um período de intensa especulação seguido por uma grave crise no mercado de valores. Esses eventos são relacionados com a implementação de uma reforma bancária, que levou a um maciço aumento no estoque de moeda e facilidade de crédito(...). Apesar dos abusos cometidos o fenômeno doencilhamento teve aspectos positivos. Em primeiro lugar, representou uma tentativa de romper com a tradicional estrutura agrária identificada com o regime imperial e a chegada de uma nova era de progresso baseada no desenvolvimento industrial. Em segundo lugar, a expansão do estoque de moeda e as facilidades do crédito estimularam um efetivo aumento no investimento industrial. Finalmente, a própria crise teve aspectos positivo ao estimular uma campanha em favor de apoio governamental à indústria de transformação e também em favor de maior proteção à indústria (...). Tais medidas provocaram uma intensa acumulação de capital e criaram condições favoráveis para a transformação de capital cafeeiro em capital industrial durante o auge exportador do início da década de 1890.”

²⁶ Como era no Rio Grande do Sul com a família Borges de Medeiros e Júlio de Castilho; no Amazonas com os Nery; no Pará com os Montenegro; no Maranhão com os Benedito Leite; no Ceará com os Acioli; no Rio Grande do Norte os Pedro Velho; na Paraíba e os Venâncio e Epitácio Pessoa; em Pernambuco com os Rosa e Silva; em Alagoas com os Malta; em Sergipe com o padre Olímpio de Campos e general Valadão; na Bahia, com Luiz Viana e Severubi Viana; em Matro Grosso com os Murtinho; em Goiás os Bulhões; no Rio de Janeiro o Porciúncula e Nilo Peçanha; no Espírito Santo os Monteiro; em Santa Catarina Lauro Muller (TENÓRIO, 2009).

parcamente interligadas entre si, o que constituiu os chamados “arquipélagos regionais” (OLIVEIRA, 1981). Uma vez que as regiões seguiam a demanda do mercado internacional, tinham fraco fluxo comercial e produtivo entre si (CANO, 2007).

Somente a partir de 1929-30, iniciou-se o rompimento com o arcaico padrão de acumulação primário-exportador²⁷, em prol da industrialização, urbanização e integração regional da economia brasileira, processo este denominado por Furtado (2006) como: “*o deslocamento do centro dinâmico*”. A formação de capital e o emergente padrão de acumulação passavam a ser induzidos pela indústria, que se desvincilhava da subordinação ao capital agrário, embora continuasse dependente das divisas internacionais geradas no setor primário-exportador para a importação de máquinas e equipamentos. Criou-se então uma situação praticamente nova na economia brasileira: a formação do capital vinculado ao mercado interno (MELLO, 2006).

O novo padrão de acumulação necessitava de uma economia nacionalmente integrada para sua reprodução. Isso exigiu a remoção das barreiras à expansão do mercado interno, que até então apresentava frágeis ligações entre si. Não obstante as grandes distâncias inter-regionais, os transportes terrestres eram de curto alcance além de obsoletos, e a existência de impostos interestaduais onerava a comercialização entre regiões e, obviamente, a integração regional do país. O movimento inicial de integração do mercado nacional originou-se em São Paulo, onde a indústria se concentrava, dados os fatores pretéritos de acumulação²⁸ (CANO, 1998).

²⁷ Os fatores que levaram a essa superação do padrão de acumulação primário-exportador, segundo Cano (2007), são: crise do setor externo de 1929, a intensificação do “transbordamento” do capital cafeeiro para atividades industriais e a alteração das correlações de forças políticas nacionais, a partir da entrada de Vargas na presidência da República, com o Estado mais interventor e a ruína da política do café-com-leite. Essa alteração política representava a ascensão dos interesses da classe dirigente industrial acima daqueles atrelados à classe agrícola, mas não os desprezando, já que Vargas defendia uma política de industrialização através do capital acumulado pelas exportações de produtos agrícolas.

²⁸ São Paulo apresentava alguns elementos que proporcionavam a concentração e o crescimento industrial, dentro os quais: i) expansão da fronteira agrícola e diversificação da agricultura; ii) incremento da atividade industrial (produção e importação de equipamentos, beneficiamento de café, sacarias de junta para embalagem do café e indústria manufatureira); iii) implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário; iv) expansão do sistema bancário nacional; v) desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura (portos, armazéns, transportes urbanos,

Essa integração nacional impulsionada pelo crescimento industrial de São Paulo engendrou três efeitos distintos sobre as demais regiões: estímulo, bloqueio e destruição. i) Os efeitos de estímulo vinculavam-se à “*complementaridade*” requerida pela indústria paulista, basicamente: São Paulo vendia produtos industriais para as regiões, que, por sua vez, vendiam alimentos e matéria-prima para os paulistas. Assim se estimulava o intercâmbio comercial. Para Cano (2007), esse efeito foi o primeiro ato da indústria nacional, ao envolver todas as regiões do país e criar elos comerciais entre elas. ii) O efeito bloqueio da indústria paulista sobre as regiões periféricas ocorreu pela “alta barreira à entrada”. São Paulo “bloqueava” o surgimento de determinadas atividades em outras regiões. iii) O efeito de destruição é consequência da concorrência industrial entre as regiões. Após o período de modernização do parque industrial (pós-1930), algumas regiões passaram a ser mais produtivas do que outras. Consequentemente, ganhavam os mercados das indústrias mais obsoletas, que, incapazes de se modernizar, acabavam “destruídas”. Esse efeito ocorreu especialmente nas regiões “periféricas” em meio ao crescimento paulista (CANO, 2007).

O avanço da industrialização era regido por uma lógica de políticas setoriais específicas, sem preocupações quanto ao caráter espacial desse processo, concentrado em SP, e sem se atentar para as consequências negativas dos efeitos de destruição e bloqueio nas demais regiões do país, apesar de o efeito complementariedade tê-las beneficiado.

A indústria do Sudeste, portanto, dispunha de mercado regional mais expressivo – em razão de seu crescimento demográfico e do maior poder aquisitivo da população –, de fábricas mais modernas e melhor equipadas, de maior distribuição da estrutura fundiária e de menores custos de produção. Nessas circunstâncias, a industrialização paulista avançava, mas em detrimento de outras

etc); vi) aumento da atividade do estado, principalmente pela ótica do gasto público; vii) formação, expansão e desenvolvimento de um mercado de trabalho assalariado e fomentação do mercado consumidor; viii) comércio atacadista, de exportação e importação; ix) construção civil; x) atração do capital externo. Estes elementos propagavam fatores dinâmicos das relações capitalistas de produção e ampliavam o poder de acumulação da indústria paulista (CANO, 1998). Assim, conforme Cano (1984. p.63): “A economia paulista- ou seja, o complexo cafeeiro- constituiu a mais dinâmica economia regional antes de 1929 e possibilitou a implantação de uma embrionária indústria”.

regiões, como o Nordeste (ANDRADE, 1981). Com a integração do mercado, a indústria paulista, principalmente, passava a conquistar mercados antes praticamente exclusivos da indústria nordestina, só que em condições muito desiguais de competição.

O advento da integração do mercado nacional, portanto, engendrou divisão inter-regional do trabalho entre o Centro-Sul, industrial, e o Norte-Nordeste, especializado em produtos alimentares, *commodities* e exploração dos recursos naturais. À medida que a industrialização do país avançava, aprofundava-se a discrepância entre as distintas divisões regionais do trabalho: a indústria das regiões “periféricas” tornava-se cada vez mais obsoleta e atrasada em relação ao “Centro-Sul” (OLIVEIRA, 1981). O “desequilíbrio regional” foi, portanto, produto do próprio padrão de acumulação capitalista brasileiro. Para Andrade (1984a, p.38):

(...) o crescimento brasileiro se fez de forma desigual [...] entre as várias regiões, fazendo com que algumas se beneficiassem do crescimento, enquanto outras mantivessem as velhas estruturas, transformando-se em fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra barata às mais desenvolvidas. Além disso, essas regiões mais atrasadas são transformadas também em consumidoras dos produtos industrializados das regiões mais desenvolvidas.

Importante salientar que, apesar da divisão entre o Centro-Sul “moderno” e o Norte-Nordeste “atrasado”, não se concorda com a visão dualista. A dicotomia atrasado-moderno é regida pela divisão regional do trabalho que opera em uma mesma totalidade, de modo que o “atrasado” existe em função do “moderno” e vice-versa. Assim, os dois adjetivos, bem como “centro” e “periferia”: “[...]são partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão nele dialeticamente imbricados participando, pois, da mesma natureza conceitual” (PERRUCCI, 1984, p.14). Portanto, a expansão do Sudeste “moderno” reforçava o papel dependente e complementar do Nordeste “atrasado”.

O “desequilíbrio regional” do crescimento industrial e econômico brasileiro não foi determinado por condições naturais, mas resultado de um processo histórico desfavorável para o NE (ANDRADE, 1984b). Essa assimetria acentuou-se após o Plano de Metas (1956-1960), quando os investimentos públicos e privados se concentraram em São Paulo (CANO, 1984). Nessa conjuntura, a indústria “tradicional” do NE, associada ao setor primário, atingia seu limite de expansão, com

elevado nível de exploração da força de trabalho obstruindo o crescimento industrial e do mercado interno da região (PERRUCCI, 1984). O aumento do desequilíbrio não significou, porém, enfraquecimento dos vínculos regionais. Ao contrário, à medida que a indústria requeria cada vez mais insumos, mercado consumidor e oferta de mão de obra, essa integração desigual reforçava-se.

Nesse contexto, o Governo Federal, liderado por Celso Furtado, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1958, com o objetivo de identificar os principais problemas do NE, as oportunidades para superá-los e os mecanismos eficazes de desenvolvimento econômico e social da região. Em vista disso, o GTDN procurou elaborar medidas estruturais efetivas para aumentar a capacidade produtiva da região e criar fontes permanentes de emprego. Até então, o Estado atuava apenas de forma assistencialista, por exemplo: o combate às secas, via o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); a política de transferência de 1% do orçamento da União para a recuperação do Vale do São Francisco, através da criação da Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) em 1946; a expansão do crédito para os grandes proprietários, especialmente os fazendeiros de gado mediante criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952; a criação da CHESF, em 1949, para fornecer aos grandes proprietários fontes de energia; e medidas setoriais de proteção, como o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), em 1933, ou o Instituto do Cacau. Em suma, essas medidas e programas visavam à manutenção do *statu quo* das oligarquias regionais e restringiam-se a momentos conjunturais ou de crise, portanto apenas paliativas (MARANHÃO, 1984a).

O GTDN constatou que o fraco dinamismo econômico e a pobreza nordestina derivavam da capacidade produtiva instalada e do arcaico setor primário-exportador, que escoava o excedente econômico, não fomentava o mercado interno, concentrava renda e terra, e pouco estimulava a economia local. A solução para esses problemas estruturais seria a industrialização por meio de uma política regional de substituição de importações de outras regiões capaz de constituir um “centro autônomo de desenvolvimento manufatureiro”. O grupo tinha claro, também, que não bastaria promover apenas o crescimento industrial. Reformas mais amplas seriam fundamentais, como visto pelas propostas no documento do GTDN:

colonização do Maranhão e dos Vales Úmidos; projetos de irrigação para interesses sociais; reforma agrária na Zona da Mata; aumento da oferta de alimentos; e a incorporação do homem rural no mercado de trabalho (GTDN, 1997).

Resultado do GTDN foi a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Lei nº. 3.692 de dezembro de 1959, uma autarquia diretamente ligada à Presidência da República, que objetivava incentivar a modernização da obsoleta indústria nordestina e integrá-la ao mercado nacional. Com ela, iniciava-se a intervenção planejada²⁹ do Estado no NE (MARANHÃO, 1984a).

A proposta inicial da SUDENE era romper com a arcaica base primário-exportadora, produtora de bens de consumo não duráveis (alimentos, têxteis, calçados, vestuário), e desenvolvê-la para a produção de bens intermediários mediante investimentos em novas plantas industriais, de modo a corrigir as desigualdades regionais através da industrialização. A criação da SUDENE, contudo, não foi bem recebida pela oligarquia local, pois sua existência contrapunha-se às medidas oportunistas e assistencialistas praticadas até então. Cano (2007, p. 259) relata que “não foi por outra razão que a maior parte da bancada parlamentar nordestina tentou evitar a criação da SUDENE em 1959”.

Entretanto, após o golpe militar de 1964, a SUDENE mudou sua linha original de atuação, preocupando-se mais em integrar o mercado brasileiro ao capital oligopolista do que em apoiar a solução dos problemas socioeconômicos nordestinos (MOREIRA, 1979). Assim, o direcionamento e os planos diretores³⁰ pós-64, visavam tão somente implantar políticas voltadas ao setor industrial e ao crescimento econômico (ARAÚJO, 2000a); (MOREIRA, 1979). As políticas agrárias,

²⁹ O Estado já atuava na região, mas de modo assistencialista. O que se afirma é que, com a SUDENE, houve, sim, a primeira política econômica e industrial de desenvolvimento regional.

³⁰ O I Plano Diretor (1961 a 1963) priorizou a construção de infraestrutura (de transportes, territorial, econômica e industrial) como condição essencial para a integração econômica. O II Plano Diretor (1963 a 1965) procurou enfatizar as indústrias de grande porte. O III Plano Diretor (1966 a 1968) foi formulado depois do Golpe Militar e modificou a atuação da SUDENE, que passou a reforçar a expansão do capital oligopolista sobre a região. O IV Plano Diretor (1968 a 1973) migrava a preocupação para a concentração industrial nas metrópoles regionais – Salvador, Recife e Fortaleza – que reproduziam a disparidades de renda intra-regionais (GOODMAN E ALBURQUERQUE, 1974); (ANDRADE, 1981); (FEITOSA, 2006).

sociais e demográficas foram abandonadas, sobrando as de crescimento industrial, mas também sem o mesmo caráter originalmente proposto (MARANHÃO, 1984a).

De qualquer modo, com o apoio SUDENE, atraíram-se para o NE grupos econômicos, especialmente do Sudeste. Os empresários extrarregionais entenderam a proposta como nova oportunidade de investimentos, tanto que, no total dos investimentos realizados no Nordeste com base nos incentivos até a década de 1970, mais de 50% originaram-se em São Paulo e apenas 10%, no NE (CANO, 2007).

A ação da SUDENE caracterizou-se pelo investimento público regionalizado e pela indução e atração do setor privado em forma de incentivos fiscais e financeiros através do Sistema 34/18³¹ - FINOR³², principal fonte dessas concessões e inversões para o NE, a “*correia de repasse*”, segundo Oliveira (1981), como se observa na **tabela 2.1**.

³¹ O Sistema 34/18 é assim denominado devido aos artigos que o compõem. O Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste. Tal sistema baseava-se na relação entre três agentes: a empresa depositante, a empresa beneficiária e a SUDENE. A empresa depositante era a pessoa jurídica que poderia deduzir do seu imposto de renda determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. A SUDENE ficava a cargo da aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional (FEITOSA, 2007).

³² O FINOR (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) foi uma das modificações do sistema 34/18, através do Decreto Lei nº. 1.374, de 12 de dezembro de 1974, cujo objetivo principal era corrigir as distorções provocadas pelo sistema 34/18 (FEITOSA, 2007).

Tabela 2.1 Composição dos financiamentos do setor industrial no NE (1960-1969) em %.

Anos	Nº de projetos aprovados	Recursos			
		Próprios da empresa	Sistema 34/14	Bancos Oficiais	Financiamento externo
1960	22	100	-	-	-
1961	20	100	-	-	-
1962	52	65.1	-	12.4	22.5
1963	59	37.3	20.1	32.3	10.3
1964	58	33.9	19.8	5.8	40.5
1965	58	48.8	23.8	24.0	3.4
1966	84	23.8	45.5	22.6	8.1
1967	160	21.3	44.8	16.9	16.9
1968	149	23.4	53.6	17.0	6.9
1969	59	26.4	46.4	14.8	16.6

Fonte: Moreira (1979).

O planejamento e os investimentos induzidos pelo Estado possibilitou ao Nordeste iniciar a transição de sua estrutura de produção, de produtora de bens de consumo não-duráveis para a de bens intermediários, e industrializar-se, o que veio a se concretizar somente na década de 1980, quando o setor de bens intermediários ultrapassou o de bens de consumo não duráveis (GUIMARÃES NETO, 1989); (ARAÚJO, 2000c). Nesse processo, as indústrias “dinâmicas” lideraram os investimentos e incentivos dos mecanismos oriundos da política de industrialização, como pode ser visto na **tabela 2.2**. Essa “indústria dinâmica” é o que Araújo (2000a) chama de “nova indústria nordestina.”

Tabela 2.2- Investimentos do sistema 34/18-FINOR por setor (%).

Setor	(%)
Indústria "dinâmica"	61
Química	30
Metalúrgica	16
Minerais não metálicos	7
Material elétrico e de comunicações	4
Papel e Papelão	4
Indústria "tradicional"	28
Têxtil	15
Alimento	10
Vestuário e Calçados	3
Outros	11
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Araújo (1984).

O resultado desse processo foi o crescimento econômico da região, que obteve as maiores médias de crescimento do PIB no país durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 (ARAÚJO, 2000b)(GUIMARÃES NETO, 1989).

Contudo, a “*nova indústria*” atuava dialeticamente na integração do mercado nacional. Apesar de integrar e promover o crescimento econômico do Nordeste, acentuava as heterogeneidades internas ao buscar recursos naturais, o que reforçava internamente as especializações produtivas. Era um crescimento ao mesmo tempo dependente e complementar em relação ao polo industrial do Centro-Sul. Dependência esta que, segundo Araújo (2000c), verifica-se nos recursos que financiavam esse crescimento, nos mercados de destino da produção nordestina; e no fornecimento de insumos, equipamentos e máquinas industriais. Esta última pode ser visualizada na **tabela 2.3**. Nesta, observa-se que as indústrias “não-tradicionais” apresentavam os mais altos índices do coeficiente de importação, o que enfraquecia o poder de difusão industrial.

Tabela 2.3- Coeficiente de Importação de insumos por setor no NE.

Indústria	Setor	(%)
Indústria "não tradicional"	Material Elétrico	90
	Metalúrgica	70
	Material de Transporte	80
	Mecânica	80
	Material Plástico	83
	Química	56
	Farmacêutica	57
Indústria "Tradicional"	Têxtil	24
	Alimentar	21
	Couros e Peles	23

Fonte: Elaboração própria a partir de Araújo (1984).

Ademais, dos equipamentos industriais instalados, apenas 4% provinham do NE, contra 60% comprados em outras regiões e 36 %, no exterior. “A nova indústria”, por conseguinte, não alterava, mas, pelo contrário, reforçava o papel do NE na divisão inter-regional do trabalho, visto que ela desempenhou função de fornecedora de insumos industriais para transformação em outras regiões, especialmente no Sudeste, e de mercado consumidor dos bens industriais produzidos nessa região (ANDRADE, 1984).

Os grupos econômicos dos empreendimentos de maior porte e destinados à produção de bens intermediários eram extrarregionais ou transnacionais, enquanto os empresários e grupos nordestinos concentravam seu controle nos investimentos de menor porte e na produção de bens de consumo não duráveis (ARAÚJO, 2000b). Outra mostra empírica desse aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho encontra-se na origem regional dos depósitos realizados para captação dos mecanismos de benefício fiscal do FINOR para investimentos no Nordeste. 78% dos depósitos iguais ou superiores a Cr\$ 300.000,00 eram oriundos do Sudeste e desses só São Paulo representava 63%, ao passo que apenas 13% do próprio Nordeste (MAGALHÃES, 1983).

A integração regional nordestina e sua dependência e complementariedade em relação à economia nacional são resultado de um só processo, de um só padrão de produção do capital. O aprofundamento da região como fornecedora de insumos

primários e mão de obra era fruto da própria expansão do Centro-Sul, na medida em que condicionava as possibilidades de desenvolvimento do Nordeste (MARANHÃO, 1984b). A integração nacional ocorria à custa de grande sacrifício das regiões mais pobres do país (ANDRADE, 1981).

Mediante a transformação da outrora região mais dinâmica do país e de povoamento mais antigo em área exportadora de fatores de produção, perpetuava-se a estrutura nacionalmente periférica do Nordeste (ANDRADE, 1988). Não se despreza também o papel histórico da apropriação da terra, da renda, dos subsídios do Estado e da promoção de desigualdade pela elite econômica local, os grandes latifundiários canavieiros ou fazendeiros pecuaristas. Como fatores críticos colocaram-se as formas de utilização dos mecanismos criados pela SUDENE, muitas vezes apropriados pela classe dominante e pelos grupos do Sudeste aliados às transnacionais em benefício próprio. (ANDRADE, 1984b). Segundo o autor:

A política de industrialização foi feita sem levar em conta o problema do desenvolvimento dos grupos empresariais da região, fazendo com que aqueles mais poderosos e ricos de outras áreas, dispostos de mais capitais dentro do esquema do sistema 34/18, desalojassem os grupos locais e se apropriassem da atividade industrial, atividade que se beneficiava dos subsídios governamentais, da isenção de impostos concedidos pelo Estado e municípios, da mão-de-obra barata e às vezes também da obtenção de matéria prima local por baixo preço (Andrade, 1984b, p.53).

A SUDENE promoveu o “ajustamento” da estrutura industrial nordestina ao padrão de acumulação do período da “industrialização pesada” e consolidou a região como produtora de bens intermediários, fornecedora de insumos industriais e mercado consumidor dos bens de produção do Sudeste. Contudo, essa transformação não correspondeu àquela idealizada originalmente pelo GTDN. A industrialização ocorrida no NE pós-64, longe de constitui-lo em “centro autônomo”, aprofundou o caráter complementar e dependente da região (ARAÚJO, 1984). A modernização econômica atendeu aos grupos extrarregionais, notadamente do Sudeste, e internacionais, tendo pouca relação com os interesses da população local (ANDRADE, 1988).

Entretanto, não se pode menosprezar a importância da SUDENE para a dinamização da região, com crescimento do setor industrial e dos serviços, além da modernização parcial da agricultura. A ação da SUDENE, apesar de importante,

não modificou estruturalmente a economia alagoana, que só veio a receber maiores investimentos a partir de 1967.

2.2- As modificações dos principais setores da economia alagoana (1933-1967).

A periodização proposta neste capítulo (1933-1967) nos remete ao estudo dos setores mais tradicionais da economia alagoana, bastante impactados por medidas setoriais de proteção e regulação e adoção de elementos técnicos de estímulo à expansão (o caso do açúcar, pós-IAA), pela expansão mas retração territorial da atividade pecuária e pela concorrência ensejada na integração do mercado nacional que promoveu crise no relevante setor têxtil pós-1930.

2.2.1- A decadência do setor têxtil.

As mudanças no cenário político e econômico nacional, a partir do fim da década de 1920, implicaram em consequências negativas para a produção têxtil nordestina e alagoana. Dada a crise de superacumulação do café e a crise internacional de 1929, muitos cafeicultores paulistas migraram para a indústria têxtil e nela encontraram possibilidade de superação da crise e alternativa de utilização da terra. O setor têxtil nacional crescia – expandindo-se 422% entre 1931 a 1970 de acordo com os dados do censo agrícola –, mas esse crescimento variou regionalmente.

A revolução de 1930 e a aproximação de Vargas com a burguesia industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive a têxtil, colocou esses estados em vantagem política na busca de consolidação dos seus interesses e do seu domínio sobre o mercado têxtil nacional (STEIN, 1979). Com esse intuito, os grupos do Sudeste buscaram alguns instrumentos para conter o avanço da indústria têxtil nordestina, considerada grande concorrente por ser histórica produtora de algodão e possuir algumas barreiras à entrada na produção (SALDANHA e LESSA, 2011).

Dentre os mecanismos de contenção do mercado nordestino ante o do Sudeste destacou-se a adoção de medidas restritivas à produção do algodão e do bloqueio à importação de máquinas por parte do Governo Federal, cujo objetivo

oficial era evitar superprodução do algodão, mas implicitamente tornava obsoleto o setor têxtil nordestino e beneficiava a burguesia têxtil do Sudeste:

“[...] as influências exercidas por esses industriais que constituíam a força política dominante do país, fizeram com que em 07 de março de 1931 fosse promulgado o decreto nº19. 739 que restringia por dois anos a importação de maquinários estrangeiro” (SALDANHA e LESSA, 2011, p.15).

Esse decreto seguiu a deliberação da Associação das Indústrias Têxteis (AIT) de 1928, que propôs um bloqueio a importações de novas máquinas alegando a iminência de uma superprodução no setor. Stein (1979, p.144) assim relata: “No final de 1928, a Associação das indústrias têxteis aprovou a ideia de suspender todas as importações de máquinas têxteis enquanto durasse a crise”. Essa associação, conforme alerta Saldanha e Lessa (2011), era composta majoritariamente de fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ademais, aquele decreto foi estendido até 1937, de modo que as fábricas nordestinas ficaram “presas” ao mercado do sudeste para renovar seu maquinário, já obsoletos.

O artifício do bloqueio a novas importações de máquinas, justificado pela possibilidade de superprodução, mostra outra face ao se verificar que os produtores do Sudeste já haviam se preparado para tal restrição ao importarem várias máquinas e equipamentos antes da vigência do decreto, como observado na **tabela 2.4**. Além do período analisado na tabela (1913-1921), pouco antes de vigorar o bloqueio (1931), entre 1922 e 1927 ingressou no país volume de máquinas têxteis – medido pelo seu peso – quase três vezes maior do que nos sete anos anteriores, direcionadas principalmente para os produtores do Sudeste (STEIN, 1979). Portanto, enquanto durasse o bloqueio, os produtores do Sudeste estariam tecnologicamente à frente dos concorrentes nordestinos, que, por sua vez, ainda não tinham modernizado seu maquinário e ficaram impedidos de realizar novas importações, tornando-se obsoletos.

Tabela 2.4- Importações brasileiras de máquinas têxteis via portos, 1913-1921 (Kg).

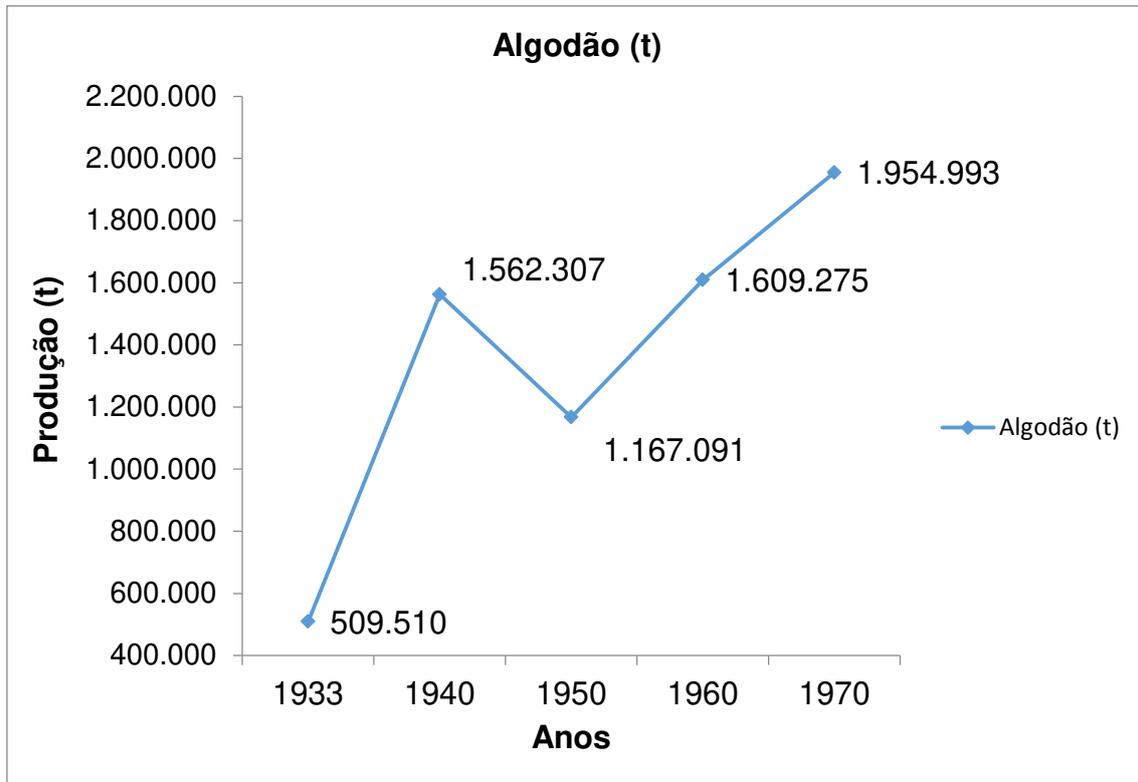
Anos	Total	Via Rio (%)	Via Santos (%)	RJ + Santos (%)
1913	13.344.766	5.797.622 43%	4.326.849 32%	76%
1915	2.194.261	693.088 32%	862.930 39%	71%
1916	2.449.638	850.907 35%	1.327.756 54%	89%
1917	2.002.354	506.265 25%	785.703 39%	65%
1918	2.931.570	726.233 25%	1.468.304 50%	75%
1919	2.752.897	985.044 36%	1.291.716 47%	83%
1920	4.262.251	1.792.567 42%	1.598.696 38%	80%
1921	6.294.584	2.545.527 40%	2.824.313 45%	85%
Total	36.232.321	13.897.253 38%	14.486.267 40%	78%

Fonte: Adaptado a partir de Stein (1979, p.113).

Ficava evidente o favorecimento regional aos grupos têxteis do Sudeste em meio à obsolescência nordestina: “O objetivo era bem claro, interromper o crescimento das fábricas nordestinas para que assim São Paulo e Rio de Janeiro se consolidassem como principais polos industriais do país” (SALDANHA e LESSA, 2011, p.16). Realizavam-se, assim, os efeitos “bloqueio” e “destruição” de Cano (2007a), não somente por fatores produtivos, como tecnologia e escala, mas também pelo boicote político e institucional aos nordestinos. Era a supremacia paulista via o capitalismo “sanguessuga” (OLIVEIRA, 1981). Os produtores do Sudeste anteciparam-se e favoreceram-se do bloqueio, que veio a ocorrer logo depois de modernizarem sua produção têxtil.

A produção do algodão no país cresceu à taxa média anual de 3,7% a.a. entre 1933 e 1970, como visto no **gráfico 2.1**.

Gráfico 2.1- Brasil: Produção, em toneladas, do algodão (1933-1970).



Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

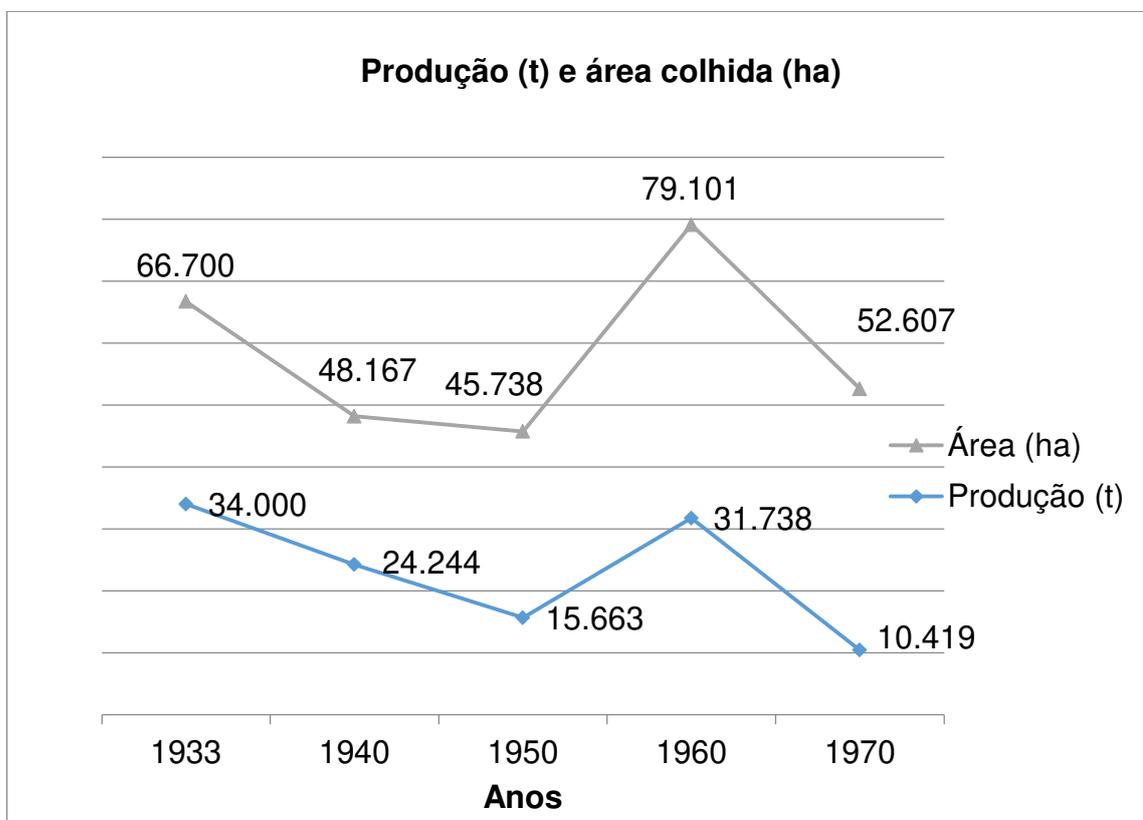
Os fabricantes nordestinos e alagoanos, contudo, pouco se aproveitaram do crescimento do setor, ao contrário, perderam mercado. **A tabela 2.5** apresenta a estagnação desses produtores têxteis, com a queda da participação relativa da produção do algodão alagoano no Nordeste e também no Brasil. A retração relativa de Alagoas no Nordeste retratava uma produção algodoeira ainda mais obsoleta e atrasada dos produtores alagoanos, que perderam também espaço para os campos canavieiros e usineiros no estado. O Nordeste também perdeu participação relativa ao longo dos anos, enquanto o Sudeste e as demais regiões ganharam.

Tabela 2.5 – Alagoas: Participação relativa da produção do Algodão.

Participação	Anos				
	1930	1940	1950	1960	1970
AL/NE	10,30%	5,10%	3,30%	4,40%	2,00%
AL/BR	6,70%	1,60%	1,30%	2,00%	0,50%
NE/BR	64,90%	30,40%	40,10%	44,60%	26,40%
SUDESTE/BR	31,00%	67,90%	55,70%	44,50%	41,30%
Outros	4,20%	1,60%	4,20%	10,90%	32,20%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

A perda de participação regional e nacional de Alagoas refletia a queda tanto em termos de produção absoluta quanto de área colhida no estado. De 1933 a 1970 houve variação de -21,1% na área colhida e de -69,4% na produção.

Gráfico 2.2- Alagoas: Produção e área colhida do Algodão.

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Entretanto, não somente a obstrução a importações prejudicava o setor em Alagoas, mas também por outros fatores pós-1930: i) aumento da concorrência paulista³³; ii) ampliação da malha de transportes, que representava uma das “barreiras à entrada” dos produtores alagoanos protegidos da concorrência inter-regional; iii) Na década de 80 (período não tratado neste capítulo), a “praga do bicudo”³⁴; iv) preponderância de políticas setoriais voltadas exclusivamente ao setor canavieiro, com poucos amparos ou medidas de proteção para o segmento têxtil.

Fato importante nesse processo de forte queda do algodão foi a estrutura política alagoana, caracterizada pela assimetria de poder entre os representantes do segmento têxtil e açucareiro no cenário político local e nacional. Nesse contexto, enquanto os produtores de algodão e a indústria têxtil alagoana entraram em crise, os açucareiros fortaleceram-se no período pós-1930³⁵. O segmento têxtil local teve irrisório apoio de mecanismos estatais de proteção e modernização, diferentemente do ocorrido com o setor canavieiro, que obteve respaldo político, institucional, econômico e financeiro e conseguiu reestruturar-se, modernizar-se e ampliar o plantio e a colheita pós-1930, sem concorrer diretamente com os produtores paulistas. Os algodoeiros, em contraste, ficaram à mercê das oscilações do mercado.

A partir da década de 1930, especialmente em 1933 com a criação do IAA, que, diferentemente da AIT, era controlado por nordestinos, o setor açucareiro entrava em período de bonança, ao passo que o algodão, em longo período de letargia. O crescimento da cana-de-açúcar significava para Alagoas piora na concentração de terras, de renda e no baixo desenvolvimento da divisão social do trabalho. As modificações no setor e os impactos para os produtores, especialmente os alagoanos, são tratados no sub-tópico seguinte.

³³ Em 1936, São Paulo já respondia por 50,5% de toda a produção algodoeira nacional.

³⁴ Por causa dessa praga, a cultura algodoeira no estado praticamente desaparece, após passar por longo processo de letargia

³⁵ Dentre os principais governadores de Alagoas da década de 1930 a1970, exclusive aqueles que governaram menos de um ano, apenas Muniz Falcão (1956-1961), não era aliado e nem governou para o setor sucroalcooleiro, ligado ao segmento urbano e trabalhista. Os usineiros como força política dominante em Alagoas ainda nesse período, contraria a tese de Oliveira (1981), para quem a oligarquia algodoeira dominou a política do Nordeste.

2.2.2-O setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Apesar de a revolução de 1930 ter sido apoiada, principalmente, pelos segmentos urbanos e industriais do Sudeste, alguns segmentos agrícolas do Nordeste não foram prejudicados, ao contrário, até fortalecidos, como no caso da burguesia canavieira alagoana. A força política dos usineiros do Nordeste e de Alagoas em particular levou-os ao comando do IAA. Ademais, a força política e a comunhão de interesses do grupo canavieiro local e regional na esfera federal e a necessidade do Estado em gerar divisas externas por meio da exportação de açúcar também beneficiaram o setor.

Na vitória da revolução de 1930, um militar alagoano, o General Pedro Aurélio Góis Monteiro (General Góis Monteiro), comandante militar da Revolução, teve papel decisivo e tornou-se figura de muita influência no novo regime. Filho de proprietário de engenho de açúcar em São Luiz do Quitunde, no norte de Alagoas, o General Góis Monteiro e sua família (os irmãos Ismar, Manuel, Edgar e Silvestre, este opositor dos demais) passaram a ter forte influência na política local e nacional (CARVALHO, 2015).

A força das oligarquias regionais canavieiras traduziu-se no aumento do planejamento, da intervenção, regulação e adoção de medidas regionalizadas pelo Estado, inclusive com o comando dessas políticas sob atores ligados ao setor canavieiro nordestino, como no caso do IAA.

O decreto nº 20.041 de 15 de setembro de 1931 do governo federal inaugurava política de amparo à economia canavieira. Isso ocorreu através da determinação de uma quota de 10% da produção de cada usina a ser depositada junto ao Estado, com o objetivo de retirar do mercado parcela considerável da produção, que seria recolocada no mercado ou exportada após retomada dos preços, de modo a evitar superprodução. Poucos dias depois, por meio do Decreto nº 20.761 de 1931, criou-se a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA), que estabelecia limites à produção por estado e por usina e procurava organizar um sistema oficial de financiamento à produção açucareira (ANDRADE, 1981).

O CDPA logo se transformou, através de decreto nº 22.789 de 1933, no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia do governo federal, cuja função era atender às demandas dos usineiros. Algumas das ações do IAA foram: i) controle regionalizado da produção de açúcar por meio de cotas de produção para cada estado e unidade produtiva³⁶; ii) programas de equalização de custos entre os estados produtores³⁷; iii) reserva do mercado consumidor interno e externo³⁸; iv) regulação dos conflitos entre usineiros e senhores de engenho (banguzeiros); v) administração dos preços para o açúcar e álcool; e vi) estímulos à produção de álcool (RAMOS, 1983)(CARVALHO, 2008)(VIAN, 2015). Essas medidas tinham por objetivo proteger o mercado nordestino, que detinha o controle político da autarquia³⁹, da “invasão” da produção do Centro-Sul⁴⁰.

O Estado, por meio do IAA, influenciava o mercado canavieiro, fixava preços, monopolizava as compras, regulamentava o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar, praticamente eliminando o risco de se produzir cana-de-açúcar no Brasil (SZMERECSÁNY, 1979). Desde então, a agroindústria açucareira passou a ser inteiramente controlada pelo Estado (RAMOS, 1983).

Andrade (1981) assim resume os benefícios dos usineiros nordestinos durante as décadas de 1960 e 1970:

Para a modernização do parque açucareiro, com fusão e implantação de novas usinas, os créditos governamentais foram concedidos para o Nordeste a juros de 10% a.a- juros negativos, portanto, inferiores que eram à taxa anual de inflação- e os devedores ainda tinham um período de carência de três anos e um prazo para pagamento de cinco anos; na aquisição de insumos modernos, os fornecedores de cana eram beneficiados com empréstimos, sem juros, pelo prazo de dois anos, e para insumos corretivos, também sem juros, com uma carência de três anos e

³⁶ O controle da limitação da produção de açúcar estendeu-se também ao açúcar bruto produzido pelos banguês, pelo Decreto nº 24.749, de 14 de junho de 1934 (Andrade, p.30, 1981).

³⁷ A diferença de custos entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul era coberta por subsídios estatais, com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitiva, como a nordestina.

³⁸ Os produtores do Centro-Sul teriam o mercado de sua região protegido da entrada de produtores de outras regiões, assim como os produtores do Nordeste estariam igualmente protegidos. Aos produtores nordestinos também era garantido o abastecimento da demanda do setor externo

³⁹ Do total de 17 presidentes da autarquia, durante o período de 1933 a 1970, 13 foram pernambucanos ou alagoanos, e 16 nordestinos (LIMA, 2006).

⁴⁰ Os motivos que levaram a macrorregião do “Centro-Sul” a elevar sua produção acima da dos tradicionais produtores nordestinos podem ser vistos em Szmrecsányi (1979): *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)* e Ramos (1983): *Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*.

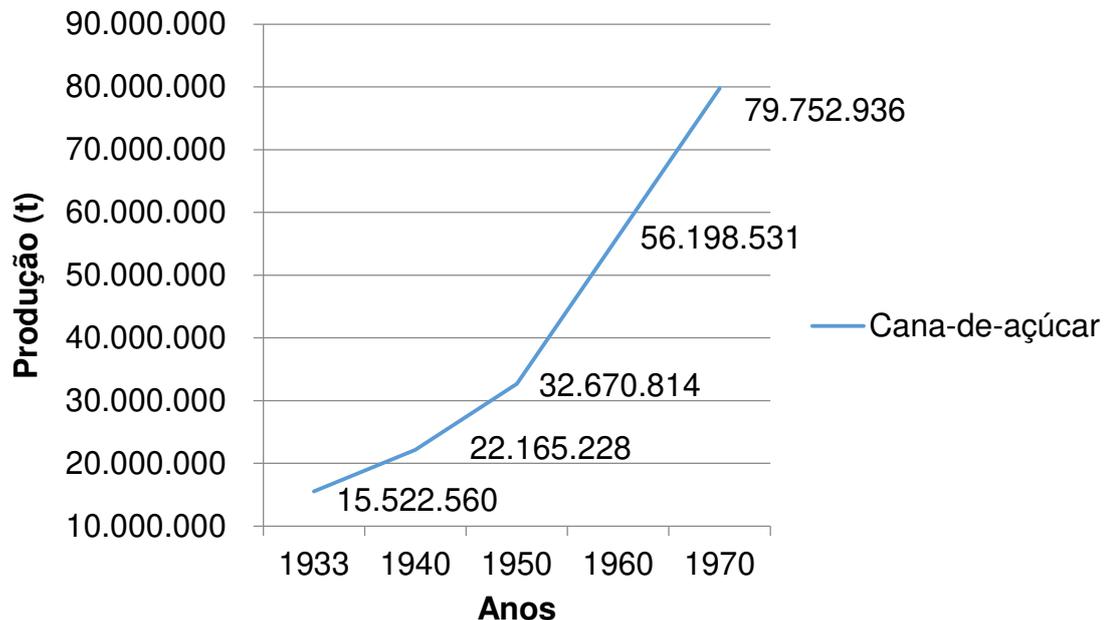
prazo de oito. Para aquisição de máquinas agrícolas e veículos os juros eram de 7% ao ano, havendo um período de carência de três anos e um prazo para pagamento de 12 anos, para fornecedores e usineiros, enquanto as cooperativas pagam o mesmo juro e tinham o mesmo prazo de carência, mas o prazo para pagamento era de apenas seis anos. O capital de giro era emprestado, a juros de 7%, às cooperativas de fornecedores e de 10% às usinas, mas a carência era de seis meses e o prazo de 18 meses para uns e outros. Essas condições oferecidas a um ramo industrial em que o controle da produção e da comercialização era feito diretamente pelo Governo Federal, através do IAA, tornavam a mesma um empreendimento de lucros certos e abundantes; promovia uma capitalização dos lucros e uma socialização dos prejuízos, de vez que, com o emprego do dinheiro público nessas condições, era o povo, pagador de impostos, quem custeava o enriquecimento dos industriais. Convém ainda salientar os grandes investimentos estatais feitos nos terminais de exportação como o açucareiro de Pernambuco e de Alagoas (...), o que dava aos produtores desses estados melhores condições de competição no mercado internacional (ANDRADE, 1981, p. 91).

Paradoxalmente, os produtores nordestinos eram prejudicados por suas próprias medidas. A política de subsídios, proteção dos mercados e fixação dos preços desestimulavam-nos a modernizar a produção, já que os usineiros do NE podiam incorporar livremente cada vez mais terras e força de trabalho disponível. Enquanto isso, os produtores do Centro-Sul aproveitavam-se das mesmas medidas e dos lucros acima do preço do mercado para financiar sua modernização (RAMOS, 1983).

A política desenvolvida pelo IAA protegeu durante muito tempo a produção nordestina, da concorrência do Sudeste, paulista sobretudo, mas contribuiu para que a indústria, com mercado certo para a sua produção, não se modernizasse e mantivesse os trabalhadores com níveis salariais abaixo das necessidades mínimas à sobrevivência. Contribuiu também para a manutenção do latifúndio, de vez que, não tendo tocado na estrutura fundiária, facilitou a expansão horizontal das propriedades, passando os usineiros a utilizar as terras, quase sempre subutilizadas, como reservas de capital (ANDRADE, 1981, p.32).

De modo geral, no **gráfico 2.3**, observa-se que as políticas do IAA tiveram o efeito esperado: forte expansão da atividade açucareira.

Gráfico 2.3- Brasil: Produção da cana-de-açúcar (1933-1970).



Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Especialmente a partir de 1950, o forte aumento da produção fez com que fossem ultrapassados os limites do mercado interno e colocou o Brasil no mapa mundial das exportações de açúcar. Esse período de expansão foi incentivado pelo *boom* do açúcar por conta da revolução cubana de 1959, que removeu os produtores deste país do mercado preferencial norte-americano, cedendo espaço aos produtores brasileiros. Como o acesso ao mercado externo se destinara preferencialmente aos produtores nordestinos, pelo acordo do IAA, foram eles os principais privilegiados dessa abertura do mercado estadunidense. Os produtores alagoanos saíram também bastantes beneficiados desse impasse político, pois grande parte do açúcar já era destinada ao mercado externo, como visto na **tabela 2.6**.

Tabela 2.6: Alagoas: Exportação do açúcar para o mercado internacional.

Ano	Quantidade (ton)	% sobre exportação total	Valor (Cr\$1.000)	% sobre exportação total
1946	3300	44,7	12207	56,6
1947	23495	49	62210	58,1
1948	38358	62,2	62512	58,2
1949	10160	65,3	16666	29,4
1953	53659	97,3	103897	96,1
1954	24594	---	52485	---
1955	81464	72,5	326577	76,1

Fonte: CAPES (1958, p.77).

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a revolução cubana abria espaço para a produção canavieira nordestina e incentivava ampliar a produção, também permitiu a não modernização dos produtores nordestinos. A demanda aumentaria invariavelmente, já que o mercado externo estava protegido para os nordestinos. Do ponto de vista da política regional preconizada para o GTDN, o bloqueio a Cuba foi duro golpe, pois possibilitou o avanço da produção de cana por incorporação de terras, sem investimentos em tecnologia, ao contrário do que a Sudene imaginava de utilização para a agricultura de alimentos. Os efeitos disso sobre a organização socioespacial foram evidentes.

Esse foi o caso de Alagoas, onde se aumentou a produtividade média mediante a utilização de técnicas e equipamentos mais modernos, mas a produção, a seu turno, cresceu em caráter extensivo, com a incorporação de novas terras. No estado, observou-se a menor variação de rendimento da produção, concomitantemente com acentuado aumento da área colhida, o que evidencia produção extensiva em terra, como observado na **tabela 2.7**.

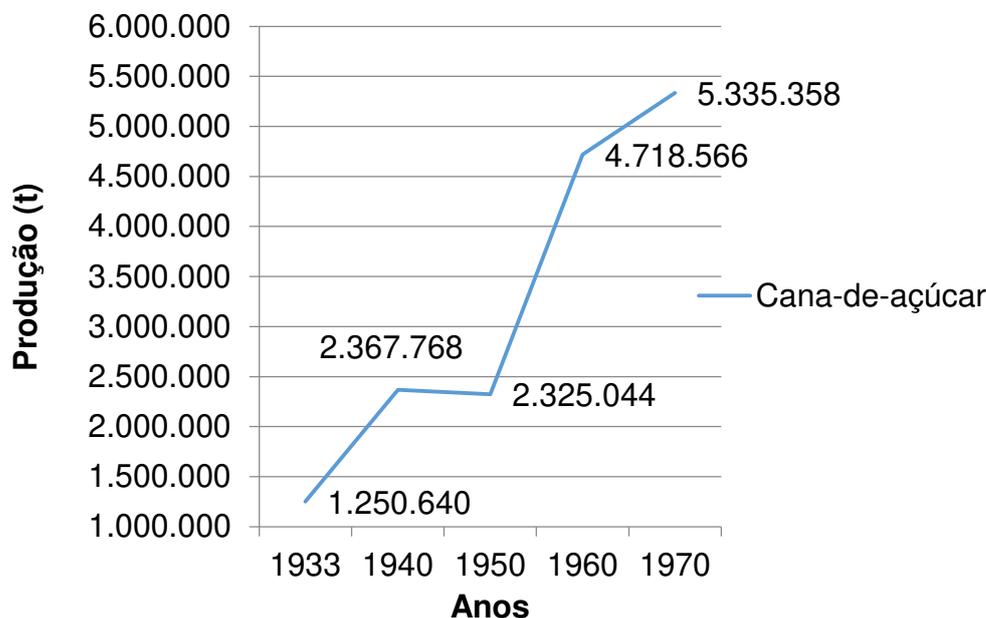
Tabela 2.7- Cana-de-açúcar: Área colhida, produção e rendimento agrícola dos principais estados produtores (1960-1970).

Anos	1960	1965	1970	Var (%) - 1960/1970
Indicadores	Alagoas			
Área colhida (há)	93.112	115.991	119.514	28,4%
Produção (ton)	4.118.325	4.863.288	5.335.358	29,6%
Rendimento (ton/ha)	44,24	41,93	44,64	0,9%
	Pernambuco			
Área Colhida (há)	214.150	242.459	238.605	11,4%
Produção (ton)	8.536.855	10.483.986	10.919.736	27,9%
Rendimento (ton/há)	39,86	43,24	45,76	14,8%
	São Paulo			
Área Colhida (há)	371.593	533.126	524.139	41,1%
Produção (ton)	19.896.447	29.476.223	30.357.197	52,6%
Rendimento (ton/há)	53,54	55,29	57,92	8,2%
	Brasil			
Área Colhida (há)	1.339.933	1.705.081	1.725.121	28,7%
Produção (ton)	56.929.582	75.852.866	79.752.936	40,1%
Rendimento (ton/há)	42,48	44,49	46,23	8,8%

Fonte: Adaptado a partir de Lima (2014).

Esse crescimento da produção alagoana de cana-de-açúcar, principalmente a partir de 1950, como mostra o **gráfico 2.4**, residiu na expansão da monocultura-latifundiária, o que exacerbou a concentração de terras e de renda e, conseqüentemente, aprofundou a inserção periférica de Alagoas no mercado nacional.

Gráfico 2.4- Alagoas: Produção da cana-de-açúcar (1933-1970).



Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Não obstante o aumento da produção e da área canavieira colhida no estado, verificam-se na **tabela 2.8** queda da participação alagoana em relação ao Brasil, aumento em relação ao Nordeste e uma queda desta região em relação ao território nacional. Essa retração de Alagoas em termos nacionais indicava a baixa produtividade alagoana, que, mesmo em crescimento, ainda não atingia o nível do Sudeste, que ganhava participação relativa. O mesmo ocorre com respeito à perda de participação regional em relação ao país em favor do Sudeste. Enquanto os produtores do Sudeste modernizavam e, por conseguinte, produziam com maior produtividade, o Nordeste tornava-se obsoleto, como indica Ramos (1983), mesmo com o aumento da produção de 3,1% ao ano no período de 1933 a 1970 de acordo com os dados do IBGE. O decréscimo na participação das outras regiões produtoras na produção nacional, exclusive o Nordeste e o Sudeste, significava também o atraso produtivo e a crescente concentração produtiva no Sudeste.

O aumento da participação alagoana em relação ao Nordeste, por sua vez, diz respeito à concorrência nivelada. Como os outros estados produtores estavam também defasados tecnologicamente, Alagoas conseguia aumentar sua participação

regionalmente mediante incorporação de mais terras, principalmente dos tabuleiros costeiros do sul.

Tabela 2.8- Alagoas: Participação relativa da produção de Cana-de-Açúcar

Participação	Ano				
	1933	1940	1950	1960	1970
AL/BR	8,10%	10,70%	7,10%	8,40%	6,70%
AL/NE	14,50%	23,30%	16,90%	22,50%	19,80%
NE/BR	55,70%	45,80%	42,00%	37,30%	33,70%
SE/BR	32,13%	47,31%	47,87%	55,26%	57,16%
Outras*/BR	12,18%	6,93%	10,11%	7,43%	9,11%

Nota*: Excluído Nordeste e Sudeste

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010)

De qualquer modo, dado todo o aparato financeiro, produtivo e tecnológico, por meio dos incentivos, subsídios e investimentos do IAA, houve grande aumento da produção canavieira. O principal responsável por essa expansão, foi a incorporação de terras, via abertura de nova fronteira agrícola canavieira nos anos 1960. Extensa área foi “aberta” para a cultura canavieira, mas sem elevar significativamente a composição orgânica do capital, portanto sem fomentar a produtividade.

A partir dos anos 1960, o avanço da cana pelo território alagoano ocorreu em direção aos tabuleiros costeiros do sul⁴¹ – vide **figura 2.1**. Uma área mais afastada das porções tradicionais do plantio, pois era região de solo pouco fértil, secas e chuvas esporádicas. Porém, as novas terras tinham como vantagem sua posição topográfica mais plana, adequada à utilização de máquinas, equipamentos e colheitadeiras, agora disponíveis graças aos amplos investimentos dos fundos e programas do IAA, que também introduziram variedades de cana mais rústicas e resistentes, como a CO-333, sistemas de adubação em larga escala e métodos químicos de aumento da produção (ANDRADE, PERREIRA e SANTOS, 2009).

⁴¹ Os tabuleiros costeiros constituem unidade geoambiental que compreende uma faixa ao longo de todo o litoral brasileiro, desde o Rio de Janeiro até o Amapá, e se caracteriza predominantemente por áreas de relevo plano a ondulado com altitude média de 50-100m. Em geral, os solos são pobres, profundos, de baixa fertilidade e possuem pouca capacidade de armazenamento de água. A vegetação nativa é a Mata Atlântica ou mata de restinga (EMBRAPA, 2015).

Figura 2.1- Área do Tabuleiro em Alagoas.



Fonte: <http://www.frigoletto.com.br/GeoAlagoas/relevo.htm>.

Os tabuleiros costeiros do sul, antes lugar de Mata Atlântica, da pastagem bovina e de pequenos agricultores, cedia ao expansionismo da lavoura canvieira, transformando a área em amplo território monocultor, latifundiário e central para a dinâmica de acumulação do capital agroindustrial sucroalcooleiro. Abria-se mais uma fronteira agrícola de produção, especialmente para os municípios de Coruripe e São Miguel dos Campos. Esse processo perpetuava o problema fundiário alagoano, a terra ficava cada vez mais restrita aos grandes usineiros, como evidenciado na **tabela 2.9**.

Tabela 2.9: ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento.

Estratos (em hectares)	Estabelecimento				Área			
	1940	(%)	1970	(%)	1940	(%)	1970	(%)
Menos de 10	20.874	63,7%	215	75,0%	191.952	13,4%	450.555	10,3%
10 a menos de 100	9.868	30,1%	78.881	21,6%	273.800	19,1%	231.282	28,6%
100 a menos de 1.000	1.764	5,4%	22.718	3,2%	521.818	36,3%	641.155	40,9%
1.000 a mais	241	0,7%	3.345	0,2%	541.914	37,7%	915.530	20,1%
Total	32.781	100,00%	105.160	100,00%	1437266	100,00%	2.238.522	100,0%

Fonte: Alagoas-Problemas base de Alagoas (1967); IBGE- Censo agropecuário (1970).

Os estabelecimentos com menos de 10 hectares em 1940 eram 63,7% do total, mas representavam somente 13,4% da área. Os com mais de 1.000 hectares, a seu turno, eram tão somente 0,7% do total, porém constituíam 37,7% de toda a área agrícola do estado. Em 1970, as propriedades com menos de 10 hectares tiveram aumento absoluto e relativo e atingiram 75%, o que, contudo, traduziu-se em diminuição da área ocupada, para apenas 10,3%. As com mais de 1.000, embora se concentrassem em 0,2%, ainda detinham 20,1% de toda a área. Aumentou também a área ocupada por grandes estabelecimentos – entre 100 e 1.000 hectares –, representando 40,9% da área ocupada, com maior concentração do número de estabelecimentos, de 5,4% para 3,2%, entre 1940 e 1970. Se somados os estratos de 100 a 1.000 hectares com os de 1.000 hectares ou mais, as grandes propriedades representavam 3,4% do número total, mas ocupavam 61% de toda a área rural de Alagoas em 1970, o que demonstra o forte poder de concentração de terras mal distribuídas em grandes propriedades.

2.2.3- A superação da estagnação, a bacia leiteira e a importância territorial da pecuária.

A pecuária encontrou-se estagnada durante maior parte da história alagoana – até ao menos meados da década de 1940 e 1950 quando incorporou alguns elementos industriais e ampliou sua produção. Isso deveu-se aos poucos cuidados quanto à saúde, à nutrição, ao melhoramento genético e aos mesmos tratamentos convencionais desde a época da colonização. Não obstante, essa atividade exerceu papel importante para as pequenas freguesias, vilas e posteriormente cidades, notadamente do sertão, mas algumas também do agreste e até de uma porção da área sul da zona da mata alagoana, quando não havia ainda suficientes condições agrícolas em termos técnicos e tecnológicos para implantar a cultura canavieira em solos inférteis e irregulares dessas áreas.

Mesmo não sendo atividade com dinâmica econômica pujante, sem grande promoção da divisão social do trabalho pela própria característica de sua cadeia produtiva, a pecuária foi historicamente relevante para a economia e para a organização socioespacial alagoana. Ao ser a principal atividade de cidades

tradicionalmente não atreladas ao setor canavieiro ou têxtil, mais isoladas e pobres (a níveis ainda mais alarmantes do que dos demais municípios), a criação bovina representou importante atividade de subsistência que absorvia e nutria os “bolsões de pobreza”, não só em Alagoas, mas pela área semiárida do Nordeste, como lembra Furtado (2006).

No início do século XX, algumas das inovações e investimentos foram trazidos, testados e implementados por Delmiro Gouvêia – comerciante cearense de peles do sertão nordestino, empresário do ramo comercial em Recife e notável industrial do sertão alagoano. Ele foi responsável por realizar e alastrar a plantação da palma forrageira pelo semiárido alagoano; pela a construção de mais de 500 quilômetros de estradas de rodagens em pleno sertão; pela construção da primeira usina hidroelétrica do nordeste – a Usina de Angiquinhos; além de promover a adaptação genética do rebanho ao semiárido pelo cruzamento entre raças bovinas (GONÇALVES, 2010).

Em 1928, o Governo do Estado, procurando aproveitar e acelerar ainda mais a modernização do setor, criou o Serviço de Zootecnia e Veterinária do Estado, que auxiliaria, na década de 1940, a promover pecuária especializada na produção de leite, presente inicialmente na área rural de Batalha, Jacaré dos Homens e Major Isidoro. Em 1950, essa produção leiteira expandiu-se mediante a introdução do gado holandês subsidiada pela Seção de Fomento Agrícola e pelo Ministério da Agricultura (CARVALHO, 2015).

Assim, além dos investimentos em infraestrutura, os melhoramentos e inovações técnico-científicas incorporados ao setor pecuário na primeira metade do século XX propiciaram a elevação da produtividade (mas ainda abaixo dos concorrentes nordestinos e de outras regiões do Brasil), a produção em larga escala e a introdução de elementos industriais no setor de alimentos lácteos. Nesse período, em meados dos anos 1940, criou-se a bacia leiteira alagoana, composta, em 1968, pelos municípios de Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores,

Palestina e Pão de Açúcar, de acordo com publicação sobre a regionalização dessa bacia leiteira pelo BNB (1968).

Marco para a modernização do setor lácteo e para a bacia leiteira foi a criação em 1942 da Cooperativa de Laticínios de Jacaré dos Homens, instalada no município de Pão de Açúcar. Em 1946, essa cooperativa inaugurou a primeira fábrica do setor, produtora de requeijão e manteiga. Em 1951, embora sua produção diária fosse de 12.290 mil litros de leite, somente até 4.000 litros de leite cru por dia foram industrializados, pouco diante de sua capacidade produtiva. Mesmo recém-comprados, as máquinas e equipamentos utilizados já estavam obsoletos e carentes de manutenção. Depois dessa iniciativa, em meados da década de 1950, fundou-se o grupo Santa Maria, que instalou uma fábrica no município de Batalha para a fabricação de queijos finos e manteiga. Esse empreendimento chegou a comprar 36 mil litros diários de leite e 48% do leite produzido por toda a bacia leiteira. (VASCONCELOS, 2017).

Baseando-se na bacia leiteira, a pecuária no estado modernizou-se, aumentando a produção e especializando-se cada vez mais na bovinocultura de corte e de leite, como evidenciado para o ano de 1968, segundo Vasconcelos (2017, pag 118 e 119):

A bacia leiteira do semiárido alagoano produzia uma média diária de 60.000 mil litros de leite. A maior parte do leite abastecia as cerca de 20 empresas do setor lácteo dessa região; entre elas, se destacavam o laticínio Santa Maria/SA, localizada em Batalha, e a estatal Companhia Industrializadora do Leite de Alagoas (CILA), situada em Major Isidoro. Esse conjunto de empresas possuía a capacidade de produzir cerca de 50.000 mil litros de leite por dia. Dessa produção leiteira, distribuída diariamente, 20.000 mil litros eram absorvidos pela empresa Santa Maria/SA, para fabricar queijos finos, manteiga, leite em pó, etc. Outros 20.000 mil litros eram comprados pela CILA, para pasteurização e comercialização em Maceió. As demais 18 empresas processavam o restante da cota estadual diária, com os 10.000 mil litros.

Essa expansão da produção pecuária calcada na bacia leiteira contou também com incentivos, subsídios e investimentos estatais não somente atrelados à

própria cadeia produtiva do setor, como já visto, mas também à área de transportes e aos setores elétrico e hídrico. Essas inversões do Estado não tinham como objetivo específico atender aos municípios da bacia leiteira, mas beneficiar toda a região do semiárido, o que os incluía. Na parte hídrica, os municípios da bacia leiteira chegaram a contar, durante a década de 1960, com abastecimento de 369 açudes, 269 barreiras, um sistema adutor alimentado pelo Rio São Francisco e a oferta de água foi estimada em 16.000m³ ao dia, distribuída em 120,5 quilômetros. Ademais, investimentos em geração energia elétrica, na hidrelétrica da CHESF e na Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) supriram os municípios desse polo. Os municípios beneficiaram-se, também, de investimentos rodoviários, o que integrou o agreste, o sertão e a zona da mata, principalmente pela BR-26 (hoje BR 316), e dinamizou as relações econômicas e o comércio entre as cidades. Particularmente para os municípios da bacia leiteira, isso significou o aumento do escoamento de sua produção para Maceió (VASCONCELOS, 2017).

Esse crescimento da produção ocorreu concomitantemente com a redução da área pastoril, visto que pecuária foi removida da parte sul da zona da mata, devido à incorporação dos tabuleiros costeiros do sul pela cana-de-açúcar em meados da década de 1960. Assim, essa atividade ficou territorialmente mais restrita, expulsa da zona da mata, mais limitada, principalmente, ao sertão e a algumas localidades do agreste. Embora tivesse perdido espaço, a produção conseguiu expandir-se com a concentração territorial desse rebanho na bacia leiteira.

Como já evidenciado na **tabela 2.9**, mesmo com a diminuição da área destinada ao rebanho bovino, concentraram-se ainda mais as terras do estado, já que, a parte onde a pecuária foi retirada da zona da mata, foi substituída pela latifundiária atividade canavieira. Ademais, com a modernização do setor, a estrutura fundiária ficou cada vez mais concentrada em médias e grandes propriedades que recebiam financiamentos à produção.

Ainda assim, a incorporação de elementos industriais no setor lácteo promoveu certo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho na área da bacia leiteira, com o crescimento do comércio, serviços e até o surgimento de

atividades financeiras, já que, qualquer pequeno comércio e/ou estabelecimento já era de grande importância para essas cidades.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios do IBGE de 1959, em Pão de Açúcar, haviam três estabelecimentos de ensino primário, iluminação elétrica, 68 estabelecimentos varejistas, 6 atacadistas, uma cooperativa agrícola e uma agência do banco Mercantil Sergipense S.A; uma cooperativa agrícola e uma agência do Banco do Brasil. A cidade de Batalha, a seu turno, dispunha de iluminação elétrica, de uma agência postal-telefônica, pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos, de 5 estabelecimentos varejistas, 2 atacadistas. Havia, ainda, 24 estabelecimentos de ensino primário fundamental e um cinema, um hotel e duas pequenas pensões, um Posto de Fomento Agrícola, um de Defesa Vegetal, outro da Defesa Animal e, finalmente, um Cartório do Registro Civil e outro de Imóveis. Em Olho d'Água das Flores, haviam apenas 2 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. O município possuía dois hotéis, um modesto cinema, 208 prédios, e uma rua calçada a paralelepípedos. Ademais, a cidade possuía 29 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo um grupo escolar mantido pelo Governo do Estado, 20 municipais e 2 particulares.

De modo geral, esses estabelecimentos comerciais, hoteleiros, escolares, as agências financeiras, dotados de certa infraestrutura urbana, geravam emprego e circulavam a renda dessas pacatas e pobres cidades do interior sertanejo alagoano.

2.3- A estrutura produtiva alagoana.

Ao longo dos últimos sub-tópicos, enfatizou-se a importância do setor primário na configuração produtiva alagoana, como pode ser visto na **tabela 2.10**. A maior parte da mão de obra era empregada apenas no setor primário, determinante da renda e do emprego, que pouco evoluíram entre 1940 e 1950, retrato do parco desenvolvimento das forças produtivas e econômicas de Alagoas.

Tabela 2.10: Alagoas: Mão de obra ocupada por Ramo de Ocupação (1940-1950).

Ramo de ocupação	1940		1950	
	M-D-O	% total	M-D-O	% total
Setor primário	280.522	81	308.036	79
Indústria de transformação	24.701	7	32.611	8
Comércio	10.745	3	12.019	3
Transporte	7.098	2	7.171	2
Serviços e outras atividades	23.545	7	32.740	8
Total	346.611	100	392.577	100

Fonte: Alagoas-Problemas de base Alagoas (p.127, 1967).

A atrofia da estrutura produtiva alagoana pode também ser verificada na composição de sua indústria de transformação, composta basicamente por produtos alimentares (açúcar e álcool) e têxtil, como pode ser visto na **tabela 2.11**. Em 1940, esses dois segmentos concentravam praticamente toda a indústria alagoana. Somados, equivaliam a 84% de toda a mão de obra empregada, 88% dos salários pagos, 91% do valor da produção e 89% do valor de transformação industrial. Portanto, era baixíssimo o nível de desenvolvimento da indústria em Alagoas. Nota-se ainda a importância do setor têxtil para o estado.

Tabela 2.11- Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão de obra e Salário (em %).

Estabelecimentos	1940			
	M-D-O	Salários	VBPI*	VTI*
Indústria extrativa de produtos minerais	1,5%	0,7%	0,3%	0,5%
Indústria de Transformação	98,5%	99,3%	99,7%	99,5%
.Produtos Alimentares	37,8%	44,2%	53,8%	49,8%
.Têxtil	45,9%	44,2%	36,7%	39,0%
.Produção e distribuição de eletricidade, gás e abastecimento d'água e esgoto	3,1%	3,7%	3,1%	4,4%
.Óleos e graxas vegetais	2,1%	1,3%	1,5%	2,2%
.Química e produtos farmacêuticos	0,6%	0,6%	1,1%	0,8%
.Editorial e gráfica	1,4%	1,4%	0,5%	0,7%
.Vestuário, calçado e toucador	1,6%	0,8%	0,6%	0,7%
.Minerais não metálicos	2,4%	1,1%	0,4%	0,6%
.Bebidas e estimulantes	1,8%	0,4%	0,6%	0,6%
.Mecânica	0,7%	0,6%	0,3%	0,5%
.Couros e peles	1,1%	1,0%	1,1%	0,3%
.Metalúrgica	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Madeira e produtos afins	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Papel e Papelão	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE- Censo Industrial (1950);

Nota: "*" VBPI=Valor Bruto da Produção Industrial; VTI= Valor de Transformação Industrial.

Verifica-se na **tabela 2.12** a maior concentração da estrutura produtiva alagoana no setor açucareiro pós-1950. O acréscimo da participação da produção de alimentos não foi somente resultado de seu crescimento, mas também da deterioração latente do setor têxtil, que saiu de 40% do VTI em 1940 para apenas 15% em 1970. O segmento de produtos alimentares, por sua vez, foi de 42,7% do VTI em 1940 para 63,1% em 1970. O relevante papel que a cana-de-açúcar já desempenhava na produção industrial e na economia alagoana, nas décadas de 1960/70, tornou-se hegemônico. Somente a partir de 1970, verificou-se aumento notável na participação de outro gênero, o químico, com a criação da SALGEMA-Indústrias Químicas S.A em 1967 e do polo cloroquímico alagoano (PCA). As mudanças a partir de 1967 são analisadas no próximo capítulo.

Tabela 2.12- Alagoas: Participação Relativa da Indústria Referente aos Salários e ao VTI (1950,1960,1970) em %.

Anos	1950		1960		1970	
	Salários	VTI	Salários	VTI	Salários	VTI
Indústria extrativa	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
.Extração de minerais	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
Indústria de transformação	99,7%	99,7%	99,9%	99,9%	99,4%	98,6%
Bens de Consumo Não-Duráveis	91,9%	91,7%	92,3%	91,1%	85,6%	86,5%
.Mobiliário	1,2%	1,0%	2,2%	2,1%	0,9%	1,1%
.Produtos farmacêuticos e medicinais	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
.Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,2%	0,6%	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%
.Têxtil	61,0%	45,0%	43,4%	30,9%	18,4%	15,7%
.Vestuário, calçados e tecido	0,7%	0,6%	1,0%	1,0%	1,4%	2,3%
.Produtos alimentares	27,3%	42,7%	43,0%	54,5%	59,2%	63,1%
.Bebidas	0,6%	1,1%	0,7%	0,9%	2,5%	2,1%
.Fumo	0,1%	0,1%	0,3%	0,4%	0,0%	0,0%
.Editorial e gráfica	0,8%	0,8%	1,5%	1,1%	3,1%	1,9%
Bens Intermediários	7,3%	7,6%	7,3%	8,7%	12,6%	11,4%
.Mineral não metálico	3,0%	2,9%	4,2%	4,0%	4,4%	3,5%
.Madeira	0,8%	0,6%	1,8%	1,3%	1,0%	0,8%
.Papel e papelão	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Borracha	0,0%	0,0%	0,2%	0,4%	0,0%	0,0%
.Couros e peles e produtos similares	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	0,0%	0,1%
.Química	3,2%	3,8%	0,5%	1,9%	1,0%	4,5%
.Produtos de materiais plásticos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Metalurgia	0,1%	0,1%	0,4%	0,6%	6,1%	2,6%
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,4%	0,2%	0,3%	0,1%	1,2%	0,7%
.Mecânica	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	1,0%	0,5%
.Material elétrico e de comunicação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
.Material de transporte	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
.Diversas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE-Censo Industrial (vários anos).

A **tabela 2.13** evidencia, também, o baixo nível de desenvolvimento industrial e das relações capitalistas de produção em Alagoas, quando seu segmento de bens de consumo não duráveis era historicamente o mais forte, praticamente hegemônico.

Tabela 2.13 – Alagoas: Estrutura do Valor da Transformação Industrial, segundo os usos em %.

Setores	1940	1950	1960	1970
Bens de consumo não durável	91,2%	91,8%	91,1%	87,2%
Bens intermediários	3,9%	7,9%	8,7%	11,9%
Bens de capital	4,9%	0,3%	0,2%	0,9%
Total	100,0%	100,0%	100%	100,0%

Fonte: IBGE- Censo industrial (vários anos).

Afirma-se que, em Alagoas, até a instalação da SALGEMA no final da década de 1960, a indústria “tradicional” exercia hegemonia absoluta. Permaneciam, portanto, os mesmos complexos produtivos e relações de produção do século XIX, quando eram construídas as primeiras fábricas têxteis e implantadas as usinas. Como analisado no capítulo anterior, era uma economia ainda presa aos paradigmas produtivos e tecnológicos da primeira revolução industrial, baseada em bens de consumo não duráveis, no decadente setor têxtil e na produção extensiva em terra do açúcar e do álcool, o segmento de produtos alimentares. Um estado com parco desenvolvimento industrial e atrofiamento das relações capitalistas de produção acentuava sua inserção periférica no campo econômico nacional.

2.4-A organização socioespacial alagoana (1933-1967)

Ao tratar das transformações no padrão de acumulação da economia nacional, dos impactos regionais dessa alteração e integração do mercado, das modificações de ordem sócio-política (ascensão da burguesia urbana-industrial), concomitantemente às mudanças das principais atividades econômicas alagoanas, tem-se o intuito de destrinchar seus reflexos na organização socioespacial de Alagoas *vis á vis* essas transformações no âmbito nacional, regional e estadual.

No período de 1933 a 1967, os principais fatores de alteração na organização socioespacial e na hierarquia urbana alagoana foram: a hegemonia canavieira nos campos agrícolas e, por conseguinte, a especialização no açúcar e no álcool da estrutura produtiva alagoana; o crescimento do fumo; a construção das rodovias; a concentração de terras, ainda pior no pós-1960; a concentração da pecuária no

sertão; e a crise do setor têxtil. Nessa conjuntura, a distribuição populacional pelo território esteve mais concentrada do que anteriormente, principalmente em Maceió, cidade de maior influência. Arapiraca e Palmeira dos Índios, essa em menor nível, rivalizaram como maiores centros urbanos do interior alagoano entre 1940 e 1960. No sertão, chama a atenção o crescimento de Santana do Ipanema. A concentração da rede urbana foi colocada em marcha em 1933 e aprofundada no pós-1967.

Realizou-se até o momento a discussão de elementos não somente influentes na construção do espaço e na mudança da organização socioterritorial alagoana, mas também motivadores da ascensão – ou obsolescência – de novas – ou deterioradas – centralidades urbanas. Nova ou velha, ascendente ou obsoleta, as cidades que passaram a exercer – ou ceder – papel de centralidade na configuração urbana nada mais são do que o reflexo material de emergentes determinações históricas e produtivas.

2.4.1- O Crescimento Arapiraquense e a importância dos transportes na centralidade urbana alagoana.

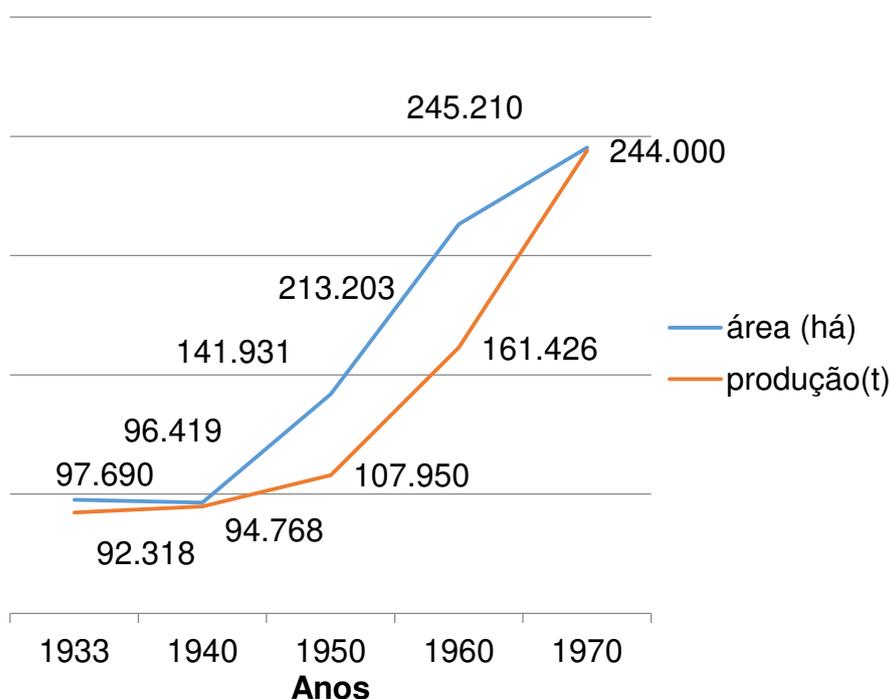
Arapiraca foi politicamente emancipada de Limoeiro em 1924, dada sua evolução econômica baseada na cultura do fumo e da feira livre, que desde o final do século XIX movimentava o comércio e a população local pela aglutinação dos comerciantes, fazendeiros e pequenos produtores do agreste e do sertão alagoano (NARDI, 2010). Especialmente no período de 1940 a 1970, o município deu um “salto qualitativo” em razão da valorização comercial do fumo. Em 1960, já era a segunda maior cidade do estado, apresentando crescimento muito rápido para uma área de ocupação tão antiga quanto o território alagoano.

O cultivo do fumo iniciou-se em Arapiraca por volta de 1880, quando os produtores estavam insatisfeitos com a agricultura de subsistência. Inicialmente, a produção do fumo era comercializada entre os moradores da região, mas ainda sem grande expressão para a economia local (FIRMINO, 2016). A partir de 1940, o fumo brasileiro difundiu-se mundialmente, beneficiado pela conjuntura geopolítica⁴² e

⁴² A independência da antiga colônia inglesa e o embargo comercial imposto pela Inglaterra contra a Rodésia (atual Zimbabué), até então principal produtor mundial do fumo, tornou o Brasil o maior

disseminação do hábito de fumar pelos países ocidentais (NARDI, 2010). O aumento da produção e da área colhida do fumo pode ser visto no **gráfico 2.5**. No Brasil, apesar do aumento das exportações, os produtores baianos passaram a enfrentar uma crise por causa da menor aceitação da qualidade do fumo produzido no recôncavo baiano. Assim, emergiu a concorrência alagoana, concentrada na produção do fumo em corda de Arapiraca (NARDI, 2010). Em 1940, representava 45% da produção estadual; em 1960, 61%; e, em 1970, 73%, de acordo com os dados do censo agrícola do IBGE.

Gráfico 2.5- Brasil: Produção (t) e área colhida (ha) do fumo.



Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Na **tabela 2.14**, constata-se que, enquanto o Nordeste, principalmente a Bahia, perdia participação na produção nacional do fumo, assim como as outras regiões, o Sul, maior produtor do país, adquiria participação e concentrava o mercado. Paradoxalmente, Alagoas mantinha constante crescimento, indicando que

produtor do mundo. Os principais estados beneficiadas por isso foram o Rio Grande do Sul, a Bahia e Alagoas (NARDI, 2010).

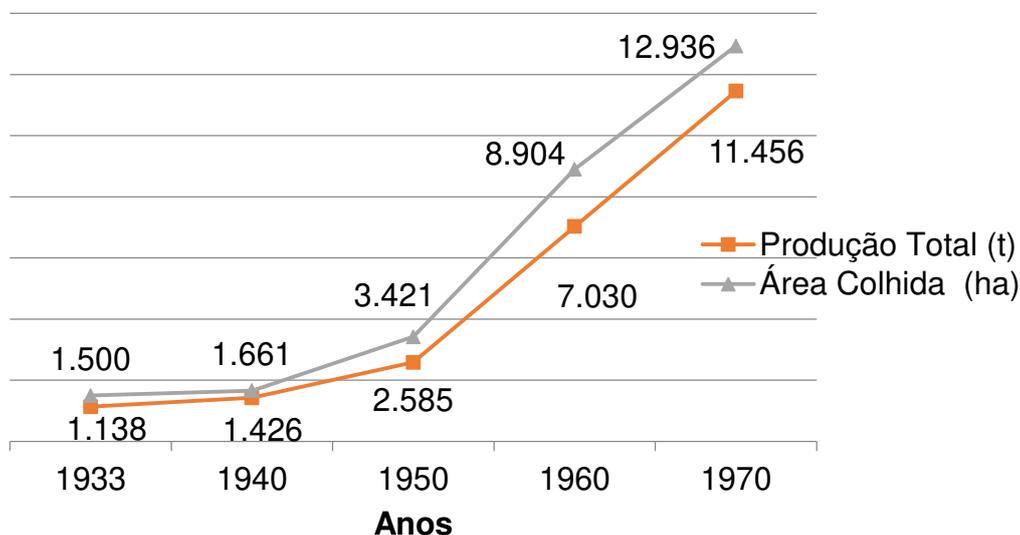
o estado, mais especificamente Arapiraca, ampliava sua produção fumeira no Nordeste. Dessa forma, verificou-se forte e constante aumento da participação alagoana na produção do fumo no Nordeste e no Brasil.

Tabela 2.14- Participação relativa do fumo em (%).

Participação	Produção total				
	1933	1940	1950	1960	1970
AL/NE	3,4%	3,5%	6,5%	12,9%	20,2%
AL/BR	1,2%	1,5%	2,4%	4,7%	4,7%
NE/BR	36,5%	43,1%	36,7%	33,8%	23,2%
NE+Sul/BR	76,0%	83,6%	77,3%	83,1%	90,1%
Outros	24,0%	16,4%	22,7%	16,9%	9,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

O expressivo crescimento da produção e da área colhida do fumo em Alagoas pode ser visto no **gráfico 2.6**, em que se observa, entre 1933 e 1970, variação absoluta de 907% (média anual de 6,4%) na produção alagoana e crescimento de 762% de área colhida (6,0% a. a.). Importante frisar que, apesar da forte expansão de terra destinada à produção do fumo, ao contrário da cana-de-açúcar, isso não significou a instauração de um *plantation* monocultor latifundiário, pois permitiu-se o compartilhamento do solo com outras culturas agrícolas e realizou-se, em sua maior parte, a produção do fumo por pequenos e médios proprietários (NARDI, 1996).

Gráfico 2.6- Alagoas: Área colhida (ha) e Produção (t) do fumo em (1933-1970).

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Em 1950, a alta do fumo arapiraquense já produzia expressivos resultados para a economia e sociedade local, em especial pela atração de empresas exportadoras (nacionais e internacionais) para Arapiraca, a fim de realizarem o beneficiamento, a comercialização e exportação do fumo. Nessa década, houve um surto de imigração de empresas para cidade. A empresa espanhola Exportadora Guarrido foi a primeira delas, instalada em 1950. Nos anos seguintes, viriam a C. Pimentel, empresa portuguesa, em 1951; a brasileira Almerino Portugal em 1952; a belga Ernest Bercovitz em 1953; a brasileira Fraga & Sobel em 1954; a brasileira Cia Souza Cruz e a também brasileira Overback em 1956; a brasileira Gerdi em 1958; a francesa Mangeroux em 1958; e a brasileira Ermor em 1968. Várias outras empresas brasileiras e estrangeiras, exportadoras e comercializadoras do fumo, continuariam a se instalar em Arapiraca nos anos posteriores (OLIVEIRA, 2005).

Com a instalação das empresas e o mercado do fumo em alta, o setor de comércio e serviços cresceu fortemente para atender às demandas emergentes da expansão urbana do município. Várias empresas surgiram e instalaram-se na cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, bem como as casas de saúde

e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, supermercados, agências bancárias, como o Banco do Brasil, cinemas, imobiliárias, bancos, postos de gasolinas, concessionária de automóveis (Ford, Chevrolet, Fiat, Volkswagen, Mitsubishi), faculdades, serviços agropecuários e indústrias de bebidas (Coringa e Coca-Cola), lojas varejistas, atacadistas e de eletrodomésticos etc. (OLIVEIRA, 2005). Além dessas empresas, a partir de 1970, adentraram no comércio da cidade empresas relacionadas com o beneficiamento do fumo em corda para comercialização nacional, como a Extra Forte, a Super Bom, o Fumo do Bom e a Rei do Nordeste (SANTOS, 2014). Além disso, a inversão pública em infraestrutura econômica e em equipamentos urbanos também movimentaram a cidade.

Tal expansão urbana fortaleceu a feira livre de Arapiraca, que se tornou em meados dos anos 60 uma das três maiores do Nordeste, retroalimentando o crescimento arapiraquense: “a feira das segundas-feiras em Arapiraca é, por exemplo, uma das maiores se não a maior do Nordeste (...). Abriga cerca de 5.000 barracas (...). É uma feira regional, atraindo vendedores e consumidores de ampla área” (CORRÊA, 1994, p.68).

Em suma, o crescimento de Arapiraca foi determinado pelo aumento da produção e da comercialização da “indústria” fumageira e a decorrente expansão da massa salarial. Essencial também notar que a estrutura fundiária do município, baseada na pequena e média propriedade, não expulsava os agricultores familiares de suas terras. Nessas circunstâncias, permitiu-se e beneficiou-se o crescimento econômico e demográfico arapiraquense.

Na **tabela 2.15**, constata-se o forte crescimento populacional de Arapiraca de 1940 a 1960, o maior entre todos os municípios alagoanos. Assim, Arapiraca logo passou a figurar como uma das principais cidades do interior alagoano. Em 1950, já concorria com Palmeira dos Índios, até então a maior cidade do interior e, no final de 1960, tornou-se a principal *hinterlândia* do interior do estado (CORRÊA, 1994); (FIRMINO, 2016).

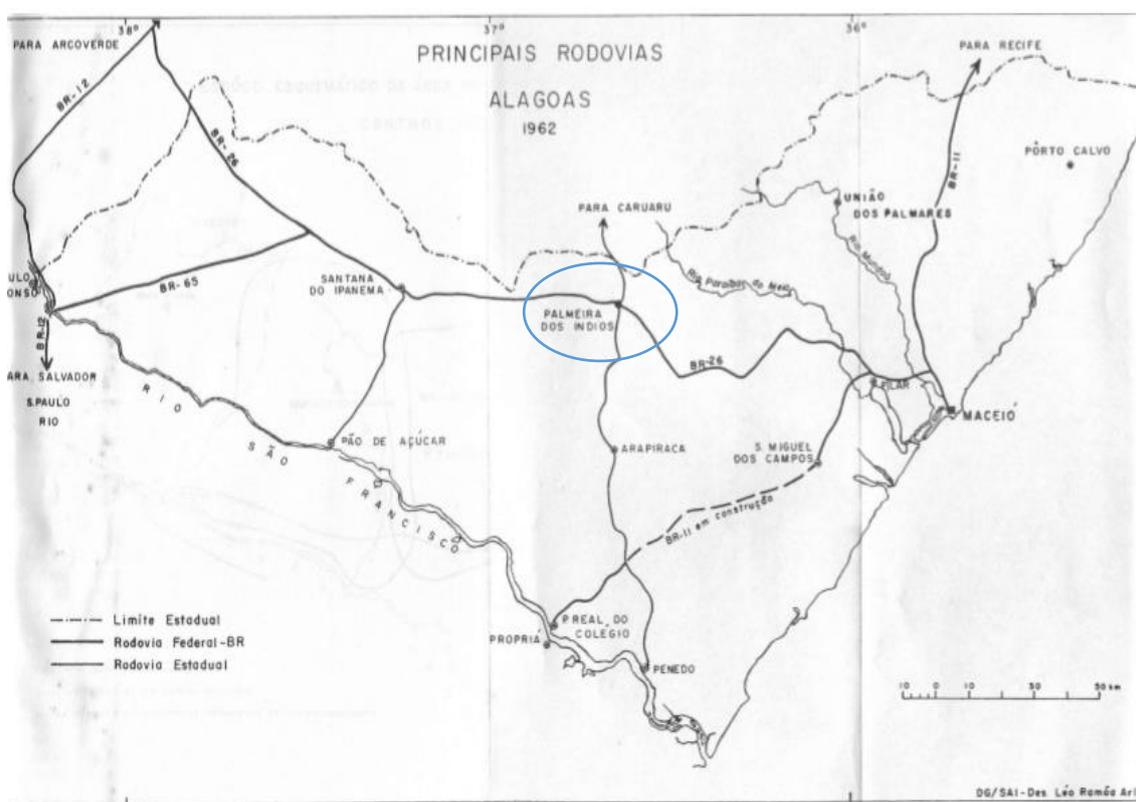
Tabela 2.15: Alagoas- As cinco cidades com maior crescimento populacional em %.

Cidades	Taxa média crescimento anual (1940-1960)	Var %
Arapiraca	4,1%	122,1%
Maceió	3,2%	86,2%
Piranhas	2,6%	65,8%
Mata Grande	2,4%	61,4%
Rio Largo	1,4%	33,2%
Estado	1,4%	32,0%

Fonte: IBGE- Censo demográfico (1940,1960).

Palmeira dos Índios, cidade rival de Arapiraca na centralidade do interior alagoano até meados da década de 1960, era o mais importante centro de distribuição do estado no interior, visto o entroncamento dos meios de transporte no seu entorno. A cidade caracterizar-se-ia como “nó rodoviário”, beneficiada por investimentos em transporte ferroviário e rodoviário que ligava a zona da mata ao sertão, o sul ao norte e onde se encontravam as estradas de Pernambuco e do sertão e agreste alagoano, como visualizado na **imagem 2.1** (CORRÊA, 1994).

Imagem 2.1- Alagoas: Principais Rodovias (1962).



Fonte: Corrêa, 1994, p. 109.

Segundo Corrêa (1994): “sua função fundamental é de redistribuição dos produtos que recebe”. Palmeira dos Índios articulava-se diretamente com a capital por meio da rede ferroviária, ponto terminal da linha Maceió-Palmeira dos Índios, onde havia ainda um ramal Maceió-Porto Real do Colégio. Por meio da rede rodoviária, por sua vez, duas empresas de transporte rodoviário, a Sertaneja de Transporte e a Bom Conselho, tinham linhas ligadas à Palmeiras do Índios. As linhas Palmeira dos Índios-Maceió e Palmeiras dos Índios-Bom Conselho-Garanhuns conectavam-na com Maceió e com as cidades de Bom Conselho e Garanhuns, ambas de Pernambuco. Além disso, as empresas que faziam a linha Pão de Açúcar-Maceió e Santana do Ipanema-Maceió também serviam Palmeira dos Índios, que, depois da capital, era a cidade alagoana mais bem servida de transportes.

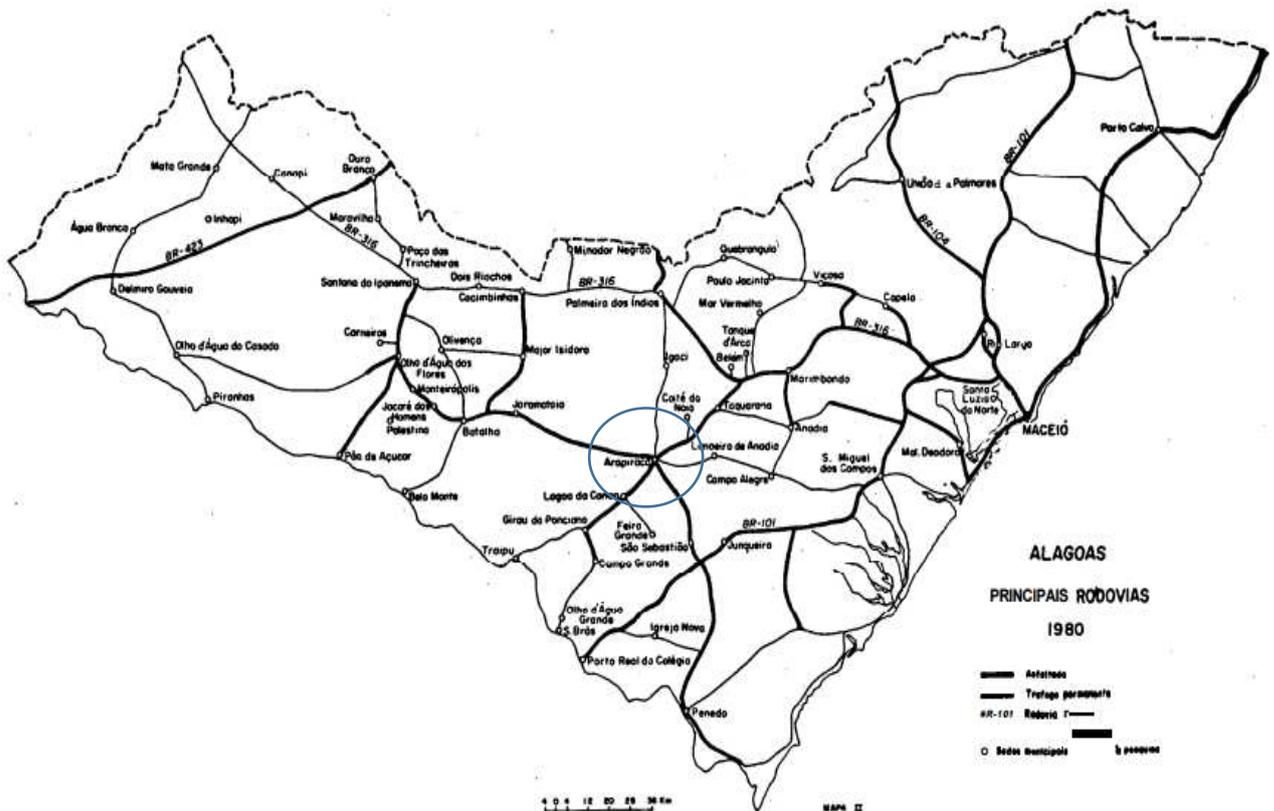
Com a expansão das rodovias, Palmeira dos Índios atingiu seu auge durante a década de 1950, como “capital do Agreste e porta do Sertão”. Todos esses desenvolvimentos estimulava o comércio e os serviços locais. Semanalmente, realizavam-se duas grandes feiras, formadas por 290 estabelecimentos comerciais entre atacadistas e varejistas, o que, por sua vez, demandava uma série de serviços e equipamentos urbanos encontrados na cidade, como: três bancos, três hotéis, três associações esportivas, três cinemas, um jornal, um campo de aviação para pouso de pequenos aviões, um hospital, seis postos de saúde e três farmácias. As principais relações comerciais do município ocorriam com Maceió, Recife e Garanhuns (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959).

Contudo, com a expansão nacional e mundial do fumo, Arapiraca teve nos transportes aliado-chave para seu crescimento econômico e escoamento da produção, em detrimento de Palmeiras dos Índios. A construção da ferrovia em Arapiraca iniciou-se em 1947, mas somente em 1951 se finalizou, 70 anos após a construção do eixo Piranhas-Delmiro Gouveia. Além desta, construíram-se também as rodovias federais, como a BR-316 em 1956, que interligava Arapiraca a Maceió e a Palmeiras dos Índios. Posteriormente, inauguraram-se rodovias estaduais (AL-110, AL-115 e AL-220), que conectavam Arapiraca com as cidades do agreste, sertão e zona da mata alagoana, o que beneficiava a exportação do fumo realizada até então por rodovias bastante precárias (SANTOS, 2014). As construções das rodovias, portanto, ao ampliar as vias de acesso a Arapiraca, funcionaram como suporte à produção do fumo (FIRMINO, 2016). As rodovias, assim, além de integrarem o território, foram importantes para a expansão do fumo e o crescimento e maior centralidade regional de Arapiraca.

Palmeira dos Índios, antigo entreposto comercial do estado e principal *hinterlândia* do interior de Alagoas, assistia a sua centralidade definir, principalmente pela construção do eixo de transportes em Arapiraca, e não mais em seu entorno. Esse processo destituía-a da posição de principal cidade do interior que ocupou até a construção da BR 316, que, apesar de passar pelo seu território, aproximava mais o comércio e o escoamento de mercadorias, pessoas e serviços de Arapiraca do que de Palmeiras dos Índios.

Na **imagem 2.2**, encontra-se refletida a mudança no padrão de organização socioespacial alagoana materializada nos transportes, ainda mais evidente se comparada com a figura anterior, agora com Arapiraca como o novo “nó rodoviário”: cidade do entroncamento e meio de irradiação dos principais caminhos alagoanos do interior. A posição de importante *hinterlândia* do Agreste e Sertão do estado transferiu-se, portanto, de Palmeiras dos Índios para Arapiraca (CORRÊA, 1994). A crise do setor têxtil foi também importante fator de deterioração para o município de Palmeira dos Índios.

Imagem 2.2- Principais Rodovias Alagoanas (1980).



Fonte: IBGE (1988).

Com a difusão das rodovias federais e estaduais e pelo crescimento da bacia leiteira, Santana do Ipanema também passou a exercer maior centralidade em sua região, o sertão, nomeadamente por estar no ponto interseccional da estrada entre o agreste, a ponte de Paulo Afonso e do sertão pernambucano, pela construção de

um ramal rodoviário da BR-12, um prolongamento da Rio-Bahia. A cidade era, então, o principal elo entre as cidades do sertão alagoano e pernambucano, além de conectar-se com os outros centros urbanos estaduais, como Maceió e Estância (SE) (CORRÊA, 1994). A construção da malha rodoviária na cidade foi estratégica, visto que Santana do Ipanema se tornou o principal centro abastecedor da produção de cereais do Estado. Logo ascendeu ao posto de maior cidade do sertão e terceira maior (61.235 habitantes) do Estado de acordo com o censo demográfico de 1950, atrás apenas de Palmeira dos Índios (66.636) e de Maceió (120.980).

A estrutura fundiária de Santana do Ipanema também contribuía para seu crescimento e desenvolvimento, pois, sem latifúndios, ensejavam-se grande número de pequenas propriedades e a disseminação da policultura (feijão, milho, algodão, mandioca, banana). A diversificação agrícola e a construção das rodovias permitiram que ela se expandisse e, assim, atraísse comerciantes, prestadores de serviços e mercadorias do sertão de Alagoas. O município, ademais, dispunha de um campo de pouso de pequenos aviões, de departamento de correios, agências postais-telegráficas, dois bancos, um cinema, seis hotéis, um jornal, uma biblioteca, três associações esportivas, 35 estabelecimentos atacadistas e 210 varejistas (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959).

2.4.2- A transformação do urbano-rural em Alagoas e a concentração em Maceió.

O período de análise deste segundo capítulo abarca algumas das principais transformações econômicas do Brasil no século XX, nomeadamente a industrialização, a modernização agrícola e a intensificação da migração do campo para a cidade. Esses dois últimos processos tiveram maior impacto sobre a organização socioespacial alagoana, dada a intensificação do êxodo rural. O padrão agrícola extensivo em terras e a implementação de máquinas agrícolas traduziram-se para os moradores rurais na perda de suas terras e de trabalho no campo alagoano, situação esta que se deteriorou pós-1960, quando a área dos tabuleiros costeiros seria incorporada ao plantio canavieiro.

Na **tabela 2.16**, observa-se a rápida urbanização brasileira, nordestina e alagoana.

Tabela 2.16- Evolução da população rural e urbana (1940-1970).

Estado	1940		1950		1960		1970	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Alagoas	76%	24%	74%	26%	66%	34%	60%	40%
Bahia	76%	24%	72%	28%	65%	35%	59%	41%
Ceará	77%	23%	75%	25%	66%	34%	59%	41%
Maranhão	85%	15%	83%	17%	82%	18%	75%	25%
Paraíba	78%	22%	73%	27%	65%	35%	58%	42%
Pernambuco	71%	29%	66%	34%	55%	45%	46%	54%
Piauí	85%	15%	84%	16%	77%	23%	68%	32%
Rio Grande do Norte	79%	21%	73%	27%	63%	37%	52%	48%
Sergipe	69%	31%	68%	32%	61%	39%	54%	46%
Nordeste	77%	23%	73%	27%	66%	34%	58%	42%
Brasil	69%	31%	65%	35%	55%	45%	44%	56%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Em 1940, o país era ainda predominantemente rural, com 69% da população residindo no campo. No NE, essa participação era maior ainda, de 77%, e em Alagoas, de 76%. Apesar desse percentual alto, este era o terceiro estado mais urbano do Nordeste, atrás de Sergipe e Pernambuco. Em 1970, entretanto, o quadro inverteu-se e o Brasil tornou-se majoritariamente urbano. Nesse ínterim, o NE diminuiu fortemente a diferença entre a população do campo e da cidade, enquanto Alagoas, não obstante também ter reduzido essa discrepância, figurava como o terceiro estado menos urbanizado da região, atrás do Maranhão e do Piauí, invertendo o padrão anterior de 3º mais urbanizado. Contudo, estes dois estados e o Rio Grande do Norte eram os de urbanização mais rápida, ao passo que Alagoas era o segundo mais lento no período de 1940 a 1970, como notado na **tabela 2.17**. Essa situação explica-se pela predominância do cultivo da cana, o qual, como já descrito, baseava-se em padrão mais rural do que urbano, ao contrário, por exemplo, do setor têxtil-algodoeiro.

Tabela 2.17: Crescimento urbano (1970-1940).

Anos	Variação da população Urbana			
	1950-1940	1960-1950	1970-1960	1970-1940
Alagoas	25%	47%	50%	176%
Bahia	44%	52%	51%	229%
Ceará	45%	61%	61%	275%
Maranhão	48%	61%	70%	306%
Paraíba	47%	52%	44%	222%
Pernambuco	48%	56%	54%	257%
Piauí	37%	72%	84%	333%
Rio Grande do Norte	58%	64%	72%	348%
Sergipe	23%	42%	43%	150%
NE	44%	56%	56%	248%
Brasil	41%	74%	65%	304%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

A lenta urbanização alagoana e a forte participação rural em relação aos demais estados nordestinos em 1970 podem ser creditadas ao baixo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho, expresso na concentração da terra e da renda na predominância do setor primário ou de bens de consumo não duráveis nas relações econômicas de produção do estado. Diante disso, mesmo com um crescimento urbano acima do rural, como evidenciado na **tabela 2.18**, o baixo desenvolvimento das relações capitalistas de produção, pela predominância do setor agroindustrial sucroalcooleiro, não era capaz de acelerar o processo de urbanização em Alagoas, tanto é que os níveis de crescimento urbano do estado foram sempre abaixo do verificado nacional e regionalmente.

Tabela 2.18- Alagoas: Crescimento da população urbana e rural (1940-1970).

Origem	Brasil		Nordeste		Alagoas	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Taxa de crescimento anual						
1940/1950	1,8%	3,5%	1,7%	3,7%	1,1%	2,3%
1950/1960	1,4%	5,7%	1,1%	4,5%	0,3%	3,9%
1960/1970	0,6%	5,1%	1,1%	4,5%	1,4%	4,1%
1940/1970	1,2%	4,8%	1,3%	4,2%	0,9%	3,4%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Ademais, constata-se na **tabela 2.19** que Alagoas perdeu participação relativa na população de todo o NE e Brasil. Essa queda de representação e o segundo menor índice de crescimento demográfico, atrás apenas de Sergipe, foram consequência da concentração – e decorrente dependência – em dois setores: têxtil e sucroalcooleiro. O primeiro, em profunda crise, não mais criava empregos nem fomentava o mercado interno e a urbanização. O segundo crescia via produção extensiva, à custa dos pequenos proprietários e moradores rurais, e, dessa forma, concentrava a renda e a terra. A perda de participação relativa na população nacional não foi fenômeno exclusivo alagoano, mas, sim, de quase todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão.

Tabela 2.19- Participação percentual dos estados nordestinos em relação ao Nordeste e em relação ao Brasil.

Estado	1940		1950		1960		1970		Var (%) (1940-1970).
	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	
Alagoas	6,6%	2,3%	6,1%	2,1%	5,7%	1,8%	5,6%	1,7%	66,9%
Bahia	27,1%	9,5%	26,9%	9,3%	26,7%	8,4%	26,7%	8,0%	91,3%
Ceará	14,5%	5,1%	15,0%	5,2%	14,8%	4,7%	15,5%	4,7%	108,6%
Maranhão	8,6%	3,0%	8,8%	3,0%	11,2%	3,5%	10,6%	3,2%	142,3%
Paraíba	9,9%	3,4%	9,5%	3,3%	9,0%	2,8%	8,5%	2,6%	67,5%
Pernambuco	18,6%	6,5%	18,9%	6,5%	18,4%	5,8%	18,4%	5,5%	92,0%
Piauí	5,7%	2,0%	5,8%	2,0%	5,6%	1,8%	6,0%	1,8%	105,5%
Rio Grande do Norte	5,3%	1,9%	5,4%	1,9%	5,1%	1,6%	5,5%	1,7%	101,8%
Sergipe	3,8%	1,3%	3,6%	1,2%	3,4%	1,1%	3,2%	1,0%	66,1%
Nordeste	-	35,0%	-	34,6%	-	31,5%	-	30,2%	94,8%
Brasil	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	125,9%

Fonte: IBGE- Censo demográfico (vários anos).

Mesmo em ritmo bastante lento, algumas cidades destacavam-se por maior aceleração da urbanização, como mostrado na **tabela 2.20**. Nesta, chama atenção o crescimento de Arapiraca, muito acima da média alagoana, cujas razões já foram tratadas. A expansão de Atalaia, a seu turno, representa um caso particular, porquanto se deveu à industrialização do setor sucroalcooleiro, que, apesar de seus efeitos socioeconômicos perversos, suscitou, ao menos para essa cidade, crescimento urbano mediante a instalação de três das maiores usinas do estado (Brasileiro, Ouricuri e Uruba). Esse processo requereu infraestrutura de transportes para o escoamento da produção, em contato direto com a capital, e um corpo de

funcionários, técnicos e prestadores de serviços agrícolas concentrados nesse município. Nessas condições, dinamizaram-se as atividades e serviços urbanos locais.

Tabela 2.20- Alagoas: Cidades de maior crescimento urbano (1940-1970).

Cidades	Taxa de crescimento (a.a)
Arapiraca	8,9%
Atalaia	4,6%
Palmeira dos Índios	4,5%
Maceió	3,9%
Estado	2,7%

Fonte: Ipeadata (2010).

Na **tabela 2.21**, sobressaem a progressiva concentração populacional em Maceió e o crescimento demográfico de arapiraquense, que, entre 1940 até 1970, saiu da 14^a posição de maior cidade alagoana para a 2^a maior. A crescente concentração populacional em Maceió não refletia intensa atividade econômica ou nível de industrialização suficiente para absorver a massa imigrante, mas, sim, a própria crise do setor têxtil acompanhada do crescimento extensivo das usinas, o que, conforme analisamos anteriormente, desdobravam-se em consequências daninhas (e.g. concentração de terras, da renda, êxodo rural etc.). Os migrantes despossados de suas terras e de seus empregos procuravam a capital como meio de obter emprego, renda e habitação, essencialmente, de sobrevivência

Tabela 2.21-Alagoas: Evolução da distribuição populacional e o número absoluto da população.

Cidades	1940	1950	1960	1970
Maceió	10%	11%	13%	17%
Arapiraca	3%	3%	5%	6%
Palmeira dos Índios	5%	6%	4%	4%
Atalaia	4%	3%	3%	3%
Santana do Ipanema	6%	6%	3%	2%
Demais cidades*	73%	74%	72%	68%
Estado	951.300	1.093.137	1.256.159	1.588.068

Fonte: Ipeadata (2010).

Nota: "*" representa de 28 cidades no total de 33 em 1940; já em 1950 são 32 no total de 70; em 1960 são 64 de 69 e em 1970 representa 89 de 94 cidades,

Na **tabela 2.22**, que marca o primeiro estudo oficial acerca das hierarquias urbanas, o Regic de 1966, nota-se que Maceió exercia central influência estadual, seguida de Arapiraca e Palmeira dos Índios, cidades em que se concentravam comércio, serviços, mercadorias e pessoas.

Tabela 2.22- Alagoas: Regic-Centralidade das cidades alagoanas (1966).

Cidade	Nível de Centralidade*	População**
Maceió	Centro regional A	263.670
Arapiraca	Centro sub-regional A	94.287
Palmeira dos Índios	Centro sub-regional A	61.860
Santana do Ipanema	Centro sub-regional B	34.225
Penedo	Centro sub-regional B	33.142
Pão de Açúcar	Centro local A	16.721
União dos Palmares	Centro local B	51.532
São Miguel dos Campos	Centro local B	29.721
Viçosa	Centro local B	28.734
Delmiro Gouveia	Centro local B	14.680
Maribondo	Centro local B	13.961
Batalha	Centro local B	9.015
Olho d'Água das Flores	Centro local B	4.333

Nota*: O nível de centralidade do município foi obtido através do Regic de 1966;

Nota **: A população dos municípios foi extraída do censo demográfico de 1970;

Fonte: IBGE- Regic (1966) e Censo Demográfico (1970).

A organização socioespacial e centralidade urbana de Alagoas em 1966 revelam algumas características interessantes da estrutura, forma, função e do processo do seu espaço geográfico. No quadro de influência municipal do REGIC, percebe-se que, não obstante ser estado eminentemente produtor de cana-de-açúcar e de maneira ainda mais acentuada nos anos 1960 e 1970, nenhuma cidade, salvo São Miguel dos Campos, tinha atividade econômica predominante atrelada ao setor sucroalcooleiro. O arranjo produtivo desse setor (baseado no trinômio latifúndio-monocultura-baixo salários) não estimulava o mercado interno, o comércio, serviços, nem a propagação e distribuição da renda. As cidades canavieiras não tinham a mesma importância quanto ao poder de influência no estado, não dinamizavam nem promoviam a divisão social do trabalho.

Os municípios cujo crescimento esteve historicamente baseado ou em pequenas e médias propriedades, ou na formação de mercado de trabalho assalariado ou nas atividades comerciais, desenvolveram seus mercados internos. Exemplos disso foram as cidades produtoras de fumo, algodão, as de função mercantil e administrativa ou as cidades de “caminho das boiadas”. Maior mercado interno significava mais atividades comerciais, maior disponibilidade de serviços e assim maior poder de centralidade na hierarquia urbana no estado. Como a função de Alagoas, conforme sua posição na divisão territorial do trabalho (DTT), era exportar matéria-prima (cana-de-açúcar) e fornecer mão de obra a outras regiões, as cidades que conseguissem fugir a essa regra adquiriam notoriedade na rede urbana alagoana e centralidade nos povoados e municípios vizinhos, dado, principalmente, o atrofamento produtivo e o parco desenvolvimento da divisão social alagoana. A REGIC de 1966 corrobora essa sistemática. Internamente, os municípios que conseguiram fugir à regra canavieira, com mínimo desenvolvimento da divisão social do trabalho, desempenhavam papel que as cidades exportadoras de cana-de-açúcar e de trabalhadores não poderiam realizar.

2.4.3- O movimento “para dentro” e “para fora” da migração dos alagoanos (1940-1970).

A migração “para fora” refere-se aos emigrantes interestaduais alagoanos. A migração “para dentro”, a seu turno, refere-se aos migrantes intraestaduais, entre as cidades alagoanas, principalmente o fluxo do campo para a cidade. Ao levantarem-se os dados do saldo migratório alagoano e de seus destinos durante o período, identifica-se o dinamismo – ou o marasmo – do desenvolvimento das forças capitalistas de produção e das relações sociais do estado.

No período em tela, observa-se piora do saldo migratório negativo. Segundo dados apresentados na **tabela 2.23**, essa perda populacional para outros estados e regiões em 1940 foi de 78.123 pessoas. Como mostrado na **tabela 2.25**, os dois principais destinos foram o próprio Nordeste e o Sudeste. Portanto, em 1940 – primeiro ano de divulgação de dados oficiais acerca da migração intranacional –, Alagoas era emissor de gente e fornecedor de mão de obra de outras cidades e regiões, uma de suas funções na divisão territorial do trabalho.

Tabela 2.23- Alagoas: Saldo migratório alagoano em 1940.

Movimento migratório	Nº de pessoas
Entrada (a)	60.146
Saída (b)	138.269
Saldo migratório (a-b)	-78.123
Razão (b/a)	2,3

Fonte: IBGE-Censo demográfico (1940).

Esse quadro de expulsão de mão de obra local intensificar-se-ia em 1970, como pode-se observar na **tabela 2.24**. Nesse ano, houve saldo migratório ainda mais negativo, de -100.142 pessoas, maior do que o saldo absoluto de 1940 e do que a razão entre imigrantes e emigrantes de Alagoas. Em 1940, para cada imigrante havia 2,3 emigrantes. Em 1970, por sua vez, essa proporção foi 2,9 emigrantes para cada imigrante.

Tabela 2.24- Alagoas: Saldo migratório alagoano em 1970.

Movimento migratório	Nº de pessoas
Entrada (a)	62.841
Saída (b)	183.332
Saldo migratório (a-b)	-120.491
Razão (b/a)	2,9

Fonte: IBGE-Censo demográfico (1970).

A piora do saldo migratório negativo em 1970 refletia o parco desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com acentuada especialização na produção de açúcar e álcool, concentração de renda e terra, crescimento do êxodo rural, atrofiamento da divisão social do trabalho, pobreza generalizada e poucas alternativas de produção e emprego para trabalhadores e empresários locais.

Na **tabela 2.25**, constata-se, também, mudança do destino dos migrantes alagoanos entre 1940 e 1970, do Nordeste para o Sudeste, respectivamente. Esse redirecionamento deveu-se às alterações no cenário econômico nacional, tratadas no início deste capítulo, e às melhorias no sistema de comunicação e transporte. O Sudeste, principalmente São Paulo, tornou-se mais atraente pela expansão de sua indústria pesada com projetos de larga envergadura, pelos altos investimentos e pelo aquecimento do setor de construção civil com a incorporação de mão de obra barata. Nota-se, ademais, a diminuição relativa da migração do NE como um todo, mormente em relação a Pernambuco, devido à maior pujança econômica das outras regiões. A forte emigração para o Paraná também chama atenção, muito por conta da expansão de sua fronteira agrícola, o que atraía a abundante e barata mão de obra alagoana. A migração para esse estado foi responsável basicamente por todo o acréscimo na participação da região Sul do país na migração dos alagoanos.

Tabela 2.25- Alagoas: Destino da emigração dos alagoanos (1940-1970).

1940		1970	
Regiões			
Norte	1,1%	Norte	0,3%
Nordeste	61,8%	Nordeste	27,5%
Sudeste	35,7%	Sudeste	50,2%
Sul	0,8%	Centro-Oeste	8,1%
Centro-Oeste	0,6%	Sul	13,9%
As cinco maiores Cidades que receberam emigrantes Alagoanos			
Pernambuco	31,5%	São Paulo	36,3%
São Paulo	17,1%	Paraná	13,7%
Rio de Janeiro	13,9%	Pernambuco	13,7%
Sergipe	9,9%	Sergipe	6,5%
Ceará	9,5%	Rio de Janeiro	6,4%

Fonte: IBGE- Censo demográficos (1940 e 1970).

Os dados referentes à migração alagoana intermunicipal durante os anos 1960, capturados pelo censo de 1970, fornecem mais evidências acerca dos motivos da migração para a Capital alagoana. Esses fluxos migratórios têm dois fatores essenciais: a expulsão pelo avanço extensivo da cana-de-açúcar sobre os tabuleiros costeiros nos anos 1960; e a atração pelo início da construção da SALGEMA em Maceió, mais próxima ao recenseamento de 1970, e pela decorrente ampliação do emprego e dos serviços urbanos.

Sobressai, ainda, que a maior parte dos imigrantes alagoanos em Maceió tinham origem urbana, conforme pode-se atestar na **tabela 2.26**, ainda que essas cidades ou vilas fossem pequenos aglomerados. Com base nesses dados, deve-se relativizar a proposição do êxodo rural como único fator de migração alagoana e adicionar a instalação da SALGEMA no final da década de 1960, como indutor de crescimento urbano e atração de imigrantes.

Tabela 2.26- Situação da residência anterior dos imigrantes em Maceió (1970).

Situação da residência anterior	Cidade		Povoado rural		Total	
		(%)		(%)		(%)
Nº absoluto	42.316	74%	15.111	26%	57.427	100%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1970).

Na tabela **2.27**, verifica-se ainda, que a maioria dos imigrantes alagoanos mudaram para Maceió menos de um ano antes do referido censo, próximo ao período de entrada em operação da SALGEMA em Maceió.

Tabela 2.27-Alagoas: Tempo (em anos) em que os imigrantes alagoanos migraram para Maceió (1970).

Tempo de residência	Número absoluto	(%)
Menos de 1 ano	6.901	23%
1 ano	2.942	10%
2 anos	3.717	12%
3 anos	3.209	11%
4 anos	2.018	7%
5 anos	2.137	7%
De 6 a 10 anos	9.059	30%
Imigrantes alagoanos que moram em Maceió*	29.983	100%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1970);

Nota*: Exclusive a migração de 11 anos a mais.

Baseando-se na **tabela 2.28**, depreende-se que a ocupação da ampla maioria dos imigrantes em Maceió estava relacionada com trabalhos de baixa remuneração, como empregadas domésticas, porteiros, vigias e serventes, auxiliares de escritório e de administração em geral, entre outros.

Tabela 2.28- 10 maiores ocupações dos imigrantes alagoanos em Maceió (1970).

Ocupação principal	Nº de trabalhadores	(%)
Empregadores domésticos	3.804	16%
Porteiros, vigias e serventes.	1.557	7%
Auxiliares de escritório e de administração em geral	1.268	5%
Comerciantes	1.152	5%
Pedreiros	1.104	5%
Motoristas	961	4%
Balconistas e entregadores	938	4%
Vendedores ambulantes	762	3%
Professores primários	725	3%
Lavadeiras e engomadeiras	706	3%
Demais imigrantes	10.609	45%
Total	23.586	100%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1970).

O afluxo emigratório em busca de empregos de baixa remuneração manifestava nada mais do que a baixa divisão social do trabalho alagoano e o pouco nível de desenvolvimento das forças produtivas locais, a pobreza local, visto a predominância do setor agroindustrial sucroalcooleiro que promovia o êxodo rural, a não monetarização da economia, concentração da renda e da terra, pouco estímulo às forças produtivas e, assim, baixa grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho. Era a condição da “busca pela sobrevivência” do migrante alagoano. Essa situação perduraria no período seguinte, quando Maceió ampliou sua centralidade na rede urbana estadual e passou a concentrar, ainda mais, a população residente em Alagoas, conforme destacado no capítulo terceiro.

CAPÍTULO 03- A SALGEMA, O PROÁLCOOL E A CONCENTRAÇÃO DA REDE URBANA ALAGOANA (1967-1988).

Este capítulo analisa as mudanças na organização socioespacial e na economia alagoana no período de 1967 a 1988. Esse intervalo foi caracterizado pelo agravamento da concentração da rede urbana estadual e pela maior centralidade da capital, em meio ao aumento da produção canavieira e dos investimentos industriais alocados no setor químico e, também, mas em menor intensidade, à ampliação da influência de Arapiraca.

As transmutações na organização socioespacial alagoana e a concentração da rede urbana estadual refletiam as alterações nas principais atividades econômicas do estado. No campo, verificaram-se o avanço extensivo em terra da cana-de-açúcar e os investimentos do Proálcool, propulsores da demanda desse setor. Ainda no âmbito agrícola, constataram-se a quase extinção da cotonicultura, no final dos anos 1980 e início dos 1990, o crescimento do fumo arapiraquense, e o aumento territorialmente concentrado da produção pecuarista pelos investimentos na bacia leiteira. Na esfera industrial, ocorreu a instalação do Polo Cloroquímico Alagoano em Maceió e Marechal Deodoro. Tais mudanças expressaram-se no espaço pela concentração das pessoas, serviços e mercadorias, notadamente em Maceió e Arapiraca. Na capital, a população ali se concentrava devido basicamente à luta por sobrevivência – o êxodo rural dos expulsos pelo avanço da cana e, em menor grau, da pecuária – e à instalação da SALGEMA. Em Arapiraca, a seu turno, o fumo comandava o crescimento econômico e demográfico da cidade, o que estimulava comércio, serviços e equipamentos urbanos, melhorias na infraestrutura e a instalação de empresas internacionais e nacionais na cidade.

As mutações nos principais setores econômicos de Alagoas deveram-se às alterações no âmbito político-econômico nacional e internacional, cujos impactos ocorrem com algum atraso em razão de sua inserção subordinada na divisão regional do trabalho. Nesse contexto, novamente, ao tratar de Alagoas, é

necessário recorrer às escalas nacionais e internacionais para compreender as modificações no nível estadual.

Embora a periodização adotada (1967-1988) retrate a especificidade alagoana, a dissertação não a analisa isoladamente. Ao contrário, buscou-se compreender sua particularidade baseando-se no movimento mais geral das economias nacional e internacional. Este estudo encerra-se em 1988, ao final de uma década caracterizada pela estagnação da economia brasileira, queda dos investimentos públicos, maturação de projetos originados no II PND e pelos processos de abertura comercial, desregulamentação setorial e reestruturação produtiva, mas especificamente ano do “acordo dos usineiros”, entre cujas implicações esteve a ultra-especialização produtiva na cana-de-açúcar, como afirma Carvalho (2008). Esse processo resultou em concentração e centralização nesse setor, com menos mas maiores usinas. Nessa conjuntura, houve alastramento da pauperização sobre o estado, intensificação do êxodo rural, menor grau de desenvolvimento das forças capitalistas de produção e da divisão social do trabalho e agravamento ainda maior da concentração da rede urbana alagoana, mais agrupada em Maceió. Nesse contexto, a economia e a organização socioespacial alagoana reforçaram a especialização na indústria sucroalcooleira, com concentração cada vez maior da rede urbana em Maceió, agravando o processo iniciado em 1933. Contudo, desta vez, havia novos (velhos) condicionantes à dinâmica produtiva e espacial, o que necessita de análises mais aprofundadas, mas que extrapolariam o escopo deste trabalho, tarefa legada aos futuros estudos sobre Alagoas.

3.1- A transição do padrão de acumulação nacional desenvolvimentista para o neoliberalismo.

O padrão de acumulação baseado na articulação mercantil, característica predominante do período 1930-1956, modificou-se entre 1956-1970 a partir do Plano de Metas⁴³ (1956-1960), quando se ampliou o parque industrial a capacidade produtiva nacional. Essas mudanças ensejaram importante salto tecnológico e a interligação dos investimentos produtivos até então realizados. As novas características da indústria provinham da “industrialização pesada”⁴⁴ e da decorrente concentração industrial em São Paulo (MELLO, 2006).

Contudo, alguns acontecimentos despertaram a “questão regional” e incentivaram a diversificação dos investimentos públicos para além de São Paulo, no intuito inicial de reduzir os desequilíbrios regionais do Brasil (GUIMARÃES NETO, 1989); (CANO, 2007). Entre esses eventos, devem-se citar a concentração de investimentos do Programa de Metas em São Paulo, os elevados gastos com a construção de Brasília, a forte seca de 1958, a divulgação das Contas Nacionais (1951) e Regionais (1952), o aumento da insatisfação popular, a expansão das Ligas Camponesas e o avanço da revolução cubana (1959),

Nesse contexto, iniciou-se a política de desconcentração produtiva nacional, a princípio, comandada pela SUDENE e, posteriormente, pela SUDAM, bem como pelas ações federais do II PND⁴⁵, do PIN e do Polo Amazônico. Essas iniciativas induziam investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos, e na expansão da fronteira agrícola, principalmente no Norte e Nordeste. Nesse sentido, investimentos públicos e inversões de capital paulista impulsionaram a desconcentração industrial desse período. Este processo, por meio dos elos

⁴³ O Plano de Metas foi importante programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais que daria continuidade ao processo de substituição de importações. O plano contou com o apoio de setores da sociedade, incluindo os militares, os empresários e sindicatos trabalhistas.

⁴⁴ Para Mello (2006), *industrialização pesada* é quando o Brasil entra na segunda fase da revolução industrial, isto é, a dinâmica econômica brasileira passa a ser comandada pelos setores mais produtivos e dinâmicos (de consumo durável, intermediários e de capital), que requeriam maior grau de tecnologia empregada, vultuosos investimentos financeiros e mão de obra qualificada.

⁴⁵ Criado em 1975 e finalizada em 1979, O II PND tinha difíceis objetivos, como em superar a crise econômica nacional com o fim do milagre econômico, o subdesenvolvimento e a dependência externa brasileira por meio da alteração da estrutura produtiva com o processo de industrialização movido pela grande empresa estatal (LESSA, 1998).

produtivos, e não apenas comerciais, e a integração dos mercados regionais alteraram as bases de acumulação das regiões periféricas (LESSA, 1998).

Entretanto, o choque da taxa de juros norte-americana, em 1979, levou a uma recessão da economia mundial e ao estrangulamento externo dos países que se haviam endividado em moeda estrangeira para financiar seu projetos de industrialização, como no caso brasileiro. Era o fim da “farra industrializante” (CANO, 2000). Além disso, a forte elevação dos juros fragilizava a balança comercial brasileira, que já operava com grandes déficits acarretados pela crescente importação de bens de produção e pelo aumento do preço do petróleo. Para piorar, houve a “estatização da dívida externa”, em que o governo assumiu a dívida em moeda estrangeira do setor privado⁴⁶. Efeito imediato da explosão da dívida externa foi o corte substancial do financiamento, o que, por sua vez, gerou alta da inflação, queda dos investimentos público e privado, baixo crescimento econômico, crise da balança de pagamentos, corte do crédito interno e crise fiscal e financeira do Estado brasileiro (CANO, 2008).

Na medida em que era basicamente financiado por investimentos públicos, o projeto de desconcentração industrial em benefício, mormente, do Norte e Nordeste, postergou-se para a década seguinte, em cenário nacional e internacional adverso.

Resultado dessa conjuntura, inaugurou-se, nos anos 1980, a “década perdida”, a crise e posterior longa estagnação da economia brasileira pós-1979. As medidas adotadas para o país superar essa crise ocorreram via corte dos gastos públicos, encolhimento das reservas internacionais e a tomada de empréstimo junto aos EUA, o que tornava o governo brasileiro refém do governo norte-americano e instituições financeiras, por eles controladas. Na prática, significava a perda de autonomia na formulação da própria política econômica, pois subordinada à cartilha do FMI (SOUZA, 2008). Em suma, o Estado abria mão de seus investimentos produtivos, de sua capacidade de planejamento e de parte de sua soberania nacional para cumprir ajuste ortodoxo – não obstante a exceção do plano Cruzado (1986-1987) (CANO, 2000).

⁴⁶ Ver Davidoff (1995).

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência da República, o primeiro presidente eleito democraticamente desde Jânio Quadros em 1961. A gestão Collor, cujos planos econômicos Collor I e II fracassou no controle inflacionário, inaugurou a era do neoliberalismo na economia brasileira. Isso significou a adesão do Brasil ao Consenso de Washington, entre cujas medidas estavam abertura econômica comercial e financeira dos países; privatização das empresas estatais; desregulamentação setorial; flexibilização das relações de trabalho; e redução do déficit fiscal; portanto, medidas de reforma do Estado nacional, ou melhor, de submissão desse Estado aos interesses privados transnacionais (CANO, 2000).

O discurso oficial do Consenso propalava a eficiência, a produtividade e a competitividade através da abertura do mercado interno como meios de os países periféricos atingirem a “modernidade”. O objetivo real, contudo, consistia em submeter os países ao padrão de acumulação neoliberal, à ideologia do “Estado Mínimo”, o que enfraquecia o Estado nacional, agravava a vulnerabilidade externa e abria mercado nacional para as empresas transnacionais. No caso brasileiro, isso significava que as empresas transnacionais estavam explorando o país através do envio de mercadorias e capitais excedentes e se suprindo de insumos baratos, pela exploração das matérias-primas e da força de trabalho brasileira (TAVARES, 1998).

Assim, a passagem da década de 1980 para 1990 ficou marcada como período de crise fiscal e financeira nacional e de piora da vulnerabilidade externa, com impacto sob a ação, coordenação e planejamento do Estado, que praticamente cedeu soberania nacional e empresas estatais para conferir às empresas transnacionais privadas poder de definir quando, onde e quanto investir. Esse processo traduziu-se na alteração do padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista para o neoliberalismo, arraigado em mecanismos que prometiam trazer a eficiência para a economia brasileira mediante o combate ao “ineficiente” setor público. Essa transição significou diminuição do papel do Estado, privatização, desnacionalização e abertura comercial (CANO, 2000).

Para as regiões e estados, a ascensão neoliberal manifestou-se via medidas de desregulamentação setorial, paralisação dos investimentos públicos produtivos e

acirramento da competição entre os estados, municípios e regiões do país por novos investimentos privados através dos subsídios fiscais (*guerra fiscal*). Esses benefícios fiscais muitas vezes ultrapassavam os próprios ganhos obtidos pelos investimentos privados (CANO, 2000).

Nesse contexto, Alagoas sofreu a paralisação dos investimentos públicos setorializados nas duas maiores atividades econômicas do estado durante as décadas de 1970 e 1980: os setores químico e agroindustrial sucroalcooleiro. O arrefecimento dos investimentos no PCA, devido à deterioração da SUDENE e à extinção do II PND prejudicou a indústria química. Entretanto, embora a extinção do Proálcool e do IAA tenham piorado o cenário para a agroindústria sucroalcooleira, esse segmento saiu fortalecido da crise fiscal e financeira brasileira. Esse feito ocorreu mediante basicamente os esforços dos usineiros para capturar subsídios e incentivos estaduais, que não só sustentaram e modernizaram o setor, como também estimularam a concentração e a centralização⁴⁷ do capital sucroalcooleiro após 1988 (LIRA, 1988).

O reforço à produção e exportação de açúcar e álcool, baseado no aumento da produtividade⁴⁸ e da mecanização, em meio ao período de crise econômica nacional, inseria-se na manutenção da arcaica simbiose usina-governo. A captura das finanças estaduais por parte de alguns empresários do setor sucroalcooleiro foi selada com o “Acordo dos Usineiros” (1988), formalmente denominado “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”. Seu objetivo era garantir a reprodução do capital sucroalcooleiro por meio de um contínuo fluxo de recursos para os usineiros, sancionado pelo então governador Fernando Collor (1987-1989).

⁴⁷ A apropriação dos recursos públicos e o processo de modernização não foram homogêneos no setor agroindustrial sucroalcooleiro alagoano. O aumento da produtividade foi acompanhado de uma redução do número total de produtores e de empregados, indicando maior concentração produtiva do setor e ampliação das unidades industriais existentes. A diminuição do número de indústrias não implicou numa retração da produção de cana e de açúcar, mas, sim, na transferência dessa produção e das terras para unidades maiores. Houve redução da ordem de 33% no total de unidades de produção durante os anos 1990 e 2000 (Carvalho, 2014).

⁴⁸ Entre 1990 e 2000, o rendimento da produção alagoana, em toneladas por hectare, variou 32,48%, ao passo que o pernambucano, apenas 2,00%. O estado de Pernambuco, até então maior produtor do Nordeste, teve variação negativa de 26,4% na cana produzida, - 10,9% de área plantada e -19,0% de área colhida. Em Alagoas, essas oscilações foram de 12,9% na produção, -8,9% de área plantada, -8,5% de área colhida, o que indica o aumento de produtividade (SINDIAÇÚCAR, 2013).

Esse acordo originou-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei Estadual Nº4.418/82, que autorizava a cobrança de ICMS sobre a cana própria das usinas. Apesar de essa decisão extinguir a cobrança do encargo, não determinou a devolução do ICMS recolhido até então. Contudo, aproveitando-se da decisão, algumas usinas entraram com pedido de devolução do ICMS recolhido nos últimos cinco anos, logo negado pelo STF. Apesar dessa decisão da Corte Máxima, o governador Fernando Collor já entrara em acordo com os usineiros para ressarcir-los, antes mesmo de qualquer decisão judicial. Essas transações envolveram cerca de US\$ 120 milhões, desviados dos cofres públicos para o setor sucroalcooleiro. Na medida em que o ICMS representava mais de 90% da arrecadação tributária do estado e desse imposto 62,02% provinha do setor canavieiro, seu maior contribuinte, o acordo afetou profundamente as finanças públicas estaduais. Ademais, pelo acordo, os usineiros não apenas ficariam isentos de pagá-lo, como também seriam restituídos, o que minava ainda mais as formas de financiamento do Estado e engessava quaisquer políticas de investimento pública. Desse modo, o acordo dos usineiros transformou-se em elemento central da crise social, econômica e política de Alagoas nos anos 90 (LIMA, 2006); (LIRA, 1997).

Em suma, a celebração do acordo e a mudança no padrão de reprodução do capital nacional representaram mais um episódio da histórica aliança entre as esferas de poder do Alagoas. Seus vencedores, os usineiros, acudiram-se nos cofres públicos, nos financiamentos a juros baixos, nos perdões de dívidas, nos subsídios da produção, entre outros mecanismos de espoliação, para se reestruturar produtivamente e enfrentar a abertura comercial. O Estado, a outra parte do acordo, ficou paralisado pela restrição industrial e agrícola, “camisa-de-força” autoimposta, perdendo terras, renda e arrecadação .

Assim, o “acordo dos usineiros” ensejou a continuidade e o aprofundamento da especialização produtiva alagoana no açúcar e álcool, com reflexo espacial no prosseguimento da concentração da rede urbana em Maceió. Contudo, as amplas consequências sociais, econômicas, políticas e espaciais desse acordo extrapolam a periodização adotada pela dissertação, vistas as complexas e inúmeras implicações em vários campos de pesquisa, o que abre espaço e questões para estudos vindouros.

De qualquer modo, resta a necessidade em entender qual foi a importância dos investimentos setorializados, como os da SUDENE, do II PND, do IAA e do Proálcool, para a estrutura produtiva e organização socioespacial alagoana durante o período de vigência dos programas. Para isso, empenha-se em mostrar nos próximos tópicos essas mudanças estruturais e seus reflexos espaciais.

A maior parte dos programas e investimentos concentrou-se basicamente em dois setores (canavieiro e químico) e foram de grande importância para o estado naquele período, ainda que isso tivesse significado reforçar o setor tradicional agroindustrial sucroalcooleiro ou formar um enclave econômico, como foi o setor químico. Além desses, a pecuária teve significativo crescimento e também recebeu certo aporte de investimentos na parte industrial, hídrica, rodoviária e energética, mantendo sua importância territorial e econômica, em especial para a parte mais pobre do estado.

3.2- A SUDENE, o Proálcool e a Estrutura Produtiva alagoana (1967-1990).

3.2.1- Incentivos e investimentos da SUDENE em Alagoas: O papel da SALGEMA.

No plano nacional, entre 1967 e 1980, a política econômica teve, fundamentalmente, os objetivos de integrar as regiões brasileiras, complementar o parque produtivo nacional, promover o crescimento econômico e ampliar e diversificar a pauta exportadora. Esse conjunto de iniciativas contou com forte ação, coordenação e planejamento por parte do Estado e suas estatais, por meio de uma série de investimentos em infraestrutura de transportes, energia, telecomunicações e em setores industriais “pesados” (químico, petroquímico, mineral-metalúrgico, naval, siderurgia, entre outros) (CANO, 2008).

No Nordeste, esses investimentos materializaram-se via SUDENE, que, apesar de não contemplar seus objetivos iniciais, foi importante agente de crescimento econômico para a região, como visto ao longo do segundo capítulo, e pelo II PND, de ação mais setorializada, mas também de grande importância

econômica. Importa agora verificar o que representou esse período de crescimento econômico nordestino e brasileiro para Alagoas e sua estrutura produtiva.

A princípio, deve-se examinar a orientação dos investimentos da SUDENE no estado, quais setores produtivos receberam a maior parte desse investimentos em Alagoas e qual a sua dimensão para a autarquia, em termos de distribuição dos projetos aprovados e dos valores destinados a ele.

Entre 1960 e 1977, aprovaram-se 73 projetos para o estado, a quarta menor participação no total da SUDENE, à frente apenas do Maranhão (33), Piauí (36) e Sergipe (63), como evidenciado na **tabela 3.1**. Desses investimentos, 43 foram para o setor industrial com 22 das empresas beneficiadas localizadas em Maceió (ANDRADE, 1981). Os dados confirmam o que muitos estudiosos já apontaram: na região, as três maiores economias estaduais (BA, PE e CE) concentraram a maior parte dos investimentos. Ainda que tenha sido importante para a desconcentração inter-regional, a Sudene a reforçava intra-regionalmente.

Tabela 3.1- NORDESTE*: Projetos Aprovados por Estado (1960-1977).

Ano	MA	PI	CE	RN	PE	AL	SE	BA	MG
1960	0	0	3	0	8	2	0	6	0
1961	1	1	0	0	10	1	0	5	0
1962	2	1	8	2	17	2	3	15	0
1963	1	3	13	6	25	4	5	13	0
1964	1	2	18	3	29	5	2	16	1
1965	2	4	13	4	38	6	2	19	0
1966	3	3	17	5	53	8	5	34	3
1967	3	5	47	9	99	11	3	45	6
1968	3	2	35	12	83	9	5	49	7
1969	1	4	34	20	78	3	4	48	11
1970	4	1	33	14	77	5	8	47	5
1971	2	3	30	10	53	2	4	35	11
1972	1	0	20	11	40	3	4	28	5
1973	3	3	14	9	25	1	4	23	11
1974	2	1	16	10	26	2	6	31	6
1975	1	0	11	6	14	1	4	17	4
1976	3	3	14	6	25	5	3	24	9
1977	0	0	7	7	16	3	1	15	11
Total	33	36	333	134	716	73	63	470	90

Fonte: Andrade (1981);

Nota*: O Nordeste da área de atuação da SUDENE incluía parte do estado de Minas Gerais.

O ano com o maior número de projetos aprovados foi 1967, com 11 aprovações, muitos deles articulados à implantação da SALGEMA (1967). No ano subsequente (1968), ocorreu a segunda maior quantidade de projetos aprovados, 9 ao total, o que indica justamente essa necessidade de se incentivar e investir em empresas complementares ao incipiente setor químico.

Os dois anos de maior número de projetos aprovados (1967 e 1968) vieram na esteira, como não poderia deixar de ser, da recuperação da crise de 1964-1967 da economia brasileira, e assim no início do “milagre econômico” (1967-1973) e da expansão da liquidez do sistema monetário internacional.

Em termos de valor investido, Alagoas foi, também, o 4º estado que menos recebeu investimentos da SUDENE, conforme apontado na **tabela 3.2**, com 4,3% do total. A Bahia (45,7%), Pernambuco (22,5%) e Ceará (6,5%) concentraram a maior parte dessas inversões, com um total de 74,7%.

Tabela 3.2- Valor dos investimentos da SUDENE por estados (em Cr\$) (1960-1977).

Estados	Investimentos realizados (em Cr\$)	(%)
Maranhão	1.032.146.551,00	1,3%
Piauí	3.546.726.633,00	4,3%
Ceará	5.335.487.019	6,5%
Rio Grande do Norte	4.493.894.424,00	5,5%
Paraíba	3.420.334.759,00	4,2%
Pernambuco	18.519.500.818,00	22,5%
Alagoas	3.571.120.545,00	4,3%
Sergipe	1.036.505.710,00	1,3%
Bahia	37.604.824.706,00	45,7%
Minas Gerais	3.697.207.326,00	4,5%
Total	82.257.748.491,00	100,0%

Fonte: Andrade (1981).

A maior parte dos projetos da SUDENE em Alagoas, como pode-se notar na **tabela 3.3**, direcionou-se para os tradicionais segmentos de alimentos (11), têxteis (7) – embora este estivesse em letargia desde o fim da década de 1950– e para o setor químico (7), expressão da “nova indústria nordestina” no estado.

Tabela 3.3- Número de projetos aprovados por setores industriais selecionados (1960-1977).

Classe de indústria	Número de projetos por Estado										Total
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	
Mineirais-não metálicos	1	1	14	4	15	36	3	4	43	6	127
Metalúrgica	0	2	16	4	15	40	2	1	22	14	116
Mecânica	0	0	7	0	2	19	1	0	13	3	45
Papel e papelão	1	0	5	2	6	14	2	2	7	1	40
Couros e Peles	1	0	5	3	6	9	1	1	3	1	30
Química	9	6	15	4	11	28	7	3	49	4	136
Têxtil	3	2	30	12	21	38	7	11	21	4	149
Produtos Alimentares	4	6	38	15	16	48	11	5	27	11	181
Fumo	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	4
Hotéis de turismo	0	0	2	2	3	8	2	3	14	3	37
Total	19	17	132	46	95	240	37	30	202	47	865

Fonte: Andrade (1981).

Embora a participação do estado nas inversões provenientes da SUDENE tenha sido relativamente tímida, como constatado nas tabelas apresentadas, esses investimentos renderam frutos. Investiu-se nos setores tradicionais, especialmente o canavieiro, e na implementação de importante setor para o estado, o químico, através da instalação da SALGEMA-Indústrias Químicas S.A, criada em 1966 e aprovada pela SUDENE em 1967, segmento este fortalecido após os investimentos do II PND (1975-1979) na constituição do polo cloroquímico alagoano (PCA).

Deve-se considerar a forte concentração na Bahia, na região de Camaçari, em Pernambuco e a menor participação de Alagoas nos desembolsos da Sudene, em média (4,5%) menor do que sua representatividade no PIB do NE (5,4%), exclusive os investimentos para MG, conforme mostrado na **tabela 3.4**

Tabela 3.4- Nordeste: PIB e participação dos estados na SUDENE*.

Estado	%PIB-NE	%I-Sudene
Maranhão	7,3	1,3
Piauí	3,2	4,5
Ceará	13,5	6,8
Rio Grande do Norte	5,8	5,7
Paraíba	8,2	4,4
Pernambuco	24,3	23,6
Alagoas	5,5	4,5
Sergipe	3,6	1,3
Bahia	28,6	47,9
Nordeste	100	5,4

Fonte: Andrade (1981).

Nota*: Exclusive os investimentos para Minas Gerais.

Os investimentos na “nova indústria” nordestina em Alagoas foram poucos e concentrados, conforme nos afirma Moreira (1979, p.285): “o estado de Alagoas, por exemplo, participa com 13,7% sobre a inversão total do ramo de química. Sobre a inversão total do Estado, este ramo, todavia, tem um peso relativo muito maior, da ordem de 58,9%”. Assim:

A distribuição espacial dos investimentos do 34/18 é caracterizada pelas acentuada polarização em Pernambuco e Bahia, especialmente na vizinhança das respectivas capitais, Recife e Salvador. Posteriormente Ceará, pelos investimentos realizados em sua capital, Fortaleza, viria também a concentrar a maior parte dos investimentos na região, mas ainda em caráter secundário. Mesmo em Alagoas, onde a participação é diminuta, os investimentos realizados são basicamente concentrados em apenas um único grande empreendimento, a SALGEMA, que captou 75% dos investimentos em projetos novos (Goodman e Albuquerque, 1974, p. 285).

A instalação da SALGEMA S.A em Alagoas deveu-se à existência de enorme jazida de sal-gema, encontrada em 1943 em Maceió. Matéria prima básica para a obtenção da soda cáustica e do cloro, supriria as demandas da Dow Química e da Cia Petroquímica de Camaçari, ambas na Bahia, e das indústrias de celulose do Sul do país. Além desse investimento, instalou-se o Polo Cloroquímico de Alagoas⁴⁹

⁴⁹ As empresas que se instalaram no PCA contaram com amplos incentivos fiscais e financeiros, concedidos tanto pela esfera federal quanto estadual. Segundo Lustosa (1997), esses incentivos, a nível federal, foram: i) isenção do imposto de renda por um prazo de dez anos, que podia ser prorrogado por mais cinco anos; ii) redução de 50% do imposto sobre importação, caso a SUDENE

(PCA) através dos investimentos e incentivos fiscais e financeiros oriundos do II PND. O PCA era conjunto de empresas químicas de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltado para a integração e complementariedade do setor químico nacional (LUSTOSA, 1997).

O PCA tinha a função de produzir insumos para grandes projetos industriais nas regiões mais desenvolvidas, tanto que, do total produzido, 88% era destinado para outros estados e apenas 12% para o mercado alagoano. Entre os insumos para o setor químico nacional estavam: salmoura, cloro, soda cáustica, eteno, diocloreto, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, hidrogênio, monocloreto de vinila e policloreto de vinil (LUSTOSA, 1997).

A principal empresa desse polo era a própria SALGEMA, de 1ª geração, que produzia cloro. Além dela, o PCA era composto também de outras três indústrias (ALCLOR, CPC e a CINAL), diretamente integradas à produção química, e de uma série de outros empreendimentos que forneciam desde serviços de transporte e vigilância até insumos para o parque produtivo cloroquímico. Dessa forma, estimulavam-se empresas do setor da construção civil, de plástico, alimentos, montagem industrial, das usinas, entre outros setores beneficiados. No total, o PCA possuía 75 fornecedores permanentes de serviços, além de vários outros temporários. Empregavam-se 2.060 funcionários diretos e permanentes. O setor administrativo absorvia 29,9% do pessoal ocupado; o de produção e operação, 42,5%; manutenção, 26,4%; e pesquisa e desenvolvimento, 1,2% (LUSTOSA, 1997). O reduzido número de empregados diretos frustrou a expectativa de que o PCA seria grande gerador de empregos para Alagoas. Ainda assim, dinamizou as fábricas, comércio e serviços na capital, o que incitou imigrantes alagoanos a buscar meios de sobrevivência em Maceió,

Diante disso, Lustosa (1997) afirma que o PCA foi um “enclave” no estado, mero elemento complementar de insumos para outras regiões:

considerasse a empresa de interesse para a região; iii) recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), que podiam ser de até 50% do investimento total; iv) financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A nível estadual esses incentivos foram: i) redução do imposto sobre circulação de mercadorias (I.C.M), caso a produção seja de bens sem simular no Estado. A redução deste imposto era de 50% no primeiro e segundo anos de operação, 40% no terceiro; 30% no quarto e 20% no quinto ano de operação; ii) capital de giro a custo subsidiado.

Cabe salientar que o PCA caracterizava-se pela dependência e complementariedade face às indústrias do Sudeste do país. O primeiro fator está explícito nos mercados de destino dos produtos do Polo e será certamente exacerbado se for levado em conta a fase de implantação, onde a dependência é grande, tanto pelo lado de projetos quanto pelo suprimento de equipamentos[...] O segundo fator-complementariedade- é comprovado pelas indústrias do PCA serem básicas. Assim esses produtos intermediários serão transformados em outras regiões do país[...] houve crescimento econômico a partir de sua existência, entretanto questiona-se se houve desenvolvimento (LUSTOSA, 1997, p. 55).

Não obstante, o PCA chegou a ter importante participação na estrutura produtiva local, quando o setor de bens intermediários cresceu exponencialmente, impulsionado pelo setor químico na primeira metade da década de 80, sem, contudo, promover permanente diversificação industrial.

Seja pelo volume financeiro aportado, seja pela concentração setorial, os investimentos da “nova indústria nordestina” em Alagoas não contribuíram para transformar sua antiga base produtiva, apesar de importantes para organização socioespacial alagoana pela instalação da SALGEMA e pela dinamização de serviços e atividades complementares que atraíram imigrantes alagoanos para a Capital.

Destaque-se que o PCA se interligava à produção da cana-de-açúcar e, assim, promovia a integração da “nova indústria” (química) com a “indústria tradicional” (sucroalcooleira). Em verdade, o setor sucroalcooleiro foi o grande beneficiado no período, dadas as concessões, subsídios e os investimentos do IAA, em parte da SUDENE e do Próalcool, como evidenciado no próximo sub-tópico.

3.2.2- O Próalcool e o protagonismo do setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Nos anos 1970, o estímulo ao aumento da produção canavieira foi tanto, que o açúcar chegou ao primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras (1974). Nessa conjuntura, avançaram-se a territorialidade canavieira e a consolidação da monocultura latifundiária em Alagoas.

Contudo, a euforia das exportações engendrou uma crise de superprodução pelas usinas, que, por sua vez, contaram com a intervenção do Estado para garantir a continuidade da reprodução do capital. Além desse evento, um fato de ordem geopolítica corroborava a ação do Estado no setor sucroalcooleiro. Devido ao “primeiro choque do petróleo⁵⁰”, o preço do barril sofreu valorização exponencial, saltando de US\$ 2,13 em julho de 1973 para US\$ 18,02 em novembro do mesmo ano. Por conseguinte, a balança comercial brasileira desequilibrou-se fortemente, porquanto 80% dos gastos em importação provinham do petróleo. Esse processo acirrava, também, o problema inflacionário no país. Em 1979, aconteceu o segundo choque do petróleo⁵¹, que elevou o preço do barril de US\$ 13,63 em dezembro 1978 para US\$ 27,38 em fevereiro de 1979 (SHIKIDA e BACHA, 1999).

A explosão do dispêndio com as importações de petróleo e a crise de superprodução da agroindústria canavieira estimularam o governo a criar o Proálcool (1975-1979). Pretendia-se atingir dois objetivos de uma só vez: i) aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos mediante a substituição dos derivados do petróleo pelo etanol como principal combustível da frota automobilística⁵²; ii) atender as reivindicações da agroindústria canavieira, que clamava por mais benefícios, estímulos e concessões do governo⁵³, além de regular e readequar a oferta de açúcar pela produção do álcool.

Alagoas, durante o período do programa, beneficiou-se de 7% do total de projetos aprovados para o país, atrás apenas de São Paulo (42,5%) e Minas Gerais (10,5%), e recebeu 8,1% do total de recursos destinados pelo programa, novamente atrás de São Paulo (36,0%) e Minas Gerais (10,3%) (SHIKIDA e BACHA, 1999). Os projetos e investimentos provenientes do programa transferiram recursos públicos

50 Em 1973, a OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo) aumentou o preço do barril de petróleo por meio do controle de sua oferta, como represália à ocupação das tropas israelenses de territórios no Egito e na Síria durante a Guerra do Yom Kippur.

51 O segundo choque do petróleo decorreu da paralisação da produção petrolífera iraniana, segundo maior produtor mundial, em 1979, por conta da Revolução Islâmica Iraniana, liderada pelo aiatolá Khomeini, que depôs o governo pró-ocidente do xá Reza Pahlevide.

52 Devido às grandes intervenções estatais, a proporção de vendas de carros movidos a álcool foi de 28,5% em 1980 para 96% em 1995 (SHIKIDA e BACHA, 1999).

53 O Proálcool garantia até 80% do financiamento de investimento em capital fixo das destilarias anexas e autônomas, com juros de 4% ao ano e pagamento em 12 anos com carência de 3 anos. Também financiava a estocagem do álcool nas destilarias, além de dar garantias de compra do produto pela Petrobras. No total, disponibilizaram-se cerca de sete bilhões de dólares em investimentos, entre 1975 e 1990 (SHIKIDA e BACHA, 1999).

de cerca de 700 milhões de dólares para o setor sucroalcooleiro no estado. A produção de álcool, até então inexpressiva, tornou-se a segunda maior do país e a primeira da região Nordeste, já em 1978. Ademais, propiciou-se a construção de 20 destilarias anexas e 9 autônomas em período de 8 anos (LIMA, 2006). Com todos esses benefícios, o setor sucroalcooleiro alagoano multiplicou a produção de álcool em 25 vezes, quase duplicou a produção de açúcar e triplicou sua área plantada (CARVALHO, 2009). A evolução da produção de álcool pode ser visualizada na **tabela 3.5**.

Tabela 3.5- Brasil: Produção de álcool 1975/1989 (m³).

Safr	Estado			
	Alagoas	Pernambuco	São Paulo	Rio de Janeiro
1975	27.479	64.524	262.286	55.163
1977	40.264	140.096	1.095.158	95.077
1979	226.055	235.965	2.427.340	139.537
1981	417.748	255.378	2.833.641	153.897
1983	550.391	265.562	5.391.061	203.483
1985	859.053	581.558	7.624.001	280.636
1987	730.387	480.871	7.328.980	234.254
1989	882.628	582.765	7.774.713	240.620

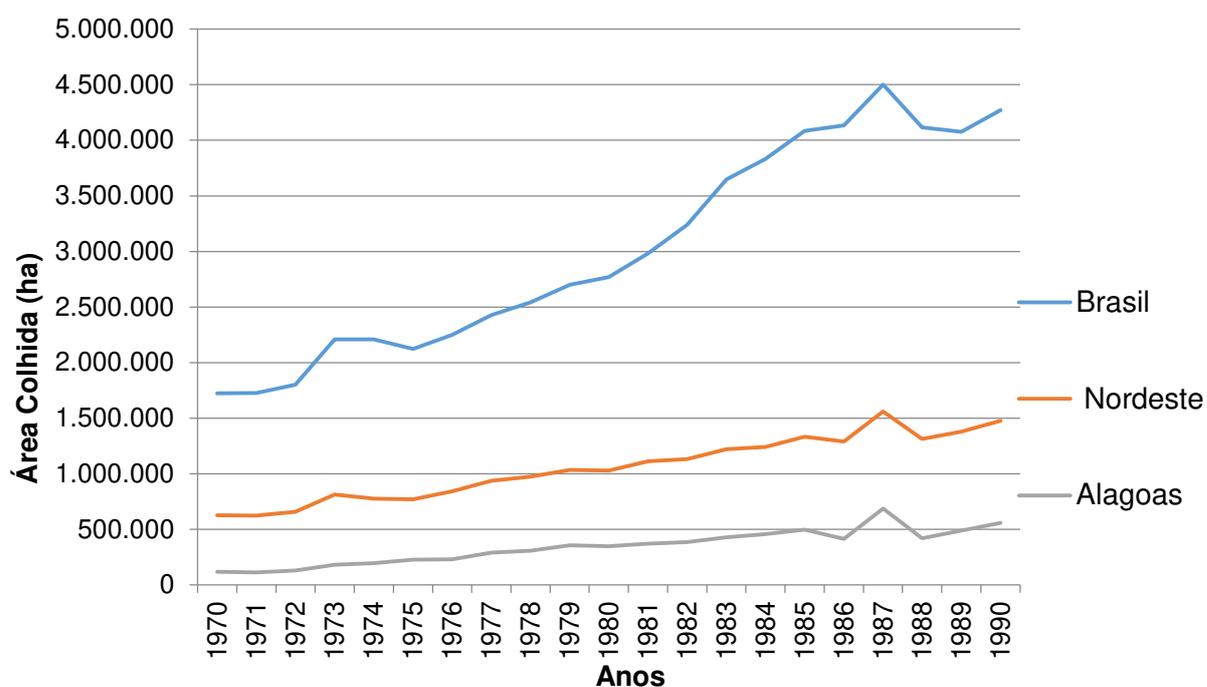
Fonte: Carvalho (2009).

Assim, com amplo e fácil acesso a recursos públicos, foi possível aos usineiros alagoanos promoverem intensa expansão produtiva. A produção de açúcar favoreceu-se com a inauguração do terminal açucareiro no porto de Maceió em 1979, o que facilitou seu escoamento e baixou os custos de produção dos produtores e exportadores alagoanos (ANDRADE, 1981).

A ampliação da área colhida da cana-de-açúcar em Alagoas, Nordeste e Brasil pode ser vista no **gráfico 3.1**. Entre 1970 e 1990, o tamanho da área colhida da cana no país cresceu 4,6% ao ano e no Nordeste, 4,4%. Muito desse movimento relacionou-se com a expansão alagoana de 8,0% ao ano, o maior crescimento do país no período. Alagoas, assim, saiu de uma participação de 7% no total nacional de área colhida em 1970 para 13% em 1990. No nível regional, este aumento foi ainda maior, de 19% em 1970 para 38% de toda a área colhida nordestina, quando

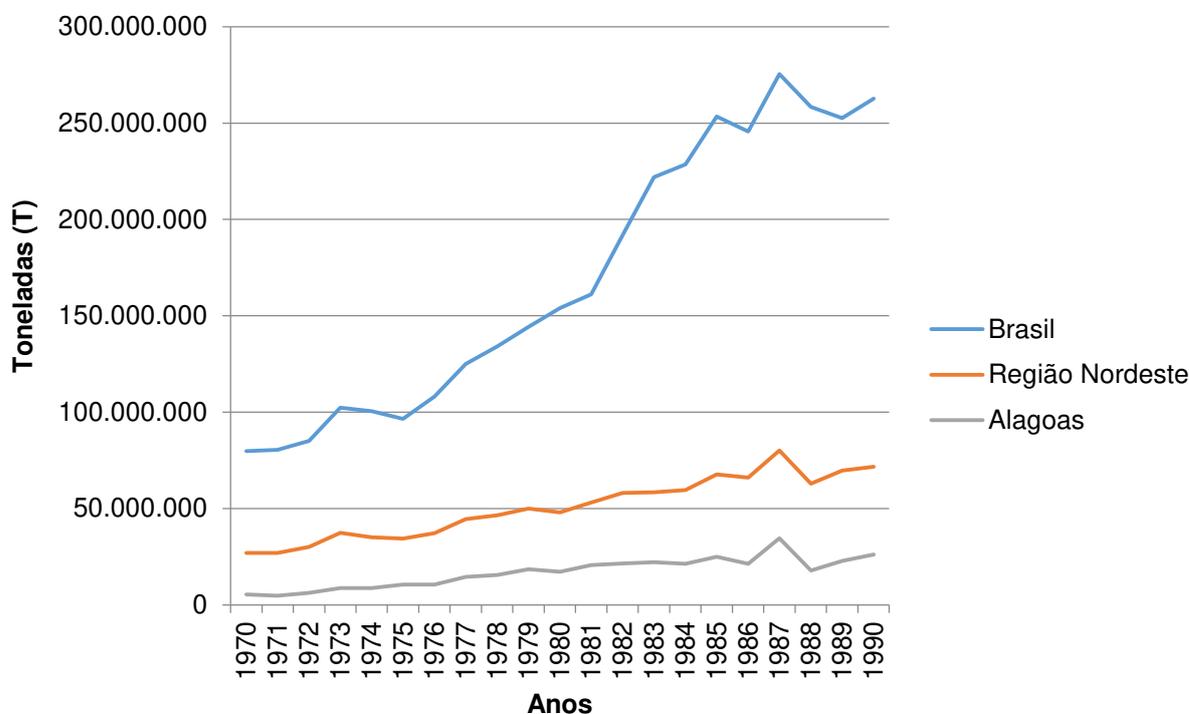
se tornou o segundo maior estado do país em termos de área colhida em 1990, atrás apenas de São Paulo, segundo o censo agropecuário do IBGE.

Gráfico 3.1- Brasil: Área colhida da cana-de-açúcar (1970-1990).



Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

O mesmo fenômeno ocorreu nas escalas nacional, regional e estadual. O Brasil teve crescimento da produção em 6,1%, o Nordeste de 5,0% e Alagoas de 8,3%, graças, em grande parte, ao avanço da incorporação de terras, mas também pelo progresso técnico da atividade sucroalcooleira, dada a mecanização da produção.

Gráfico 3.2: Brasil- Produção da cana-de-açúcar (1970-1990).

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

Ao crescer mais rapidamente que o Brasil e o Nordeste, Alagoas obteve maior participação na produção sucroalcooleira tanto nacional quanto regionalmente, como evidenciado na **tabela 3.6**.

Tabela 3.6- Participação da produção da cana alagoana em relação ao Brasil e ao Nordeste.

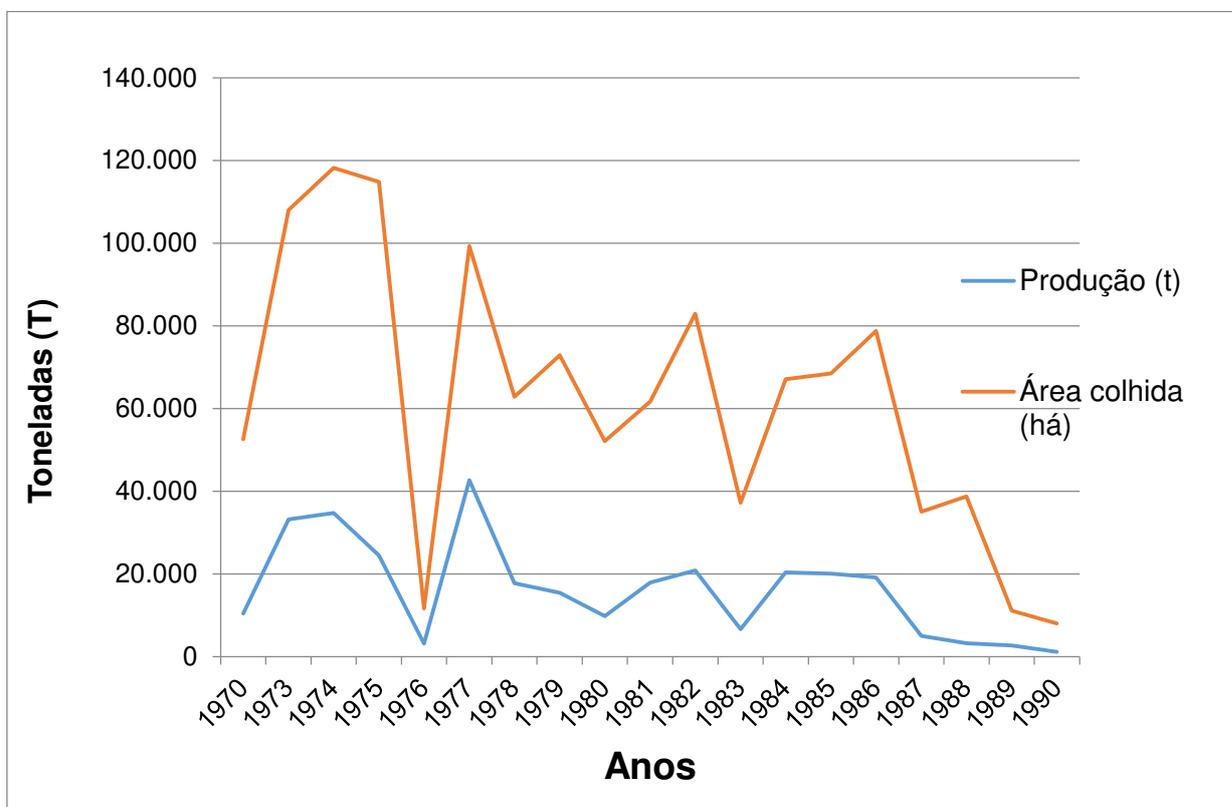
Anos	NE/BR	AL/BR	AL/NE
1970	33,73%	6,70%	19,80%
1980	35,61%	11,11%	31,19%
1990	27,29%	10,00%	36,50%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

De modo geral, percebe-se que, por quase 60 anos, o IAA e o Próalcool favoreceram o capital sucroalcooleiro. Todo esse período de expansão e modernização conservadora da produção do álcool e do açúcar corresponde à manutenção do movimento itinerante da agricultura, que se caracterizava não

somente pela incorporação de mais terras, mas também pela alteração e remoção de outras culturas. Embora se tratasse de agricultura mais moderna, mecanizada, como ainda se baseava no aumento extensivo da produção e na incorporação de novas áreas, continuou a concentrar terra e renda, por exemplo, e a impedir a diversificação industrial e agrícola. Portanto, a modernização tinha nítido caráter conservador, retrogrado e concentrador. Essa anexação de áreas então não exploradas contribuiu para a concentração da renda nas mãos dos usineiros e dos fornecedores de cana e para a destruição de lavouras de subsistência. Consequentemente, promoveu o desemprego e o êxodo rural, o que se refletia na hipertrofia das cidades, especialmente em Maceió, concentrada nos bairros marginalizados (ANDRADE, 1981).

Em meio à ascensão da cana-de-açúcar, o setor têxtil, a seu turno, continuava em profunda letargia, como pode-se observar no **gráfico 3.3**, com grande queda da produção e da área colhida, sendo praticamente extinta já no início dos anos 90.

Gráfico 3.3- Alagoas: Produção e área colhida do algodão (1970-1990).

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

A ínfima participação alagoana na produção algodoeira do Nordeste e do Brasil, como mostrado na **tabela 3.7**, retratava a proximidade de sua extinção no estado, sem importância em termos de área colhida e produção a nível local.

Tabela 3.7- Participação da produção do algodão alagoana em relação ao Brasil e ao Nordeste.

Anos	1970	1975	1980	1985	1990
AL/BR	0,5%	1,4%	0,6%	0,7%	0,1%
AL/NE	2,0%	3,8%	2,6%	3,1%	0,6%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

O fumo, por sua vez, principal cultura agrícola e eixo dinâmico da segunda maior cidade do estado, Arapiraca, continuava em expansão. Nessa conjuntura, com base na dinamização do comércio, serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, houve forte promoção da desenvolvimento da divisão social do trabalho e assim

ampliava-se a centralidade do município sobre o agreste e o sertão alagoano. Nardi (2010) salienta que o crescimento arapiraquense alicerçado no fumo se beneficiou ainda da crise fumageira da Bahia, principal concorrente nordestino em meados da década de 1970:

Por motivos internacionais, o preço do fumo em folha dobrou no espaço de poucos anos, provocando uma rápida e excessiva demanda pelo fumo de corda. Durante um tempo Bahia e Alagoas disputaram sua produção, mais estruturada, para suprir o mercado e forçou a Bahia a desistir da produção desse tipo de fumo. O surto da safra alagoana fez com que, já em 1985, ultrapassasse 30 mil toneladas e terminasse com a produção ainda remanescente em outros estados brasileiros, sobretudo Minas Gerais e São Paulo. No final da década de 80, a Região Fumageira de Arapiraca produzia quase 90% do fumo de corda nacional (NARDI, 2010, p.51).

Como mostrado na **tabela 3.8**, entre 1970 e 1990, a produção do fumo de Alagoas cresceu em média 5,2% ao ano, acima do Brasil (3,1%) e em contraste com a retração do Nordeste (-1,1%). O fumo alagoano era principalmente o fumo em corda.

Tabela 3.8- Taxa de crescimento médio anual da produção do fumo (1970-1990).

Regiões/Estado	Taxa de Crescimento (%)
Brasil	3,1%
Nordeste	-1%
Alagoas	5,2%

Fonte: IBGE/Ipeadata. Elaboração própria.

A **tabela 3.9** traz outros elementos relevantes. Constata-se que, mesmo com o declínio da participação nordestina na produção nacional do fumo, em Alagoas, este setor permaneceu crescendo e obteve maior participação tanto em nível nacional como regional. Em 1990, chegou a produzir 70% de todo o fumo do Nordeste, praticamente em situação de monopólio.

Tabela 3.9- Participação relativa da produção do fumo*.

Participação Relativa	1970	1973	1975	1980	1985	1990
NE/BR	23%	27%	22%	18%	13%	10%
AL/BR	5%	9%	6%	7%	8%	7%
AL/NE	20%	34%	28%	37%	59%	70%

Fonte: IBGE/Ipeadata. Elaboração própria;

Nota*: São contabilizado tanto o fumo em corda como o fumo em folha. Sendo a especialidade do fumo de Alagoas e Arapiraca o fumo em corda.

De qualquer modo, apesar do crescimento do setor químico e do fumo, o setor agroindustrial sucroalcooleiro mantinha seu protagonismo na economia alagoana, sobretudo pelos incentivos oriundos do IAA e do Proálcool.

3.2.3- O crescimento da pecuária.

Em meados da década de 1970, a atividade agropastoril de Alagoas passou a introduzir algumas inovações científicas para melhoria da qualidade e aumento da quantidade bovina. Esses elementos inovadores, segundo Carvalho (2015), foram: a melhora nutricional do gado pela disseminação da palma forrageira mais resistente à seca do agreste e sertão – o que permitia a ampliação do rebanho no semiárido além de elevar a qualidade do gado leiteiro; difusão dos cuidados veterinários; aumento da utilização de diferentes tipos de gramíneas; a construção de barragens nas fazendas mais modernas; e a implementação de cruzamentos genéticos para obter linhagens bovinas mais adaptadas ao semiárido, através da incorporação de novas raças com importação do gado europeu e indiano, tipo “Nelore” e Guzerá”, o que gerou o “crioulo-zebuíno”. O melhoramento genético permitiu tanto a majoração do corte bovino com os descendentes do gado indiano, como o incremento da produção do leite com os descendentes do gado europeu.

Entre 1970 e 1990, a produção bovina para o corte e leiteira de Alagoas cresceu largamente em meio à especialização do rebanho local, principalmente na

área da bacia leiteira.⁵⁴ Em relação ao Brasil e ao Nordeste, verificou-se também forte crescimento dos volumes de carne e leite produzidos, reflexo da industrialização do setor, dos investimentos em infraestrutura e do avanço da urbanização brasileira, o que requeria a produção em grande escala da carne bovina e do leite

Na **tabela 3.10**, mostra-se que a maior parte da pecuária, seja no Brasil, seja no Nordeste, seja em Alagoas, residia na criação de bovinos. No Brasil e em Alagoas, a soma da participação de todos os outros animais não chegava à do rebanho bovino. Ademais, outro movimento comum a todos os níveis – estadual, regional e nacional – foi a expansão da representatividade da criação bovina no setor: no Brasil, saiu de 55,5% em 1970 para 66,9% em 1985; no Nordeste, 40,7% para 47,3%; e em Alagoas de 65,5% para 71,9%. Na região nordestina, chama atenção, também, a maior repartição entre outras espécies em 1985, como os caprinos (16,0%), os ovinos (13,4%) e os suínos (16,6%). Tal distribuição difere daquela no nível nacional, onde havia forte predominância bovina, bem acima da segunda maior criação, a de suínos (15,9% em 1985), bem como da estadual, onde a participação ovina foi a segunda maior (8,1%), muito atrás do percentual bovino.

⁵⁴ Os municípios da bacia leiteira foram até 1990, os mesmos da regionalização da pesquisa do BNB de 1968. Apenas em 1998, adicionaram-se ao grupo as cidades de Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Igaci, Minador do Negrão, Olivença, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e São José da Tapera.

Tabela 3.10- Brasil: Participação relativa dos efetivos animais por espécie.

Região	Anos									
	1970									
	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Total	
Brasil	55,5%	3,4%	1,0%	1,1%	4,0%	12,5%	22,3%	0,2%	100%	
Nordeste	40,7%	3,9%	3,9%	2,0%	14,8%	13,6%	20,9%	0,1%	100%	
Alagoas	65,5%	6,0%	1,6%	3,7%	6,4%	9,7%	6,9%	0,1%	100%	
Região	1975									
	Brasil	60,3%	2,8%	0,7%	0,8%	4,0%	10,4%	20,8%	0,2%	100%
	Nordeste	42,7%	3,2%	2,8%	1,5%	14,6%	12,7%	22,4%	0,1%	100%
Alagoas	65,4%	4,1%	1,0%	1,1%	6,8%	13,1%	8,4%	0,2%	100%	
Região	1980									
	Brasil	64,0%	2,7%	0,6%	0,7%	4,3%	9,7%	17,7%	0,2%	100%
	Nordeste	47,2%	3,0%	2,5%	1,4%	16,0%	13,8%	16,1%	0,1%	100%
Alagoas	73,8%	3,5%	0,8%	1,9%	3,7%	10,0%	6,2%	0,2%	100%	
Região	1985									
	Brasil	66,9%	3,0%	0,6%	0,7%	4,3%	8,4%	15,9%	0,2%	100%
	Nordeste	47,3%	3,1%	2,2%	1,3%	16,0%	13,4%	16,6%	0,2%	100%
Alagoas	71,9%	3,7%	0,7%	2,0%	3,4%	10,1%	8,1%	0,2%	100%	

Fonte: IBGE-Censo agropecuário (2010)

Em meio à concentração na criação bovina em todas as escalas geográficas, a **tabela 3.11** aponta o crescimento absoluto e a taxa de crescimento médio anual desse rebanho, no período de 1970 a 1985. Na tabela, destaca-se que, mesmo com forte crescimento, a expansão bovina alagoana obteve crescimento médio anual (3,0%) um pouco abaixo da taxa brasileira (3,3%) e nordestina (3,3%), inclusive com redução absoluta entre 1980 (829.232 cabeças de gado) e 1985 (755.992). Explicação possível para o crescimento estadual inferior ao nacional e regional reside na obsolescência e baixa produtividade da indústria pecuária alagoana, que, a despeito da bacia leiteira, ainda se encontrava atrasada em relação aos demais concorrentes das outras regiões (VASCONCELOS, 2017).

Tabela 3.11- Brasil: Criação bovina (em cabeças)

Região	Ano				Tx de crescimento (1970-1985) (a.a)
	1970	1975	1980	1985	
Brasil	78.562.250	101.673.753	118.085.872	128.041.757	3,3%
Nordeste	13.805.921	18.041.417	21.506.108	22.391.193	3,3%
Alagoas	483.180	639.596	829.232	755.992	3,0%

Fonte: IBGE-Censo agropecuário (2010)

Não obstante, a pecuária alagoana expandiu-se notavelmente entre 1970 e 1985, com variação absoluta de 56,5%. Na **tabela 3.12**, identifica-se aumento na produção leiteira acima de 100% tanto no Brasil quanto no Nordeste e Alagoas. Na tabela, destaca-se o crescimento da produção do leite em Alagoas, a taxa média anual de 7,2%, a maior entre as escalas analisadas: acima das taxas nordestina (6,1%) e brasileira (4,9%). Do mesmo modo, a maior variação absoluta é da produção leiteira alagoana, com aumento de 183% entre 1970 e 1985, acima das variações nordestina (142,6%) e brasileira (103,8%).

Tabela 3.12 -Brasil: Produção de litros de leite de vaca.

Região	1970	1975	1980	1985	Tx de crescimento (a.a)	Var% (1970-1985)
Brasil	6.303.111	8.513.783	11.596.276	12.846.432	4,9%	103,8%
Nordeste	819.317	1.108.249	1.583.705	1.987.961	6,1%	142,6%
Alagoas	38.876	62.781	87.804	110.022	7,2%	183,0%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2010)

Muito dessa ampliação em Alagoas, como visto no segundo capítulo, deveu-se à especialização do rebanho na produção láctea, espacialmente concentrada na área da bacia leiteira, que promoveu o crescimento do rebanho bovino como um todo no estado. Esse território sozinho, em 1970, representava 50,8% de todo o rebanho bovino leiteiro do estado, 58,2% do leite produzido, 70,9% do leite transformado ou beneficiado, 55,1% da manteiga, 69,5% do queijo, além de produção diária média de 2 litros por vaca, produtividade maior que a do estado (1,6L). O agravamento da concentração produtiva do leite na bacia resultou de importantes, mas ainda defasados, investimentos ligados à Central de Inseminação Artificial de Batalha, entre cujas iniciativas estiveram a implantação de novos laticínios; novas técnicas de produção – como o envasamento do leite pasteurizado através das embalagens descartáveis; o tratamento térmico do leite por ultrapasteurização; o cooperativismo, expansão da área de cobertura da assistência técnica e sanitária; e os investimentos em rodovias (VASCONCELOS, 2017)

Diante do exposto, não obstante processo industrial obsoleto e atrasado em relações aos concorrentes nacionais e regionais, a pecuária alagoana ampliou sua importância como atividade econômica e territorial, agora com maior dinamismo da divisão social do trabalho para àquelas pobres cidades da bacia leiteira alagoana. Contudo, esse processo também se traduziu em maior concentração da terra pelo crescimento das médias e grandes propriedades de rebanho bovino, incentivado pela necessidade de produção em escala.

3.2.4- As mudanças na estrutura produtiva alagoana (1967-1990).

Em 1967, a partir da implantação da SALGEMA, iniciou-se período de expansão da indústria alagoana. Tratou-se de momento ímpar na história econômica do estado, integrado à dinâmica econômica nacional e regional mediante incentivos, investimentos e subsídios de fomento à complementariedade ao parque produtivo nacional. O crescimento industrial alagoano representava uma exceção que não explicava a regra, fruto do específico período de crescimento da indústria nacional como um todo, em conjuntura econômica nacional e internacional favorável, como vimos no tópico 3.1.

Na tabela 3.13, nota-se que de 1960 a 1990 o PIB alagoano cresceu em média 6,7% a.a., pouco acima do crescimento nordestino (6,5%) e brasileiro (5,1%). Esse crescimento excepcional de Alagoas, acima do país e da região, deve ser creditado tanto à expansão do setor agroindustrial sucroalcooleiro – por conta das iniciativas capitaneadas pelo IAA e do crescimento da demanda por álcool via Proálcool –, como aos investimentos da SUDENE e do II PND na “nova indústria nordestina” em Alagoas, especialmente alocados para o PCA. A importância desses segmentos para o crescimento econômico alagoano constata-se nos subperíodos quinquenais, com destaque para o quinquênio 1980-1985, quando houve a maior diferença entre o crescimento alagoano e os nordestino e brasileiro, embora não tenha sido o de maior crescimento relativo, ocorrido no período de 1975 a 1980, também atrelado à SALEGMA e ao Proálcool. Ressalta-se o quinquênio 1980-1985, íterim subsequente à implementação do Proálcool, com grande aumento da demanda por álcool e maturação dos investimentos do II PND acarretando em forte

crescimento estadual, e dos primeiros impactos da crise da dívida sobre a economia nacional, em baixo crescimento.

Tabela 3.13: Taxa de crescimento ao ano do PIB.

Anos	Alagoas	Nordeste	Brasil
1970-1990	6,7%	6,5%	5,1%
1970-1975	8,3%	8,7%	10,0%
1975-1980	8,5%	8,8%	7,3%
1980-1985	6,5%	4,0%	0,8%
1985-1990	3,4%	4,6%	2,3%
1970-1980	8,4%	8,8%	8,7%
1980-1990	5,0%	4,3%	1,6%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor;

Nota: PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2010 (mil).

Na **tabela 3.14**, encontra-se a composição do PIB por setor, a nível nacional, regional e estadual. Apesar de níveis muito maiores de participação da agricultura do que o verificado no Brasil e no Nordeste, Alagoas seguiu a tendência nacional de aumento da representatividade da indústria na formação do PIB. De qualquer modo, sobressai o forte peso da agricultura no estado, que, em 1990, correspondia ainda a 22,8% do PIB estadual, em contraste com apenas 8,0% no Brasil e 12,0% no Nordeste. Não obstante o crescimento verificado, a indústria alagoana tinha peso muito menor para o estado do que para o Nordeste e o Brasil. Importa notar que somente em 1985 a indústria ultrapassou agricultura, fruto da maturação dos investimentos do II PND. No ano de 1990, contudo, o setor industrial perdeu participação em relação a 1985, devido ao esgotamento dos efeitos do II PND e quase extinção da SUDENE.

Tabela 3.14: Alagoas- Evolução da Participação dos setores no PIB % (1970-1990).

Anos	Brasil			Nordeste			Alagoas		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1970	12,5%	30,6%	56,8%	22,4%	18,3%	59,3%	28,5%	16,8%	54,6%
1975	11,8%	35,2%	53,1%	21,0%	23,7%	55,3%	27,0%	20,7%	52,3%
1980	10,2%	41,2%	48,5%	16,7%	32,2%	51,2%	23,6%	22,9%	53,5%
1985	11,2%	43,8%	45,0%	17,0%	38,8%	44,2%	24,2%	30,4%	45,4%
1990	8,0%	40,1%	51,9%	12,0%	33,4%	54,6%	22,8%	24,3%	52,9%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria do autor;

Nota: PIB calculado pelo valor adicionado a preço básicos no anos de 2000.

Esse crescimento industrial não deve ser confundido com a industrialização, pois ocorreu basicamente em função do setor de bens não duráveis, com crescimento momentâneo também do setor de bens intermediários, sobretudo a indústria química. A representatividade do segmento de bens de capital – responsável por internalizar o excedente econômico, desenvolver o mercado interno e promover a complementariedade entre as indústrias – era pífia na economia alagoana. Na **tabela 3.15**, encontra-se panorama geral das evoluções, mudanças e continuidades da estrutura produtiva alagoana, de 1970 a 1985⁵⁵.

⁵⁵ A tabela não avança até o ano de 1990 pela restrição da estatística industrial disponível, sendo 1985 o último ano do censo industrial. Os dados industriais só foram novamente mensurados, em 1996, pela pesquisa industrial anual (PIA).

Tabela 3.15-Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %).

Anos	1970				1980				1985			
	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
Indústria extrativa	0,8	0,6	0,6	1,4	0,3	0,4	0,3	0,7	0,1	0,2	0	0,6
.Extração de minerais	0,8	0,6	0,6	1,4	0,3	0,4	0,3	0,7	0,1	0,2	0	0,6
Indústria de transformação	99,2	99,4	99,4	98,6	99,7	99,6	99,7	99,3	99,9	99,8	100	99,4
<i>Bens de Consumo Não-Duráveis</i>	82	85,6	89,8	86,5	72,6	66,1	59,3	58,5	73,2	65,7	51,1	45,7
.Mobiliário	2,1	0,9	0,7	1,1	1,9	1,5	0,6	1	1,5	1,4	0,5	0,5
.Produtos farmacêuticos e medicinais	0	0	0	0	Xx							
.Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,1	0,1	0,1	0,3	Xx							
.Têxtil	20,5	18,4	12,7	15,7	6,8	6,8	6,6	6,1	3,9	3,2	4,9	5,1
.Vestuário, calçados e artefados de tecido	1,9	1,4	1,9	2,3	2,6	1,9	2,5	2,4	1	0,7	0,5	0,4
.Produtos alimentares	53,1	59,2	71,6	63,1	51,7	49,1	45,3	43,4	57,3	53,6	39,2	33,8
.Bebidas	2,1	2,5	1,8	2,1	0,6	0,7	0,4	0,4	0,9	0,7	0,6	0,7
.Fumo	0	0	0	0	6,8	2,9	2,9	3,5	6,9	3,8	4,7	4,3
.Editorial e gráfica	2,2	3,1	1	1,9	2,2	3,2	1	1,7	1,6	2,2	0,8	0,9
<i>Bens Intermediários</i>	15,9	12,6	9,2	11,4	23,2	28,2	37,6	37,2	23,1	29,7	46	49,9
.Mineral não metálico	9	4,4	2,1	3,5	9,5	7,3	6,8	10,1	6	5,3	0,4	5,2
.Madeira	1,8	1	0,6	0,8	1,9	1,3	0,7	1,1	1,4	1,1	0,3	0,4
.Papel e papelão	0	0	0	0	0,1	0,1	0,1	0,1	xx	xx	xx	Xx
.Borracha	0	0	0	0	0,2	0,2	0,4	0,8	xx	xx	xx	Xx
.Couros e peles e produtos similares	0,2	0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
.Química	1,2	1	4,6	4,5	9,3	17	26,8	22	13,6	20,3	42,1	42
.Produtos de materiais plásticos	0	0	0	0	0,6	0,5	0,4	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2
.Metalurgia	3,7	6,1	1,8	2,6	1,2	1,6	2,1	2,2	1,6	2,6	2,7	2

Continua

<i>Bens de Consumo Duráveis/Capital</i>	1,3	1,2	0,4	0,7	4	5,4	2,8	3,7	3,6	4,5	2,9	3,9
.Mecânica	1	1	0,3	0,5	2,7	4,1	2,1	2,8	3	3,9	2,7	3,5
.Material elétrico e de comunicação	0,1	0	0	0,1	Xx							
.Material de transporte	0	0	0	0	1,1	1,1	0,6	0,9	0,4	0,3	0,2	0,3
.Diversas	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Total	100											

Fonte: IBGE/Censo industriais (1960; 1970; 1975; 1980; 1985). Elaboração do próprio autor;

Nota: Mão-de-Obra (M-D-O); Valor de Transformação Industrial (VTI); Valor de Produção (P); Massa de Salário (S);

Nota²: A referência "xx" indica que não há dados disponíveis.

Na **tabela 3.15**, observa-se que a indústria alagoana era até 1970 muito concentrada na produção de bens não duráveis, em especial produtos alimentares⁵⁶ e em parte têxteis. O segmento de bens não duráveis gerava 89,8% do valor da produção, 86,5% do valor da transformação industrial (VTI), 82% do emprego e 85,6% da massa salarial total do setor industrial. A fabricação de bens intermediários detinha reduzida parcela na composição da indústria alagoana, distribuída entre o setor químico, mineral não metálico e metalúrgico. O segmento de bens de capital, a seu turno, tinha ínfima representatividade.

Até 1985, sobretudo pós-1980, a estrutura produtiva alagoana alterou-se de forma importante, estimulada pela maturação dos investimentos do II PND na SALGEMA. Chama atenção a forte ascensão do segmento de bens intermediários, notadamente do setor químico. No período em tela, os bens intermediários atingiram 49,9% do VTI; 46,% do valor da produção; 29,7% da massa salarial; e 23,1% do total de empregos, em contraste, respectivamente, com 11,4%, 9,2%, 12,6%, e 15,9% em 1970. Tal crescimento perpassou quase exclusivamente pela alteração do setor químico alagoano, que cresceu de 1,9% para 42% do VTI; 1,3% para 42,1% da produção; 0,5% para 20,3% da massa salarial total; e de 0,7% para 13,6% dos empregos industriais no estado. Houve também crescente participação do setor de bens de capital, porém ainda bastante reduzida, atrelada especialmente ao segmento mecânico, em meio à mecanização da produção sucroalcooleira e ao crescimento da indústria química. Nota-se também a brusca queda do setor têxtil.

Na **tabela 3.16**, evidencia-se a mudança na estrutura produtiva alagoana, ao notar-se o crescimento da participação dos bens intermediários, junto com a expansão dos bens duráveis e de capital, não obstante parca participação, em detrimento do setor de bens de consumo não duráveis.

⁵⁶ Até 1985 o álcool fazia parte na classificação do IBGE do setor de alimentos e bebidas.

Tabela 3.16: Alagoas- Distribuição do Valor de Transformação Industrial Alagoano (VTI) por setor (Em %) (1970-1985).

Setor	1970	1980	1985
Bens de Consumo Não Duráveis	86,5	58,5	45,7
Bens Intermediários	11,4	37,2	49,9
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,7	3,7	3,9

Fonte: Censo industriais (1960;1970;1975;1980;1985). Elaboração do autor.

Embora os setores sucroalcooleiros e químicos promovessem o crescimento do PIB alagoano, sobretudo entre 1970 e 1985, não houve “desenvolvimento” no estado (MACHADO, 2016). As mudanças verificadas foram conjunturais, e não estruturais, em momento excepcional da economia brasileira, com investimos públicos, amplos incentivos ao setor agroindustrial sucroalcooleiro e descentralização espacial dos investimentos por meio da SUDENE e do II PND. O crescimento do PCA alagoano dependia dos recursos estatais e, quando estes se escassearam, o setor encolheu e perdeu participação na estrutura produtiva estadual, assim como o setor de bens intermediários⁵⁷. A “diversificação” da produção não alterava o sentido da indústria alagoana, embora promovesse alterações sobre a rede urbana e crescimento de Maceió.

Essa modificação conjuntural fica evidenciada pela **tabela 3.17**. Em virtude da baixa diversificação produtiva do estado, esse processo não conseguiu desenvolver setores econômicos capazes de impulsionar o

⁵⁷ Em 1996, a mudança metodológica para a Pesquisa Industrial Anual (PIA) em lugar do censo industrial apontava participação do setor de bens de consumo não duráveis de 38,9% do VTI alagoano, sendo 36,7% de alimentos, enquanto o setor de bens intermediários tinha 53,36% de participação no VTI alagoano, principalmente atrelado ao setor químico com 49,86% do VTI total. Até a PIA de 1996, portanto, Alagoas era ainda beneficiado pela maturação dos programas e investimentos estatais que promoveram o crescimento do setor industrial, notadamente o químico, uma continuidade do censo industrial de 1985. Contudo, em 2010, a participação do setor de bens intermediários chegou a 20,95% do VTI alagoano, com brusca queda do setor químico para apenas 13,29%, enquanto, em sentido inverso, o setor de bens de consumo não duráveis recuava a 70,18% do VTI alagoano com predomínio do setor de alimentos com 62,61% do total.

crescimento econômico estadual, a ponto de praticamente não alterar ao longo dos anos a participação do PIB estadual na região.

Tabela 3.17. Nordeste: Participação estadual por PIB (1960-1990).

Estados	1970	1975	1980	1985	1990
Alagoas	6,2%	6,1%	6,0%	6,8%	6,4%
Bahia	23,0%	23,8%	26,0%	28,0%	28,9%
Ceará	14,4%	13,7%	15,3%	14,9%	13,4%
Maranhão	11,2%	10,6%	11,4%	8,7%	9,4%
Paraíba	8,3%	8,6%	7,6%	7,3%	6,8%
Pernambuco	24,9%	24,5%	21,5%	19,4%	21,0%
Piauí	4,9%	5,1%	5,0%	4,6%	4,4%
Rio Grande do Norte	3,8%	4,5%	4,5%	4,8%	4,4%
Sergipe	3,0%	3,0%	2,7%	5,6%	5,3%
Nordeste	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir do ipeadata (2010);

Nota: PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2010.

Os maiores beneficiados do período foram as forças conservadoras e tradicionais. Alagoas mantinha sua posição na divisão territorial do trabalho: estado dependente e fornecedor de matérias primas e insumos produtivos, submetido às necessidades externas, quer nacionais, quer internacionais, de *commodities* e mão de obra.

3.3- A organização socioespacial alagoana: a rede urbana, centralidade e migração (1970-1990).

3.3.1 A urbanização alagoana: as consequências do avanço extensivo da cana-de-açúcar e a concentração dos investimentos na SALGEMA.

A anexação dos tabuleiros costeiros pela cultura canavieira, os investimentos do IAA e do Proálcool agravaram a concentração agrícola alagoana. Aumento da produção canavieira, em Alagoas, engendrava concentração de terra, como visto na **tabela 3.18**, com o aumento das propriedades latifundiárias, que, embora representassem 1% dos estabelecimentos rurais em 1995, detinham 45,1% de toda a área agropecuária de Alagoas. Se somadas as grandes propriedades entre 100 e 1.000 hectares, atinge-se 80% de toda a área agrícola sob posse de 10,7% dos

estabelecimentos. Em comparação, as pequenas propriedades representavam 49,4% dos estabelecimentos, mas possuíam apenas 2,2% da área agrícola.

Tabela 3.18- Alagoas: Área e estabelecimento rural.

Área	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)				Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)			
	1970	1980	1985	1995	1970	1980	1985	1995
Menos de 10 há	51,2%	50,4%	52,8%	49,4%	3,1%	2,5%	2,7%	2,2%
10 a menos de 100 há	39,3%	39,1%	37,2%	39,4%	20,4%	17,7%	18,6%	17,7%
Menos de 100 há	90,5%	89,4%	90,1%	88,9%	23,5%	20,1%	21,2%	20,0%
100 a menos de 1.000 há	8,4%	9,5%	8,9%	9,7%	37,0%	34,8%	35,1%	34,9%
1.000 ha e mais	0,7%	0,9%	0,9%	1,0%	39,5%	45,1%	43,7%	45,1%

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário (vários anos).

A participação da pequena propriedade estava em queda desde 1970, saindo de parques 3,1% da área total dos estabelecimentos para míseros 2,2% entre 1970 e 1995, ao passo que os latifúndios, em sentido inverso, aumentaram-na de 39,5% para 45,1% .

O aumento do número de cidades cuja a cultura canavieira era a principal atividade econômica e concentrava a maior parte da área agrícola é outro indicador do avanço desse setor pelo território. Até 1960, as maiores cidades produtoras não ocupavam sequer 20% de suas áreas com a lavoura canavieira. Em 1970, porém, 54 municípios dedicavam-se a essa produção, dos quais 11 já plantavam em área maior do que 20%. Em 1980, atingiu-se 58 municípios canavieiros, dos quais 31 utilizavam mais do que 20% de sua área total para o plantio da cana (LIMA, 2006).

A expansão da lavoura canavieira, contudo, acarretava concentração da rede urbana estadual, com maior número de cidades incorporadas à dinâmica de acumulação do capital agroexportador do setor, o que atrofiava a diversificação agrícola e industrial (LIRA, 1997).

Entrementes, o setor têxtil continuava em profunda letargia, aprofundada ainda mais pela praga do bicudo nos anos 80. A derrocada do algodão não manifestava somente a falência de um segmento econômico, mas, sobretudo, o fim de uma cadeia produtiva que dinamizava outros setores e caracterizado por relações de produção muito mais internalizadas, urbanizadas e pela capacidade de estimular a complementariedade entre diferentes segmentos. Na medida em que o algodão era o elemento central, essa débâcle contribuiu para a concentrar a rede urbana alagoana.

A concentração de terras para aumento da produção canvieira promovia urbanização em ritmo mais lento do que os demais estados. Somente na década de 90, a população urbana de Alagoas superou a rural, 20 anos depois do Brasil e 10 anos depois do Nordeste, como visto na **tabela 3.19**.

Tabela 3.19- Brasil: a urbanização da população.

Região/Estado	Pop rural			Pop Urbana		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Brasil	44,1%	32,4%	24,4%	55,9%	67,6%	75,6%
Nordeste	58,2%	49,5%	39,3%	41,8%	50,5%	60,7%
Alagoas	60,2%	50,7%	41,1%	39,8%	49,3%	58,9%
Bahia	58,8%	50,7%	40,9%	41,2%	49,3%	59,1%
Ceará	59,2%	46,9%	34,6%	40,8%	53,1%	65,4%
Maranhão	74,8%	68,6%	60,0%	25,2%	31,4%	40,0%
Paraíba	57,9%	47,7%	35,9%	42,1%	52,3%	64,1%
Pernambuco	45,5%	38,4%	29,1%	54,5%	61,6%	70,9%
Piauí	68,0%	58,0%	47,1%	32,0%	42,0%	52,9%
Rio Grande do Norte	52,5%	41,3%	30,9%	47,5%	58,7%	69,1%
Sergipe	53,9%	45,8%	32,8%	46,1%	54,2%	67,2%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

Alagoas era na década de 1990 ainda o terceiro estado nordestino menos urbanizado, com 58,9% da população urbana, à frente apenas do Piauí e do Maranhão.

De qualquer modo, Alagoas tornou-se também um estado predominantemente urbano, ainda que em proporção menor que o Nordeste e Brasil. Essa lenta urbanização foi consequência do predomínio da atividade sucroalcooleira, que, lembre-se, não promovia o desenvolvimento nem a

diversificação da divisão social do trabalho. Paradoxalmente, era também um dos setores responsáveis pela própria urbanização, pelo êxodo rural, proveniente do avanço da monocultura latifundiária imprimido pelas usinas. Outro elemento central para esse processo de urbanização foram os investimentos industriais da SUDENE e do II PND, sobretudo concentrados no PCA o que atraíram a população para as cidades, especialmente para Maceió, em busca de emprego e renda.

O ritmo da urbanização alagoana ao ano (4,1%) entre 1970 e 1991, a despeito de seu crescimento tardio, mostrava-se mais rápido do que os do Nordeste (3,8%) e Brasil (3,7%), como exposto na **tabela 3.20**.

Tabela 3.20- Nordeste: Taxas de crescimento da urbanização.

Região/Estado	Pop Urbana		
	1970-1980	1980-1991	1970-1991
Brasil	4,4%	3,0%	3,7%
Nordeste	4,1%	3,5%	3,8%
Alagoas	4,5%	4,3%	4,1%
Bahia	4,2%	4,2%	4,0%
Ceará	4,7%	4,0%	4,1%
Maranhão	5,2%	4,6%	4,7%
Paraíba	3,8%	3,5%	3,5%
Pernambuco	3,0%	2,9%	2,8%
Piauí	5,3%	4,3%	4,5%
Rio Grande do Norte	4,2%	4,1%	4,0%
Sergipe	4,1%	5,0%	4,3%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

3.3.2- A concentração e a centralidade da rede urbana alagoana.

Em termos geográficos, o período de 1970 a 1988 marca importante mudança na organização socioespacial alagoana. Apesar de Maceió já ser a maior cidade e exercer centralidade no estado, a capital passou a sofrer “urbanização acelerada”, com grande diferença em comparação às outras cidades. Além disso, as cidades em seu entorno também começaram a atrair maior número de moradores, o que atrofiava e concentrava a rede urbana, antes mais dispersa. Na malha urbana, Arapiraca também desempenhava forte poder de influência estadual, mesmo que em nível menor do que a Capital. Isso

se devia ao intenso aumento da produção do fumo ao longo das décadas de 1970 e 1980, que fomentava a cidade como polo do interior, dada a difusão dos serviços, comércio e a atração de pessoas e mercadorias inerentes ao desenvolvimento da divisão social do trabalho alicerçado no fumo, mas não mais atrelado somente a ele.

Conforme a **tabela 3.21**, a urbanização concentrada em Maceió e Arapiraca, quando as duas cidades dispunham de 31,6% de toda a população em 1991. Na Capital, encontravam-se 25% do total do estado. Em Arapiraca, segunda maior cidade do estado, concentravam-se 6,6%. Nota-se que, com exceção de Maceió e Arapiraca, tanto as outras maiores cidades do estado (Palmeira dos Índios, Rio Largo e União dos Palmares) quanto as demais perderam participação.

Tabela 3.21- Alagoas: As 5 maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %).

Municípios	1970	1980	1991
Maceió	16,6%	20,1%	25,0%
Arapiraca	5,9%	6,9%	6,6%
Palmeira dos Índios	3,9%	3,4%	3,1%
União dos Palmares	3,2%	2,7%	2,3%
Rio Largo	2,4%	2,2%	2,1%
Demais cidades*	68,0%	64,8%	60,9%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria.

Nota*: Em 1970 eram 92 municípios, assim como em 1980. Em 1991 eram 98 municípios.

A tabela acima reflete o atrofiamento da rede urbana alagoana. A concentração da rede urbana em Maceió e Arapiraca está ainda mais evidente quando se destacam apenas os moradores urbanos. Segundo os dados do IBGE, Maceió concentrava 39,8% de toda a população urbana alagoana e Arapiraca, 8,8%. Portanto, quase metade dos moradores urbanos (48,2%) estava concentrada apenas em dois municípios alagoanos, o que demonstra o baixo dinamismo dos demais, o atrofiamento da rede urbana estadual e o parco avanço das relações capitalistas de produção pelo estado.

Na **tabela 3.22**, revela-se a evolução da rede urbana por tamanho do município e população nas cidades.

Tabela 3.22- Alagoas: Rede urbana alagoana por número de cidades e população nas cidades.

Tamanho da pop.	1950	Pop*.	1960	Pop.	1970	Pop.	1980	Pop.	1991	Pop.
Menos de 2 mil	13	8%	32	9%	47	9%	27	4%	14	1%
De 2.001 a 5.000.	16	22%	23	18%	26	13%	39	14%	34	8%
De 5.001 a 10.000.	5	16%	8	13%	13	14%	16	13%	25	12%
De 10.001 a 20.000.	2	12%	5	20%	3	6%	6	9%	13	11%
De 20.001 a 50.000.	-	-	-	--	4	19%	4	11%	9	19%
Mais de 50.000.	1	42%	1	39%	1	40%	2	49%	2	48%
Total	37	100%	69	100%	94	100%	94	100%	97	100%

Nota*: Pop=População

Fonte: IBGE/Censo-demográfico (vários anos).

Na tabela, verifica-se a concentração populacional, nos anos de 1980 e 1991, nas cidades acima de 50 mil pessoas – Maceió e Arapiraca. Com base nesses dados, confirma-se a hipótese do atrofiamento da rede urbana após a expansão da agroindústria sucroalcooleira pelos tabuleiros costeiros e a implementação do PCA. A mudança da concentração populacional por tamanho da cidade significa transformação da organização socioespacial. Esta, por sua vez, foi o reflexo material da alteração no uso do espaço alagoano, processo este, intensivo em terra, alicerçado na cana-de-açúcar e com as atividades urbanas concentradas em Maceió pelo PCA.

A concentração da rede urbana e da dinâmica econômica estadual em poucas cidades pode, ainda, ser identificada sob a ótica da atividade econômica por município, mensurada pela participação do PIB local no estadual, conforme a **tabela 3.23**.

Tabela 3.23- Alagoas: Participação relativa dos 5 maiores PIBs municipais no PIB Estadual.

Cidades	1970		1980		1996	
	PIB	Pop*	PIB	Pop	PIB	Pop
Maceió	38,6%	16,6%	45,8%	20,1%	56,8%	25,0%
Arapiraca	4,8%	5,9%	5,7%	6,9%	3,8%	6,6%
Coruripe	1,7%	1,7%	3,0%	2,1%	3,3%	1,8%
São Miguel dos Campos	2,6%	1,9%	3,5%	2,1%	3,3%	1,9%
Marechal Deodoro	0,5%	0,9%	0,6%	1,1%	2,8%	1,1%
Demais cidades	51,8%	73,0%	41,3%	67,7%	30,0%	63,7%

Nota: Calculado a partir do preço constante dos anos 2000.

Nota*: Pop= População.

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor;

A forte concentração do PIB estadual em Maceió foi crescente e, em 1996, chegou a representar mais da metade de toda atividade econômica alagoana. Apesar da importância de Arapiraca, sua participação no PIB estadual era pequena e diminuiu em 1996, em decorrência da crise do fumo. Ademais, os outros municípios com maior representatividade no PIB estadual estavam vinculados ao setor sucroalcooleiro, principalmente Coruripe e São Miguel dos Campos, sede das maiores usinas.

Em suma, a grande participação de Maceió no PIB estadual é mais um indicador do atrofamento da rede urbana alagoana, do definhamento econômico e produtivo de outros municípios e do baixo nível de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, dada a preponderância do segmento sucroalcooleiro no estado.

A alteração espacial com maior força na Capital do estado reside no intenso êxodo rural, engendrado tanto pela expansão da fronteira agrícola canieira sobre os tabuleiros costeiros e pela busca de emprego e renda na indústria e nos serviços, localizados quase exclusivamente no referido centro urbano.

Nos dados do REGIC de 1966, 1978 e 1993, identifica-se outro indicador de atrofamento da concentrada rede urbana. Apenas Maceió tinha o nível de centralidade denominado de “forte” em 1993, seguida apenas de Arapiraca,

com nível “forte para médio”, que passou a exercer maior influência na malha urbana em 1978, quando se diferenciava de Palmeira dos Índios. Apenas outras sete cidades, no total de 98 municípios em 1993, tinham algum poder de influência sobre as cidades circunvizinhas, ainda que de forma muito incipiente, de acordo com a denominação do nível de centralidade do REGIC em 1993, de grau médio para médio fraco e fraco.

Tabela 3.24- Alagoas: Centralidade urbana Alagoana.

Municípios	1966	1978	1993
ACP de Maceió	Centro regional A	Centro Submetropolitano	Forte
Arapiraca	Centro sub-regional A	Capital Regional	Forte para médio
Palmeira dos Índios	Centro sub-regional A	Centro Sub-Regional	Médio
Penedo	Centro sub-regional B	Centro de Zona	Médio
Santana do Ipanema	Centro sub-regional B	Centro Sub-Regional	Médio
Porto Calvo	--	Centro de Zona	Médio para fraco
União dos Palmares	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
Viçosa	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
São Miguel dos Campos	Centro local B	Centro de Zona	Fraco
Capela	---	Centro de Zona	
Batalha	Centro local B	Centro de Zona	
Delmiro Gouveia	Centro local B	Centro de Zona	
Maribondo	Centro local B	Centro de Zona	
Olho d'Água das Flores	Centro local B	Centro de Zona	

Fonte: IBGE/REGIC (vários anos). Elaboração própria.

Palmeira dos Índios, Penedo e Santana do Ipanema exerciam nível de influência “médio”, com destaque para a ascensão de Penedo, que saiu de centro sub-regional B em 1966 para centro de zona em 1978 e atingiu centralidade média em 1993, o que retratou certa ascensão do município. Com influência “fraca”, São Miguel dos Campos, apesar de uma das cidades com maior PIB estadual, apresentava pouca importância na malha urbana estadual, resultado da própria atividade sucroalcooleira, que não dinamizava a divisão

social do trabalho no município, mas gerava considerável renda. Ademais, outros municípios que chegaram a influenciar a rede urbana alagoana, não mais o faziam em 1993, como nos casos de Capela, Batalha, Delmiro Gouveia, Marimbondó e Olho d'Água das Flores.

A rede urbana alagoana estava cada vez mais concentrada em poucos municípios, entre os quais Maceió exercia a maior centralidade. A rede urbana definhava cada vez mais à medida que a cana-de-açúcar se expandia pelo território e pelos concentrados investimentos industriais da SALGEMA em Maceió.

3.3.3- Retrato da migração “para dentro” e “para fora” de Alagoas durante os anos 70 e 80.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a economia alagoana submetia-se ao avanço extensivo da cana-de-açúcar, impulsionado pelos investimentos do IAA e do Proálcool e pelo raro aumento das inversões no setor industrial, em razão dos aportes da SUDENE e do II PND na SALGEMA.

Essas circunstâncias constituíam tanto fator de expulsão, pelo acúmulo de terras na lavoura canavieira, como de atração, pelos investimentos na SALGEMA e o crescimento do emprego e renda das atividades urbanas. Esses migrantes tinham dois destinos principais: outros estados (“para fora”) e Maceió (“para dentro”).

Na migração extrarregional ocorrida nos anos 1970, examinada no censo demográfico de 1980, constatou-se grande expulsão de pessoas, como mostrado na **tabela 3.25**, em termos absolutos maior do que no censo de 1970, como visto no segundo capítulo. O fluxo emigratório alagoanos para outros estados retratava também a rede urbana atrofiada, em cujos municípios poucas oportunidades havia. Ademais, os investimentos, atividades econômicas, oferta de mercadorias e serviços concentravam-se em Maceió e, em menor grau, em Arapiraca. Essa concentração, no entanto, potencializava problemas

socioeconômicos nessas duas cidades, em particular, e em Alagoas, em geral, sobretudo quanto ao aumento da violência⁵⁸.

Tabela 3.25- Alagoas: Saldo migratório (1980).

Movimento Migratório	Nº de pessoas
Entrada (a)	78.667
Saida (b)	224.377
Saldo migratório (a-b)	-145.710
Razão (b/a)	2,9

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1980). Elaboração própria.

O aumento da expulsão de residentes durante a década de 1970 demonstra os efeitos dos investimentos do Proálcool no setor agroindustrial sucroalcooleiro, como o intenso êxodo rural. O crescimento da entrada de pessoas, por sua vez, deveu-se aos investimentos industriais da SUDENE e do II PND no PCA. Ademais, a razão de imigrantes sobre emigrantes em Alagoas foi de 2,9, mesma proporção verificada no censo de 1970, o que evidencia o atraso econômico do estado, preso a uma atividade arcaica, mesmo que mais mecanizada e industrializada, e a um enclave econômico, como o PCA, não obstante importante elemento de mudança na organização socioespacial do estado.

Sobre a emigração supra-estadual, “para fora”, na década de 1970, a maioria teve como destino a região Sudeste (55%), majoritariamente em direção a São Paulo (49%). O Nordeste, a seu turno, ainda era a segunda maior destinação dos emigrantes alagoanos. Dos cinco estados mais procurados, quatro eram da região: Pernambuco (13%), Sergipe (8%), Bahia (6%) e Ceará (5%). O aumento da representatividade do Nordeste entre os principais destinos da emigração alagoana justifica-se pelos próprios investimentos do II PND e da SUDENE nos parques industriais regionais, como

⁵⁸ Alagoas tem o maior índice de pobres do país: 34,29% da população vive em condições de pobreza, trazendo consigo a marca da violência refletida na maior taxa de homicídios no Brasil. São 66,8 homicídios por 100 mil pessoas, quase o triplo da taxa de homicídios do país, de 26,2 no ano de 2010. Em 2010, o déficit habitacional de Alagoas era de 14,6% do total dos particulares permanentes. No mesmo ano, 40,6% dos empregos em Maceió encontravam-se no setor informal, a maior taxa do Nordeste, e o desemprego era de 12,3%. Das classes de rendimento nominal mensal, 24,9% das famílias do município recebiam entre meio e a um salário mínimo, enquanto 48,3% não tinham nenhum tipo de rendimento mensal fixo.

no polo de Camaçari, na Bahia, o polo petroquímico de Sergipe, a fruticultura irrigada de Pernambuco, a modernização do setor têxtil do Ceará, entre outros investimentos em outras localidades nordestinas.

Tabela 3.26- Alagoas: Imigração inter estadual (1980).

Região		
	Nº de Imigrantes	(%)
Sudeste	124.113	55%
Nordeste	75.800	34%
Centro-oeste	12.978	6%
Sul	6.478	3%
Norte	5.008	2%
Estado		
São Paulo	109.333	49%
Pernambuco	28.543	13%
Sergipe	18.030	8%
Bahia	14.448	6%
Ceará	11.015	5%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1980). Elaboração própria.

Quanto à migração intermunicipal, “para dentro”, a maior parte destinava-se principalmente para Maceió. Na **tabela 3.27**, observam-se alguns indícios do porquê da preferência pela capital. Diferentemente do constatado no último censo de 1970, quando grande parte do fluxo migratório se originava na zona urbana, nos anos seguintes, houve maior distribuição de origem: 48% advindos da zona rural e 52%, da zona urbana do interior alagoano. O aumento relativo do êxodo rural aponta como causa dessa imigração justamente o crescimento extensivo em terra da produção da cana-de-açúcar pelo Proálcool, conforme discutido até aqui.

Tabela 3.27-Alagoas: Origem do imigrante alagoano para Maceió na década de 80.

Origem	Nº de imigrantes	(%)
Zona urbana	74.373	52%
Zona rural	67.867	48%
Total*	142.240	100%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1980);

Nota*: O total diverge da tabela acima, pois são levados em consideração aqueles que migraram no período de 10 anos ou mais.

Subjacentes a esses fatores de atração e expulsão estava a “busca pela sobrevivência”, tanto extrarregional, como intermunicipal. Os migrantes buscavam emprego e renda, que, a seu turno, estavam atrelados aos serviços urbanos de baixa remuneração, ao comércio, à economia informal, à administração pública e, para a indústria, à SALGEMA, que, mesmo sem gerar grande número de empregos diretos, estimulou a dinâmica urbana maceioense.

Na **tabela 3.28**, ao elencarem-se as seis principais ocupações de trabalho dos imigrantes alagoanos que chegavam a Maceió, constata-se que quase todas eram de baixa remuneração. A ocupação de empregado doméstico, a principal entre os migrantes alagoanos segundo o censo de 1980, representava 16% de toda a população imigrante de Maceió, seguida de motoristas (7%), auxiliar de escritório (6%), serventes (6%), vendedor (6%) e pedreiros (5%).

Tabela 3.28- Alagoas: Principais ocupação dos imigrantes alagoanos em Maceió (1980).

Ocupação	Total	(%)
Empregado doméstico	12152	16%
Motoristas	4.972	7%
Auxiliar de escritório	4.933	6%
Serventes	4.889	6%
Vendedores	4.762	6%
Pedreiros	3.955	5%
Total das 6 maiores ocupações	35.663	47%
Total	76.125	100%

Fonte: IBGE-Censo demográfico (1980).

De acordo com o censo demográfico de 1980, se considerar-se a ocupação dos imigrantes oriundos da zona rural, nota-se a mesma predominância de empregados domésticos (18%), seguido por pedreiros (6%), serviços de pedreiros (5%), motoristas (5%), portanto, todas atividades de baixa remuneração. Os imigrantes de origem urbana, por sua vez, trabalhavam majoritariamente como empregados domésticos (12%), motoristas (5%), auxiliar de escritório, comércio por conta própria e vendedores, todos esses somando 4%.

No censo de 1991, conforme a **tabela 3.29**, percebe-se que o saldo migratório foi contraído nos anos 1980 em comparação com a década passada. De igual modo, reduziu-se a emigração para outros estados, mas aumentou a entrada de imigrantes de outros estados. Contudo, embora a razão entre expulsão e atração tenha diminuído para 2,1 emigrantes para cada imigrante, a proporção de expulsão permanecia grande.

De qualquer modo, a redução do saldo migratório negativo alagoano retratava o esgotamento do padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista e a subsequente ascensão do neoliberalismo. Esse processo traduziu-se em contenção dos gastos públicos, paralisação do financiamento externo, arrefecimento dos investimentos produtivos e, por conseguinte, no declínio das regiões mais industrializadas do país. São Paulo, por exemplo, tornou-se menos atrativo, na medida em que dependia essencialmente desses meios de financiamento para manter os investimentos e a contínua acumulação industrial. Entrementes, em Alagoas, apesar de também afetado pela crise nacional, os investimentos setorializados do II PND ainda estavam maturação, pelo menos até a primeira metade da década. Em contraste, a marcha extensiva da cana-de-açúcar recuou com o fim do Proálcool, o que amenizou minimamente a expulsão do morador rural. Porém, deve-se deixar claro que o término do Proálcool não ensejou desconcentração das terras ou incentivo a outras culturas agrícolas, mas diminuiu a “fome de terras” dos usineiros. Em suma, os fatores de atração extra-estadual haviam-se esgotados e o fator de expulsão, amenizado.

Tabela 3.29- Alagoas: Saldo migratório (1991).

Movimento Migratório	Nº de pessoas
Entrada	97.045
Saída	210.150
Saldo migratório (a-b)	-113.105
Razão (b/a)	2,1

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1991). Elaboração própria.

O principal destino para fora do estado, tal qual nos censos anteriores (1970 e 1980), foi a região Sudeste (52%), como observado na **tabela 3.30**, sobretudo para SP (46%), mas desta vez, em razão da crise econômica durante a transição entre a era nacional-desenvolvimentista e a neoliberal, o estado paulista perdeu participação desde 1970. O Nordeste (36%), ao contrário do Sudeste, ganhou participação desde 1970, especialmente Pernambuco (13%). A imigração para o Nordeste explicava-se pela maturação dos investimentos do II PND.

Tabela 3.30- Alagoas: Imigração interestadual (1990).

Região		
	Nº de imigrantes	(%)
Sudeste	110.091	52%
Nordeste	75.774	36%
Centro-Oeste	11.773	6%
Norte	7.972	4%
Sul	4.539	2%
Estado		
São Paulo	96.282	46%
Pernambuco	28.196	13%
Sergipe	23.456	11%
Bahia	16.659	8%
Rio de Janeiro	9.476	5%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1991). Elaboração própria.

Segundo o censo de 1991, quanto à imigração “para dentro”, nos anos 1980, a maior parte dos imigrantes alagoanos de Maceió tinha origem na zona urbana, como pode-se visualizar na **tabela 3.31**, um aumento em comparação com a década de 1970. Esse contingente de origem urbana correspondia à

amenização da expulsão do morador rural, em virtude do Proálcool, conforme já destacado e da atração industrial pelo PCA.

Tabela 3.31-Alagoas: Origem do imigrante alagoano para Maceió(1990).

Origem	Imigrantes	(%)
Zona Urbana	42.764	58%
Zona Rural	30.055	41%
Não declararam	784	1%
Total	73.603	100%

Fonte: IBGE=Censo Demográfico (1991).

A “busca pela sobrevivência” permanecia o principal objetivo dos imigrantes alagoanos de Maceió, visto que entre as 10 principais ocupações predominavam atividades de baixa remuneração, como empregado doméstico (14%), pedreiro (5%), motoristas (5%), entre outras, como visto na **tabela 3.29**. Essas estatísticas refletiam o parco desenvolvimento das forças capitalistas de produção e o atrofamento da divisão do trabalho alagoana, visto que eles deixavam suas respectivas cidades e acabavam por ocupar empregos de baixa remuneração em Maceió, por possivelmente serem preferíveis às possibilidades de suas origens. Era a generalização da pobreza alagoana.

Tabela 3.32-Alagoas: As 10 maiores ocupações principais dos imigrantes alagoanos em Maceió (1990).

Ocupação Principal	Nº de imigrantes	(%)
Empregado doméstico	11286	14%
Pedreiro	3769	5%
Motorista	3640	4%
Outras ocupações ou ocupações mal definidas	3046	4%
Agronomia	2795	3%
Vendedores	2632	3%
Comerciantes por conta própria	2543	3%
Outras ocupações no comércio ambulante	2381	3%
Serventes	2054	2%
Serventes de pedreiro	1787	2%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1991).

Em suma, seja o destino “para fora”, seja “para dentro”, quer pelo fator de expulsão, quer pelo fator de atração, o determinante para esse imigrante, ou para a ampla maioria destes, estava na “busca pela sobrevivência”.

Portanto, no período de 1967 a 1988, para Alagoas, verifica-se o aprofundamento das transformações na sua organização socioespacial iniciadas em 1933, com maior concentração e atrofiamento da rede urbana em apenas duas cidades: Maceió e Arapiraca. Esse atrofiamento resultou do parco desenvolvimento das forças capitalistas de produção no estado, concentradas na Capital, ainda mais após a instalação da SALGEMA, e do baixo grau desenvolvimento da divisão social do trabalho, vista a histórica predominância do setor canavieiro na economia alagoana. Ademais, o estado continuou, por todo o século XX, a expulsar a mão de obra local, sempre com saldo migratório negativo, cujo destino “para fora” estava nas áreas mais industrializadas do país, principalmente São Paulo, na perene “busca pela sobrevivência” do pobre povo alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação demonstrou como diferentes tipos de ocupação, de uso e de função da terra promoveram formas particulares de organização do espaço alagoano. Evidenciou-se que cada alteração nas principais atividades econômicas (cana-de-açúcar, algodão, fumo, pecuária e química) materializou-se na constituição e organização do espaço, seja pelo espraiamento, seja pela concentração da sua rede urbana, seja pela mudança da hierarquia urbana dentre os municípios.

Desse modo, a maior participação do algodão na economia alagoana traduzia-se em maior dinamismo das forças capitalistas de produção, ao favorecer a incorporação do trabalhador à terra, menor concentração fundiária, maior massa salarial urbana, impulso para o comércio e serviços urbanos, entre outros fomentadores do crescimento de várias cidades do sertão, agreste e até da zona da mata atreladas ao algodão, e, assim, maior desconcentração da incipiente rede urbana até o momento em que o algodão tinha importante participação na economia local. Em contraposição, sob o predomínio da cultura canavieira, o uso e a ocupação da terra promoviam praticamente o oposto da cotonicultura: concentração de terras e de renda; baixa remuneração da força de trabalho e baixo nível de poupança interna; estagnação da divisão social do trabalho; e, por conseguinte, baixo nível de desenvolvimento tecnológico e das forças capitalistas de produção. Tais elementos manifestaram-se, especialmente, na concentração da rede urbana e da hierarquia urbana basicamente restrita a Maceió, além da intensificação da expulsão da mão de obra local.

Com base nisso, afirma-se que a especificidade alagoana reside na compreensão da inserção de Alagoas na divisão territorial do trabalho, de sua

relação de complementariedade e dependência com os âmbitos internacional, nacional e regional, independentemente do setor, seja sucroalcooleiro, seja cotonicultor, seja químico.

Elencaram-se, portanto, as particularidades do estado em contraste com o movimento geral da economia brasileira, as características que expressaram os diferentes processos históricos de ocupação, o nível de desenvolvimento das forças capitalistas de produção, o dinamismo da divisão social do trabalho e as forças políticas atuantes no estado.

Por fim, o trabalho enfatiza alguns momentos-chave para o estado, adotando periodização específica para a história alagoana. A princípio, seleciona-se o período entre a formação do território e as primeiras décadas do século XX, quando havia maior distribuição das atividades econômicas e incipiente e descentralizada rede urbana através do sertão, agreste e zona da mata, visto que a produção algodoeira tinha importante participação na estrutura produtiva local. Em seguida, analisa-se o advento da transformação de sua economia – com a especialização produtiva na cana-de-açúcar promovida pela criação do IAA e a estagnação do setor têxtil –, bem como as mutações da organização socioespacial, com a concentração da rede urbana. Posteriormente, estuda-se o período entre o aprofundamento da especialização produtiva, constatado especialmente na concentração urbana em Maceió – agora estimulada não somente pelo avanço extensivo da cana-de-açúcar, como também pela instalação da SALGEMA – e a ultra-especialização produtiva engendrada pelo acordo dos usineiros. Esses processos implicaram no prosseguimento da urbanização e nas mudanças na centralidade urbana alagoana.

Essas particularidades levaram-nos a elaborar para Alagoas a seguinte periodização:

- i) Século XVI a 1933: Neste período, tratado no primeiro capítulo, a atividade econômica – baseada na produção agropecuária da cana-de-açúcar, pecuária e algodão – encontrava-se mais bem distribuída no estado, bem como as terras agrícolas entre esses empreendimentos.

Portanto, não havia dependência para com uma só atividade agropecuária, o que promovia o espraiamento da embrionária rede urbana, a construção das ferrovias, via de comunicação entre os municípios canavieiros do litoral e os algodoeiros do interior, também favoreceu esta desconcentração. Nesse contexto, a malha urbana alagoana, de sua formação inicial com três núcleos de povoamento (Penedo, Marechal Deodoro e Porto Calvo) até 1933, manteve-se mais esparsa pelo território. Apesar dessa melhor distribuição, Alagoas não deixava de ser um estado expulsor de mão de obra, pobre, com baixo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho.

- ii) De 1933 a 1967: No segundo capítulo, a análise começa pela criação do IAA (1933), que iniciou novo marco de regulação, proteção e modernização do setor sucroalcooleiro. A periodização vai até 1967, ano da instalação da SALGEMA em Maceió. Nesse período, a cana-de-açúcar ascendeu, ainda mais após a criação do IAA, ao passo que a cotonicultura definhou, em razão do aumento da concorrência com o Centro-Sul sem a devida proteção estatal, ao contrário do que acontecera com o setor canavieiro. A cultura fumageira, a seu turno, já importante atividade econômica, ganhou forte expressão em Arapiraca. Ademais, a alteração dos modais de transportes, das ferrovias para as rodovias, também modificou a organização socioespacial, principalmente com a construção das BRs federais, uma vez que alteravam o fluxo das mercadorias, serviços e pessoas no entorno das cidades margeadas pelas estradas. Nessa conjuntura, as centralidades da rede urbana do estado alagoano passaram por novas transformações, como a maior concentração e centralidade de Maceió e Arapiraca, em disputa com Palmeira dos Índios pela posição de polo do sertão e agreste. Entrementes, as cidades ligadas ao setor têxtil, como União dos Palmares e Viçosa, perdiam cada vez mais sua importância em termos de concentração de pessoas, centralidade urbana e dinâmica econômica. A malha urbana não mais apresentava o espraiamento do período anterior, embora o agreste, com Arapiraca e Palmeira dos Índios, ganhasse notoriedade. Não obstante, ainda não se

verificava forte concentração da rede urbana alagoana. O período marcou o início da transformação da economia e da organização socioespacial alagoana, esboço do que aconteceria nos anos subsequentes: o atrofiamiento da rede urbana, a forte concentração em Maceió e a especialização da estrutura produtiva.

- iii) De 1967 a 1988: Trata-se aqui de momento ambivalente. Por um lado, iniciou-se modificação conjuntural da estrutura produtiva, acarretada pela ascensão do setor de bens intermediários, sobretudo do segmento químico, por ocasião da inauguração da SALGEMA, em 1967, das inversões financeiras no PCA e dos investimentos do II PND. Por outro, também se assistiu à latente hegemonia canavieira na economia e nos campos agrícolas, sob os auspícios do IAA e do Proálcool, principalmente. A dissertação encerra-se em 1988, ano do “acordo dos usineiros”. Esse evento contribuiu para o agravamento do processo iniciado em 1933, uma vez que promoveu a especialização produtiva na produção sucroalcooleira e a concentração da rede urbana, sobretudo em Maceió. Nessas circunstâncias, no período tratado, modificou-se a organização socioespacial com a incorporação cada vez maior de novas áreas para os canaviais, o que expulsava os moradores rurais de suas terras, na maior parte em direção ao Sudeste, e os atraía para a Capital. Como resultado, agravou-se o atrofiamiento da rede urbana, espacialmente concentrada na zona de influência de Maceió, seguida por Arapiraca, cidade polo do sertão e agreste. A malha urbana alagoana estava bem mais centralizada em comparação com os períodos anteriores. Alagoas tornava-se, com algumas décadas de atraso em relação ao Brasil e Nordeste, eminentemente urbana, porém mediante urbanização atrofiada, caótica, concentrada basicamente na Capital. Nesse contexto, engendraram-se problemas socioeconômicos em Maceió e Arapiraca.

Essa concentração populacional verificada no último período tratado exacerbou-se ainda mais nas décadas posteriores. Em 2000, Maceió atingiu 28,3% da população do estado e, em 2010, 29,9%, conforme dados do IBGE. Esse processo reflete o parco nível de desenvolvimento das forças capitalistas

de produção e da divisão social do trabalho em Alagoas. Assim, preferimos não incluir o período pós-1988 no escopo da pesquisa, pois acreditamos que o acirramento da concentração da rede urbana alagoana representa continuidade do processo iniciado em 1933, em níveis ainda mais alarmantes, dada a ultra-especialização produtiva na cana-de-açúcar a partir da década de 1990.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Problemas de base: Alagoas**: documento preliminar do Seminário Socio-Econômico de Alagoas. [s.l.: [s.n.]; 1967.
- _____. **Consumo de produtos industriais na cidade de Maceio (AL)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1968
- ALTAVILA Jaime de. **Historia da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: Edufal, 1988.
- ANDRADE, Manuel Côrrea de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. Formação histórica da rede urbana do Nordeste. In: **Revista de história municipal**. Ano 1. Nº 1, pag. 23-75, Recife/PE, jun, 1977.
- _____. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- _____. A formação econômica e social e processos políticos no Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 31-41, 1984a
- _____. A questão regional: A Questão do Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 41-55, 1984b.
- _____. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Ática. (Série Princípios), 1988.
- _____. **Usinas e destilarias das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- ARAÚJO, Denilson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 329 f. IE/UNICAMP, Campinas/SP, 2009 (tese de doutorado em desenvolvimento econômico).
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16). pag 71-83, 1984
- _____. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros**: heranças e urgências. pag 17-25. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000a.
- _____. O Setor Público e o Nordeste. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros**: heranças e urgências. pag 155-165. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000b.
- _____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros**: heranças e urgências. pag. 165-197, Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000c.
- ARAPIRACA. **A cidade do futuro**: Agenda 21 para Arapiraca. Maceió/AL. Ed: IDEARIO, 2008.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a legislatura em 15 de março de 1874 pelo doutor João Vieira de Araujo, presidente da provincia.** Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/43/>. Acesso em: 19/09/2017.

ARUTO, Pietro Calderini. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho:** uma abordagem metodológica. Campinas/SP. IE/UNICAMP. 119 f. 2015 (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).

AVANCINI, Elsa Gonçalves. **Doce Inferno:** açúcar, guerra e escravidão no Brasil holandês, 1580-1654. São Paulo: Atual, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana. In: **Geografia, espaço e memória.** pag 93-117. São Paulo: Terra Livre-AGB, Nº10, 1994.

BARROS, Carlina Rocha de Almeida; DOS SANTOS, Caroline Gonçalves. A produção territorial de Maceió documentada: reflexões sobre intervenções de embelezamento no riacho Maceió e seus rebatimentos no espaço urbano. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, cidade e projeto:** uma construção coletiva. São Paulo, 2014

BIELSCHOWSKY, R. (Org., 2000). **Cinquenta anos de Pensamento na Cepal.** Vº2. Rio de Janeiro:Record/Cofecon/Cepal, 2000

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o global e o local. Campinas, SP:Unicamp, 2007

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudos sobre o conceito de região.** Porto Alegre/: FEE. Nº13- Agosto, 1988.

BASTOS, Humberto. **Assucar & algodão:** ensaio historico-economico. Maceió: Casa Ramalho, 1938. .

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regional no Brasil: alguns pontos controversos. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste:** estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 55-71, 1984

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia, 1), 1998.

_____. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: UNESP, 2000

_____. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970.** 3 ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005.** 3 ed. São Paulo:Unesp, 2008.

_____. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2011.

CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica**: estudos e pesquisas. São Paulo, SP: Hucitec: Editora UNESP, 2005.

CAPES – Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Estudos de Desenvolvimento Regional (Alagoas)**. Série Levantamentos e Análises, 1958.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Setor Sucroalcooleiro de Alagoas: A Ultra-especialização produtiva como estratégia competitiva. In. **Revista Economia & Desenvolvimento** Vol.6 n.2. pag 259-286. , 2008

_____. **Análise da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro**. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2009

_____. **Formação histórica de Alagoas** . Maceió. 4ª ed. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO. Marcus, Joaquim.x' Maciel de. A mata atlântica: sertão de Pernambuco e Alagoas, séculos XVII- XIX. **Clio-Série de revistas históricas**. Nº25, V.2, pag.249-266. 2007.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. AS IRMANDADES E O ESPAÇO EM MACEIÓ. **VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Cinco séculos de Cidade no Brasil**. Natal/RN: Cooperativa Cultural UFRN, PPGAU (UFRN); MDU (UFPE), p. 110-125.2000.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. O algodão e a vida urbana. **Revista economia política do desenvolvimento**. V. 3, n. 1, pag. 71-80, 2011.

CORRÁGIO, José Luis. **Territorio em transición**: crítica a la planificación em América Latina. 2ª ed.. Quito: Ciudadela, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. A vida urbana em Alagoas: A importância dos meios de transporte na sua evolução. In: **Geografia, espaço e memória**. São Paulo: Terra Livre, Nº10. pag 93-116, , 1994.

COSTA, Craveiro. **Alagoas em 1931**: inqueritos economicos, financeiros, politicos e sociais. Maceió: Imp. Oficial, 1932.

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Capital Inglês e Engenhos Centrais**. Série Apontamentos Nº15. Maceió: Edufal, 1997.

COSTA, Jovesí de Almeida & NASCIMENTO Alvaçy Lopes do. A organização do espaço geográfico do Estado de Alagoas. In.: **Geografia espaço, tempo e Planejamento**. Araújo, Lindemberg Medeiros de (org). pag. 173-191. Maceió: Edufal, 2004.

_____. & RAMOS, Vanda Ávila. Espaço Urbano de Maceió: Ambiente físico e organização socioeconômica. In.: **Geografia espaço, tempo e Planejamento**. Araújo, Lindemberg Medeiros de (org). pag. 191-207. Maceió: Edufal., 2004

DAVIDOFF, Paulo Roberto Cruz. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. In: **Nova Economia**, UFMG, v.5, nº 1. pag 121-144, 1995.

DE CARLI, Gileno. **O açúcar na formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1937.

_____. O processo histórico da usina em Pernambuco. Rio de Janeiro, RJ: Pongetti, 1942.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool/Serviço de Documentação, 1949.

_____. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Coleção Nordestina. 2ª ed. Maceió: Edufal, 2012.

EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EMBRAPA. Análise da Evolução da Canavicultura nos Tabuleiros Costeiros de Alagoas e Decomposição do Valor Bruto da Produção (VBP) nos Efeitos Área Produtividade e Preços, por meio do Modelo Shift-Share. **Boletim de Pesquisa e desenvolvimento**. Aracajú/SE. Dezembro, 2015.

ESPÍNDOLA, Thomaz. **A geografia alagoana**. Col. Clássicos de Alagoas, V.1, Maceió: Catavento, 2001.

FEITOSA, Cid Olival. **As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005**. IE/UNICAMP. 215 f. Campinas/SP, 2007. (Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico)

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974

_____. **Brasil: A construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

FIRMINO, Paulo Santos Firmino. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE- A feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. USP/FFLCH. 316 f São Paulo/SP, 2016 (dissertação de mestrado em geografia).

GONÇALVES, Alberto. Delmiro Gouveia: **Era uma vez no sertão**. Ribeirão Preto/SP: Fábrica dos Sonhos, 2010.

GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento no Nordeste**. Relatório de Pesquisa n. 20. Rio de Janeiro: INPES/IPEA., 1974.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 28, n. 4, p. 387-432, (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos), 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1989.

_____. Trajetória econômica de uma região periférica. In: **Estudos Avançados/USP – Instituto de Estudos Avançados**, v. 11, n. 29. São Paulo: IEA, 2002.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: MCT/CNPq, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 26ªed, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos, 1872, 1890, 1920, 1940, 1960, 1970, 1980, 1991**, Rio de Janeiro.

_____. **Anuário estatístico do Brasil (1908-1912)**. Território e População. V.1. Rio de Janeiro/RJ, 1916.

_____. **Censo Industrial, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985**. Rio de Janeiro.

_____. **Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996**. Rio de Janeiro.

_____. **Contas Regionais do Brasil, 1985-2004**. Rio de Janeiro, (2006).

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros (Municípios do Estado de Alagoas)**. V.19, 1959.

_____. **Regiões de influência das cidades: 1966, 1978 e 1993**. Rio de Janeiro

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil (**Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**). Vol 1. Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília/DF, 2002.

_____. **Séries históricas das Contas Regionais**, 2006. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 21/09/2017

_____. **Dinâmica Urbano-Regional: Rede urbana e suas interfaces**. Brasília/DF, 2011.

_____. **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crise e perspectivas**. Brasília/DF, 2016

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: 1974-1976**. Campinas:UNICAMP, 1998.

_____. & DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz G. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. pag. 214-228. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LESSA, Golbery. **Oligarquia Malta e o Começo da República em Alagoas**. Augusto, 2011. Disponível

em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2012/07/capitalismoalagoano.html?view=timeslide>. Acesso em: 03/09/2017.

_____. **Capitalismo Alagoano**. Jul,2012. Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2012/07/capitalismoalagoano.html?view=tieslide>. Acesso em: 02/09/2017.

LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. IE/UNICAMP. Campinas/SP, 2006. (tese de doutorado em desenvolvimento econômico).

_____. **Evolução da Agroindústria Canavieira alagoana no século XX**. Maceió: Edufal, 2014.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de Outroa**. Vol 1. Pensar Alagoas Coleção. Ed: Imprensa oficial Graciliano Ramos. Maceió/AL, 2014.

LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana**. 3ª Edição. Maceió/AL. Ed: Edufal, 2005.

LIRA, Fernando José de. **Crise, Privilégio e Pobreza**. Maceió/AL: Edufal 1997.
_____. **Formação da pobreza e riqueza de Alagoas**. Maceió/AL: Edufal, 2007

LOPES, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque & FEITOSA, Cid Olival. **O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NACIONAL E SEUS IMPACTOS EM ALAGOAS**. Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis/SC, 2014.

LUEDERITZ, João. **Estradas de rodagem**. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 3V.1921.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Polo Cloroquímico de Alagoas**. Série Apontamentos. Maceió: Edufal, 1997.

MACEDO, Fernando Cezar de. **Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, Nº.25. pag 35-50, jan/abr/2013.
_____; LIMA JR. Francisco do O; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica Econômica e rede urbana cearense no início do século XXI. In: **Ceará: economia, urbanização e metropolização**. Crato/CE: RDS, pag 43-70, 2014.
_____. **Histórica Econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia/GO:América, 2013.

MACHADO, Fabiano Duarte & LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. **História Econômica de Alagoas: A indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió/AL: Edufal, 2016.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Operários em movimento – documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. Maceió:EDUFAL, 2007

_____. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895 - 1905)**. Maceió: Edufal, 2009.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983.

MARANHÃO, Silvio. Estado e Planejamento Regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 83-103, 1984.

_____. Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste brasileiro, 1930-1975. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag 117- 133. 1984b.

MARX, Karl. **O Capital**. V.1. São Paulo: Abril, 1984.

MATOS, Elmer Nascimento. **A dinâmica Urbana e a Inserção na Economia Regional**: O Caso de Aracajú (1970-2005). 171 f. IE/UNICAMP. Campinas/SP, 2009 (tese de doutorado em desenvolvimento econômico).

MELO, Hélder Silva de. **Donos de gado e gente**: Fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX- Limoeiro- Alagoas. UFPE/PPGHistória .147 f. 2010. (dissertação de mestrado em história).

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2ª ed; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1999,

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

MORALES, Selene Maíra. **Pequenos municípios rurais no Nordeste**: Um estudo sobre o Estado de Alagoas. Propur/UFGRS. 151 f. 2013 (dissertação de planejamento urbano e regional).

MORAIS, José Micaelson Lacerda & MACEDO, Fernando Cezar. A formação social brasileira no espaço: o capitalismo mercantil e a conformação do Nordeste. In: **Ceará: economia, urbanização e metropolização**. Ed: RDS. Crato/CE. pag 43-56. 2014.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

NOVAIS, Fernando. Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1995.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Ed: Brasiliense, 1996.

_____. Acabou-se o fumo: **Formação sócio-econômica e espacial em Arapiraca**. Maceió;Q Grafica, 2010.

NOBRE, Carlos Eduardo; Belo, Carlos; SILVA, Francisco Eriano da. A feira-livre como herança algodoeira em União dos Palmares e sua constituição na atualidade como circuito inferior. **Caminhos de Geografia. (revista on line)**; 2014. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 12/08/2017

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **Crítica à razão dualista**. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. **Crescimento e Estagnação do Cooperativismo Agrícola na Região Fumageira de Arapiraca**. PRODEMA/UFAL, Arapiraca. 215 f. 2005 (dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimental de. **Estrutura e evolução de Capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva**. IE/UNICAMP. Campinas/SP. 224 f. 2011 (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico)

OLIVEIRA, Moises Calú & MORAES, Allysson Leandro de. Controversias sobre a cultura do fumo em Arapiraca/AL. In: **Anais do VII CGB**. A AGB e a Geografia brasileira no contexto da luta sociais frente ao projetos hegemônicos. Vitória/ES. Agosto, 2014a.

OLIVEIRA, José Lourenço. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: O projeto do cinturão verde**. PRODEMA/UFAL. Maceió/AL. 108 f. 2014b (dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

OLIVEIRA, Juliana Melo. **Efeitos das Externalidades espaciais sobre o crescimento econômico: Um ensaio para Alagoas**. FEAC/UFAL. Maceió/AL. 107 f. 2014c (dissertação de mestrado em ciências econômicas).

OLIVEIRA, Israel Lins. **Uma análise histórico-econômica da decadência da indústria têxtil em Alagoas na primeira metade do século XX**. UFAL/FEAC. 52 f. 2016 (monografia de ciências econômicas).

PALACIOS, Juan Jose Lara. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. **Revista Interamericana de Planificación**, México: Sociedad Interamericana de Planificación, Nº66, pag.56-68, 1983.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do nordeste e a questão regional. In: In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16). pag 11-31. 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PORTO, Leonardo Rodrigues. **Urbanização e dinâmica econômica na rede urbana do estado da Bahia (1940-2010): o caso de Vitória da Conquista-BA**.

IE/UNICAMP. Campinas/SP. 162 f. 2016 (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).

RAMOS, Pedro. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)**. 258 f FGV/EAESP. 1983 (dissertação de mestrado em administração de empresas).

ROFMAN, Alejandro. **Desigualdades regionales y concentración económica: el caso Argentino**. Buenos Aires: Ediciones Siap, 1974. 150 p.

SALDANHA, Alberto & LESSA, Golbery. (org). **A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar; 1970.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Santos, M. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992 (meio eletrônico).

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo. Editora: USP, 2013.

SANTOS, Fernando Antônio Agra. **Crédito Rural e Produtividade na Agricultura Alagoana**- 1973/94. Série Apontamentos Nº38. Ed: Edufal. Maceió/AL, 1999.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves e ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas consequências sobre o meio ambiente e identidade cultural campo-território. **Revista de geografia agrária**, v.2, n. 4, p. 19-37, ago. 2007.

SANTOS, Leide Maria Reis dos. **A política de desenvolvimento dos territórios rurais: uma leitura preliminar no Agreste de Alagoas**. São Cristovão/SE. NPGeo/UFS. 146 f. 2009 (dissertação de mestrado em geografia).

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira**. PPGe/UFRN. 230 f. 2014. (dissertação de mestrado em geografia).

SHIKIDA, Pery Francisco Assis & BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995**. Rio de Janeiro: RBE. Nº 53. Vol 1. Pag 69-89. JAN.MAR, 1999

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN. Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo, SP: Comp. Ed. Nacional: Edusp, 1973.

SILVA, Izakelly Lima da et al. Pobreza urbana em União dos Palmares: Reflexões a partir do seu processo de urbanização. **Anais do VII CBG**. Vitória/ES, 2014.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

STEIN, Stein. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: **hacia uma dialéctica de los asentamientos humanos**. Estudos Sociales Centro Americanos, Costa Rica. Nº 6, p. 147-173, 1977.

SOUZA, Júlio César Oliveira de & MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. Reestruturação urbana e a dinâmica socioeconômica em cidades médias: O caso de Arapiraca, Alagoas. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, p. 55-75, 2009.

SOUSA, Fernando Antonio da &, SOUSA, Reinaldo. O processo de urbanização de União dos Palmares-AL e a diversificação/fragmentação recente de sua economia urbana. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, nº 1, pag. 80 - 101, 2013.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SUDENE. **O Sistema FINOR: resultados e sugestões de aprimoramento**. Fortaleza, 1986

_____. **Contas Regionais/Estudos Econômicos**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/economicos/carta2000/atividadeGlobal.html>. Acesso em 11/08/2014, 1999.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930/1975**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas/SP:UNICAMP/IE, 1998.

_____. Império, território e dinheiro. In: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, Fiori, J (org). Ed: Vozes.3ª ed. Petropolis, 2000.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: Edufal, 2009.

_____.& LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **As longas raízes do protecionismo**: 1930 e as Relações entre Indústria e Governo. Brasília (DF), v.13, n.3b, p.867–895, set/dez 2012.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **A agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. 2ª ed. Campinas/SP: átomo, 2015.